PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE CAMPINAS
CENTRO DE CIÊNCIAS EXATAS, AMBIENTAIS E DE TECNOLOGIAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO STRICTO SENSU EM ARQUITETURA E URBANISMO

ANAMARIA CANUTO SALES DE OLIVEIRA

A DECLARAÇÃO DE SIGNIFICÂNCIA CULTURAL COMO INSTRUMENTO PARA A GESTÃO DO PATRIMÔNIO E TURISMO CULTURAIS:

O Complexo Hidrotermal e Hoteleiro de Poços de Caldas

CAMPINAS
2021

ANAMARIA CANUTO SALES DE OLIVEIRA

A DECLARAÇÃO DE SIGNIFICÂNCIA CULTURAL COMO INSTRUMENTO PARA A GESTÃO DO PATRIMÔNIO E TURISMO CULTURAIS:

O Complexo Hidrotermal e Hoteleiro de Poços de Caldas

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação "Stricto Sensu" em Arquitetura e Urbanismo da Pontifícia Universidade Católica de Campinas para obtenção do título de mestre em Arquitetura e Urbanismo.

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Código de Financiamento 001.
"*This study was financed in part by the Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Finance Code 001.*"

Orientação: Profa. Dra. Ana Paula Farah

CAMPINAS
2021

Ficha catalográfica elaborada por Fabiana Rizziolli Pires CRB 8/6920
Sistema de Bibliotecas e Informação - SBI - PUC-Campinas

306.4819
O48d

Oliveira, Anamaria Canuto Sales de

A Declaração de Significância Cultural como instrumento para a gestão do patrimônio e turismo culturais: o complexo hidrotermal e hoteleiro de Poços de Caldas / Anamaria Canuto Sales de Oliveira. - Campinas: PUC-Campinas, 2021.

171 f.: il.

Orientador: Ana Paula Farah.

Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) - Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo, Centro de Ciências Exatas, Ambientais e de Tecnologia, Pontifícia Universidade Católica de Campinas, Campinas, 2021.
Inclui bibliografia.

1. Turismo cultural. 2. Patrimônio cultural. 3. Balneários - Poços de Caldas (MG). I. Farah, Ana Paula. II. Pontifícia Universidade Católica de Campinas. Centro de Ciências Exatas, Ambientais e de Tecnologia. Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo. III. Título.

CDD - 22. ed. 306.4819

ANAMARIA CANUTO SALES DE OLIVEIRA

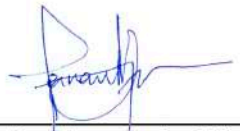
"A DECLARAÇÃO DE SIGNIFICÂNCIA CULTURAL COMO INSTRUMENTO PARA A GESTÃO DO PATRIMÔNIO E TURISMO CULTURAIS: O COMPLEXO HIDROTERMAL E HOTELEIRO DE POÇOS DE CALDAS"

Dissertação apresentada ao Curso de Mestrado em Arquitetura e Urbanismo do Centro de Ciências Exatas, Ambientais e de Tecnologias da Pontifícia Universidade Católica de Campinas como requisito para obtenção do título de Mestre em Arquitetura e Urbanismo.
Área de Concentração: Urbanismo.
Orientadora: Profa. Dra. Ana Paula Farah

Dissertação defendida e aprovada em 25 de fevereiro de 2021 pela Comissão Examinadora constituída dos seguintes professores:

Profa. Dra. Ana Paula Farah
Orientadora da Dissertação e Presidente da Comissão Examinadora
Pontifícia Universidade Católica de Campinas

Profa. Dra. Maria Cristina da Silva Schicchi
Pontifícia Universidade Católica de Campinas



Prof. Dr. Fernando Atique
Universidade Federal de São Paulo

AGRADECIMENTOS

Agradeço à Coordenação de Pessoal de Nível Superior (CAPES), por apoiar e financiar essa pesquisa, viabilizando esse feito.

Agradeço a oportunidade de vivenciar tantas experiências de aprendizado e companheirismo com os amigos, colegas e professores do POSURB-ARQ. Em especial à minha orientadora Ana Paula Farah, meus queridos amigos Adriana Bahia, Alisson Tavares, Bianca Teixeira, Felipe Bueno, Otávio Frederico e Mariana Tealdi, sem os quais essa caminhada teria sido muito mais pesada e, nem de longe, tão risonha.

Agradeço ainda àqueles que colaboraram direta ou indiretamente para a construção desse trabalho final: Licia Perote e Letícia Loiola, queridas Coordenadoras da Divisão de Patrimônio Construído e Tombamento que tanto me ensinaram sobre a lida da preservação em âmbito público; aos funcionários tão solícitos do Museu Histórico e Geográfico de Poços de Caldas e à Paula Freitas, secretária do POSURB-ARQ, sempre tão atenciosa e eficiente.

Não poderia deixar de agradecer meus amigos externos ao programa e meu namorado que, de perto ou mesmo à distância, ajudaram a manter minha saúde mental em tempos de pandemia. Também à minha família, Samuel Canuto e Nathália Silveira, meus irmãos e, Roza Pereira e Salomão Sales, meus pais, que fizeram e fazem tudo isso ser possível.

A DAYRON TEIXEIRA MAGALHÃES
ETERNO, INFINITO

RESUMO

Esta pesquisa tem por objetivo compreender a tríade Integridade, Autenticidade e Significância Cultural e verificar, através da Declaração de Significância Cultural, a sua aplicabilidade como instrumento de gestão patrimonial do Complexo Hidrotermal e Hoteleiro da cidade de Poços de Caldas, em Minas Gerais. Para o desenvolvimento desta investigação, foi realizado o levantamento bibliográfico acerca do tema no território brasileiro, encontrando na Declaração de Significância Cultural e em seu processo de elaboração as ferramentas necessárias para estabelecer a inter-relação entre os gestores e as comunidades associadas com o patrimônio cultural. A fim de compreender o objeto de estudo, a metodologia utilizada foi fundamentada no processo dialético, através de um estudo pormenorizado, e na análise histórica dos processos de formação do Complexo, buscando complementar a narrativa oficial da história da cidade – ligada ao seu passado termalista – por meio da inserção do bem em contextos nacionais e internacionais do desenvolvimento do turismo, para além dos conceitos segundo o campo disciplinar do restauro arquitetônico e urbano. Dessa forma, a pesquisa demonstra a vocação turística do município, explicitada desde sua fundação e mantida até os dias atuais, embora os processos de transformação das dimensões turísticas pelas quais passou a cidade tenham modificado as formas de apropriação e valoração do Complexo Hidrotermal e Hoteleiro pela população na contemporaneidade; estes novos valores devem ser considerados na preservação do bem, tanto nas dimensões materiais quanto nas imateriais, e podem ser identificados através da elaboração da Declaração de Significância Cultural.

PALAVRAS-CHAVE: Significância Cultural; Turismo Cultural; Poços de Caldas; Brasil.

ABSTRACT

This research aims to understand the triad Integrity, Authenticity and Cultural Significance and to verify, through the Declaration of Cultural Significance, its applicability as an asset management tool for the Hydrothermal and Hotel Complex in the city of Poços de Caldas, in Minas Gerais. The development of this research was based on a bibliographic survey about the theme in Brazil, finding in the Declaration of Cultural Significance and its elaboration process the necessary tools to stablish an inter-relationship between the managers and the communities associated to the cultural heritage. In order to understand the object of study, the methodology was based on the dialectical process through a detailed study, and on the historical analysis of the Complex's formation processes, seeking to complement the official narrative of the city's – which is linked to its thermal past – by inserting the cultural good in the national and international contexts of tourism development. Thus, the research demonstrates the touristic calling of the object of study, made explicit since its foundation and maintained until the present day, even though the transformation processes of the touristic dimensions that the city has undergone have changed the forms of appropriation and valuation of the cultural asset by contemporary population. These new values must be considered in the preservation of the good, and can be identified through the elaboration of the Declaration of Cultural Significance.

KEY-WORDS: Cultural Significance; Cultural Tourism; Poços de Caldas; Brazil.

LISTA DE FIGURAS

FIGURA 1 - Localização do Município de Poços de Caldas, sua Zona Urbana e Área Central.

FIGURA 2 - Mapa do roteiro percorrido por Auguste de Saint-Hilaire, no território de Minas Gerais, entre os anos de 1816 e 1822.

FIGURA 3 - "Planta aproximada do lugar onde nascem as caldas. 5 de M.ço 1826".

FIGURA 4 - Foto do "largo", em 1888.

FIGURA 5 - Vista posterior do Balneário Pedro Botelho e Hotel da Empresa, por volta dos anos 1900.

FIGURA 6 - Plataforma de embarque da Estação Mogyana.

FIGURA 7 - Vista da antiga Estação de Passageiros do Ramal de Caldas.

FIGURA 8 - "Fontes Pedro Botelho, Mariquinha e Chiquinha".

FIGURA 9 - Mapa geral do Parque José Affonso Junqueira.

FIGURA 10 - "Vista da Praça Pedro Sanches, antigo Largo Senador Godoy em Poços de Caldas, no ano de 1920".

FIGURA 11 - Página do livro do escritório Dierberger & Companhia mostrando "O novo Parque junto ao Grande Hotel, Thermas e Casino".

FIGURA 12 - "Cópia da Planta da Cidade e Ante-Projecto da Expansão".

FIGURA 13 - As "Grandes Obras" sendo executadas.

FIGURA 14/15 - Vista parcial de Poços de Caldas.

FIGURA 16 - "Carnaval na década de 30".

FIGURA 17 - Foto atual dos trailers de lanches.

FIGURA 18 - Carro do monotrilho sendo colocado sobre os trilhos, por volta dos anos 1990.

FIGURA 19 - Perímetros de tombamento municipal e estadual.

FIGURA 20 - Polígono da área de abrangência do Concurso Poços Centro Vivo em relação com a área do Complexo Hidrotermal e Hoteleiro.

FIGURA 21 - Prancha para o Concurso "Poços Centro Vivo", com proposta de "casa de vidro" a ser instalada no Parque José Affonso Junqueira.

FIGURA 22 - Pranchas para o Concurso "Poços Centro Vivo" com proposta de cobertura para calçadão na Rua São Paulo.

FIGURA 23 - Prancha para o Concurso "Poços Centro Vivo", com projeto de reordenamento de tráfego na Av. Francisco Sales, novo design para a estação do teleférico e para o Monotrilho.

FIGURA 24 - Prancha de apresentação do projeto vencedor do concurso Poços Centro Vivo.

FIGURA 25 - Prancha de apresentação do projeto vencedor do concurso Poços Centro Vivo.

FIGURA 26 - Vista atual da Villa Junqueira, onde está instalado o Museu Histórico e Geográfico de Poços de Caldas.

FIGURA 27 - Localização da Praça Dom Pedro II (em rosa) em relação com o Complexo Hidrotermal e Hoteleiro.

FIGURA 28 - Palace Hotel durante o evento "Blue Cloud" de exposição de carros antigos.

FIGURA 29 - Grande público reunido no coreto da Praça Pedro Sanches.

FIGURA 30 - Crianças de escola pública municipal em visita guiada ao "Salão Azul" do Palace Cassino.

FIGURA 31 - Palace Cassino durante o evento "Blue Cloud" de exposição de carros antigos.

FIGURA 32 - Cassino construído nos anos 1920, em Poços de Caldas.

FIGURA 33 - "Cassino Gibimba (ao lado do Hotel D'Oeste)".

FIGURA 34 - "Teatro-Casino Polytheama. Década de 40".

FIGURA 35 - Mapa demonstrando a localização dos cassinos e casas de jogos, até os anos 1946.

FIGURA 36 - Presidente Getúlio Vargas no restaurante da Caixa D'água, atual Recanto Japonês.

FIGURA 37 - "Artistas de Grande Sucesso em Apresentação na Rádio Cultura".

FIGURA 38 - Baile de Máscaras no Palace Casino, década de 1930.

FIGURA 39 - Carro enfeitado para a "batalha das flores" no carnaval, década de 1930.

FIGURA 40 - Corrida de "baratinhas", 17 de março de 1936.

FIGURA 41 - O Edifício do antigo Cassino em Lambari.

FIGURA 42 - "Grande festa aviatória. Aeroporto. Em 1948".

FIGURA 43 - "Seleção Brasileira 1958 – Palace Hotel".

FIGURA 44 - "Boite do Palace Casino. Em 1942".

CAPA - Palace Hotel durante o evento "Blue Cloud" de exposição de carros antigos.

DEDICATÓRIA- Placa de sinalização turística em frente ao Palace Casino.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

CECI -	Centro de Estudos Avançados da Conservação Integrada
COHAB-MG -	Companhia de Habitação do Estado de Minas Gerais
CONDEPHACT -	Conselho Defesa do Patrimônio Histórico, Artístico, Cultural e Turístico de Poços de Caldas
DPHTAM -	Diretoria do Patrimônio Histórico, Turístico e Artístico Municipal
DSIA -	Declaração de Significância Cultural, Integridade e Autenticidade
EMBRATUR -	Empresa Brasileira de Turismo
FEARPO -	Feira de Artesanato de Poços de Caldas
ICOMOS -	Conselho Internacional de Monumentos e Sítios
IAB-MG -	Instituto dos Arquitetos do Brasil - Minas Gerais
IEPHA-MG -	Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico de Minas Gerais
IPHAN -	Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
OEA -	Organização dos Estados Americanos
PCH -	Programa Integrado de Reconstrução das Cidades Históricas
UFPE -	Universidade Federal de Pernambuco
UNESCO -	Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura
USP -	Universidade Federal de São Paulo

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO 15

CAPÍTULO I - AUTENTICIDADE, INTEGRIDADE E SIGNIFICÂNCIA CULTURAL: ENTRE SOBREPOSIÇÕES DE CONCEITOS E A APLICABILIDADE AO PATRIMÔNIO LOCAL 22

1.1 Autenticidade e Integridade do Patrimônio Cultural 26

1.2 A Significância Cultural 31

1.3 Indissociabilidade dos conceitos e sua aplicação ao patrimônio cultural 33

1.4 Declaração de Significância cultural: do patrimônio mundial à sua aplicação na gestão do patrimônio local 36

CAPÍTULO II - POÇOS DE CALDAS/MG: DE CIDADE BALNEÁRIA A POLO REGIONAL 44

2.1 As águas virtuosas 44

2.2 Cidade balneária: o termalismo, as vilegiaturas e os cassinos 46

2.3 O fim dos "jogos de azar": a industrialização e as novas formas de turismo 59

2.4 Os anos 1990 e o Concurso "Poços Centro Vivo" 66

2.5 O Complexo Hidrotermal e Hoteleiro, hoje 76

CAPÍTULO III - DIMENSÕES TURÍSTICAS E A INTERFACE COM O PATRIMÔNIO 81

3.1 O Termalismo e as Vilegiaturas 82

3.1.1 Origens 82

3.1.2 A formação das estâncias balneárias no Brasil 83

3.2 Os Cassinos e o Entretenimento 88

3.3 O Patrimônio e o Turismo de Massa 99

3.3.1 A relação turismo-patrimônio 99

3.3.2 Marketing Urbano e o Turismo de Massa 104

3.3.4 O Concurso "Poços Centro Vivo" e seus resultados 107

3.4 Vislumbrando Caminhos: o Turismo Cultural 110

3.4.1 Interpretação e Apresentação do Patrimônio Cultural 114

CONSIDERAÇÕES FINAIS 124

REFERÊNCIAS 127

ANEXOS 135

A preservação do patrimônio cultural, na contemporaneidade, considera necessária a integração dos bens ao cotidiano das comunidades associadas, dos turistas, dos gestores e do planejamento urbano, para que seja, de fato, efetiva a transmissão do legado às gerações posteriores. Para tanto, as bases teóricas que regem a preservação estão em constante revisão e atualização, compreendendo que esta é um ato de cultura de um presente histórico, que atua sobre os bens através de instrumentos teórico-operacionais próprios de seu tempo (FARAH, 2017), uma vez que os instrumentos do passado estão obsoletos e anacrônicos e, os do futuro, não podem ser previstos. A preservação, portanto, deve compreender os bens - através de instrumentos contemporâneos, em sua totalidade, inseridos nos contextos atuais, visando sua integração à vida cotidiana e sua transmissão, da melhor forma possível, às gerações presentes e futuras (BRANDI, 2004, p.30).

Sob esse paradigma, esta pesquisa de mestrado lança olhar sobre o Complexo Hidrotermal e Hoteleiro de Poços de Caldas, primeiro núcleo urbano da cidade, a partir do qual desenvolveram-se os demais bairros, o qual foi tombado por Decreto Municipal (nº 3.254), em 1985, e pela Constituição do Estado de Minas Gerais, em 1989.

Desenvolvida em virtude de suas águas termais e da potencialidade que estas apresentavam em atrair curistas e turistas para a localidade, a cidade de Poços de Caldas é sempre apresentada como um balneário termal erigido por princípios termalistas europeus, onde seu principal objetivo a cura, pautava inclusive a construção dos espaços urbanos. Dessa forma, a preservação do patrimônio, principalmente do Complexo Hidrotermal, se mantém atrelada aos valores apresentados por uma narrativa que tem como "história oficial" o seu passado termalista, sua arquitetura eclética e sua ambiência urbana "de cura".

No entanto, ao longo dos anos, a cidade inserida em contextos nacionais e internacionais, passou por transformações que a levaram de uma pequena cidade balneária, a um polo microrregional de turismo, serviços e comércio (REIS, 2016, p.25). Ao longo desses processos, as formas de uso desses espaços patrimoniais se transformaram, acompanhando as mudanças socioeconômicas e políticas; a gestão da área, no entanto, permanece pautada por instrumentos datados e, há muito, carentes de revisão, como são os dois processos de tombamento[1], ocasionando conflitos entre

1 Decreto Municipal nº 3.254, de 1985 e Constituição do Estado de Minas Gerais, de 1989.

os órgãos gestores[2], as ações de preservação e as formas de apropriação desses bens.

Dessa forma, a pesquisa tem como principal objetivo fornecer de forma clara e didática, instrumentais contemporâneos para a compreensão e gestão desses bens patrimoniais poçoscaldenses, pretendendo que esses conhecimentos aprendidos nesses dois anos de pesquisa ultrapassem o ambiente acadêmico, propondo formas de leitura desses bens a partir de processos participativos que integrem técnicos, gestores, turistas e comunidades associadas, colaborando para a educação patrimonial, com vistas à preservação e transmissão desse patrimônio.

Inicialmente, a pesquisa foi pautada em uma compreensão básica do conceito de patrimônio cultural, a partir da leitura das Cartas Patrimoniais do Conselho Internacional dos Monumentos e Sítios (ICOMOS), visão que foi ampliada através de bibliografias promovidas pelas disciplinas cursadas na Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo, especialmente na disciplina "Teoria e prática de reabilitação urbana e arquitetônica", que possibilitaram a compreensão do patrimônio cultural a partir dos conceitos do Campo Disciplinar do Restauro (arquitetônico e urbano), vislumbrando a discussão sobre a preservação dos bens patrimoniais na contemporaneidade. Dessa forma, ficou clara a necessidade de utilizar instrumentos contemporâneos para a leitura dos espaços patrimoniais do Complexo Hidrotermal, de forma que as proposições finais do trabalho pudessem se alinhar com as discussões atuais sobre o tema.

Para este fim, a participação em simpósios e congressos sobre o patrimônio cultural possibilitaram o contato com o que há de mais recente no Campo. Nesse sentido, o 3º Simpósio Científico do ICOMOS-BRASIL, tendo como tema "Autenticidade em Risco", abriu a pesquisa às discussões referentes à tríade da autenticidade, integridade e significância cultural do patrimônio,. A princípio, havia a percepção de que a significância cultural seria o termo mais relevante para o trabalho, por tratar dos valores atribuídos aos bens culturais por diferentes grupos sociais, no entanto, ao longo dos estudos, ficou clara a indissociabilidade entre os três termos, evidenciando a importância de se compreender os bens patrimoniais em sua totalidade, material e imaterial, de forma que a identificação e preservação da significância cultural está diretamente relacionada com sua autenticidade e integridade, e vice-versa. Assim, a leitura dos bens através da tríade autenticidade, integridade e significância cultural,

2 Tais quais a Divisão de Patrimônio Construído e Tombamento, o Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Artístico, Cultural e Turístico (CONDEPHACT), a Divisão de Parques e Jardins (responsável pela manutenção das áreas paisagísticas) e o Instituto Estadual de Patrimônio Histórico e Artístico de Minas Gerais (IEPHA-MG).

materializada na forma de uma Declaração de Significância Cultural se mostrou como o instrumento contemporâneo que buscávamos para a compreensão dos bens do Complexo Hidrotermal e Hoteleiro.

Sob esse paradigma, a revisão historiográfica sobre a construção da área central de Poços de Caldas, deveria não apenas desconstruir a "história oficial", como comentado anteriormente, mas buscar a compreensão dos processos socioeconômicos e culturais as quais essa área esteve submetida e que a trouxeram à situação atual de apropriação. Para esse fim, se mostrou essencial o estudo do desenvolvimento do turismo no Brasil, especialmente a relação entre as estâncias hidrominerais e a atividade turística ao longo das décadas, levando à compreensão da cidade de Poços de Caldas, dentro desses mesmos paradigmas.

Para realização desta pesquisa foi realizada, em primeiro momento, uma revisão teórico-conceitual a partir de síntese bibliográfica por meio de consulta a publicações, teses, dissertações e artigos científicos estruturando as discussões sobre o patrimônio cultural e o campo disciplinar do restauro (arquitetônico e urbano) com a intenção de compreender o entendimento contemporâneo sobre o que é patrimônio, o que e como preservar; significância cultural, integridade e autenticidade, com a finalidade de constatar a relevância dos temas para o objetivo dessa pesquisa; turismo e turismo cultural, com ênfase na compreensão da estruturação da atividade turística nas estâncias hidrominerais brasileiras, para compreender a construção da cidade de Poços de Caldas, inserida nesse contexto.

Em segundo momento da pesquisa o método e procedimento utilizados contemplaram uma análise histórica feita através de levantamentos bibliográficos, iconográficos e documentais sobre a cidade de Poços de Caldas, com ênfase na conformação da área central e do Complexo Hidrotermal e Hoteleiro. Embora o período de análise seja desde o primeiro registro de povoação da localidade, até os dias de hoje, não se trata de uma revisão histórica detalhada, todavia de levantamento que forneça uma visão geral dos processos de construção dessa área. Para isso, foram consultadas fontes primárias, disponíveis nos acervos do Museu Histórico e Geográfico de Poços de Caldas, na Divisão de Patrimônio Construído e Tombamento (Secretaria Municipal de Planejamento, Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente) e no Acervo Digital da Biblioteca Nacional[3]; foram também consultadas fontes secundárias como publicações, teses, dissertações e artigos acadêmicos. Ainda nessa etapa, foi realizada

3 Disponível em: <http://bndigital.bn.gov.br/acervodigital/> Acesso em 07.01.21

revisão bibliográfica sobre as cidades balneárias no Brasil e sua relação com o turismo, com a intenção de compreender os contextos nos quais a construção de Poços de Caldas se insere, desconstruindo a narrativa da "história oficial".

Em virtude da Pandemia do novo Corona Vírus (SARS-CoV-2), decretada em março de 2020, as pesquisas de campo que seriam realizadas junto à Secretaria de Turismo, Divisão de Parques e Jardins, Divisão de Patrimônio Construído e Tombamento e ao Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Artístico, Cultural e Turístico (CONDEPHACT-PC), que teriam como intuito averiguar as condições dos eventos e demais formas de apropriação atuais do Complexo Hidrotermal e Hoteleiro (tais como frequência dos eventos, volume de usuários, principais órgãos responsáveis pela fiscalização e manutenção da área, etc.) tiveram de ser adaptadas. Foram consultados os documentos disponíveis no site da Prefeitura[4], como informações gerais sobre os bens tombados e as atas das reuniões do CONDEPHACT (de 2013 a 2020); foi possível obter acesso à versão digital dos dossiês de tombamento do Complexo Hidrotermal e Hoteleiro, disponibilizados pela Divisão de Patrimônio Construído e Tombamento. Assim, juntamente com levantamentos fotográficos anteriores obtidos pela autora em pesquisa de campo para Trabalho Final de Graduação (2017), foi possível tecer um panorama da situação atual de apropriação do Complexo.

Assim sendo, a partir da leitura das fontes primárias e secundárias, tendo como referencial os conceitos apreendidos na revisão teórico-conceitual, foi realizada a análise crítica da historiografia poçoscaldense em sua relação com os contextos nacionais e internacionais do turismo, buscando apresentar de forma objetiva os processos identificados, possibilitando apontamentos sobre as formas de gestão patrimonial e a apresentação de possíveis instrumentos contemporâneos para essa gestão municipal.

Dessa forma, no **Capítulo I**, com a finalidade de buscar instrumentos contemporâneos que possibilitassem a compreensão dos bens, na conjugação entre o material e o imaterial, inseridos em seus contextos atuais - culturais, sociais, econômicos e políticos -, inicialmente buscou-se apresentar uma visão contemporânea do que se entende por patrimônio cultural, o que e como preservar, através dos conceitos do campo disciplinar do Restauro (arquitetônico e urbano), discutidos por teóricos como Kühl (2007, 2018a, 2018b) e Rufinoni (2018), a partir dos quais se estabelecem três pontos fundamentais para a preservação dos bens patrimoniais: 1) **a necessidade de rigor metodológico nas ações sobre os bens**; 2) a preservação dos bens em

4 Disponível em: <https://pocosdecaldas.mg.gov.br/condephact-pc/> Acesso em 07.01.21

sua dúplice polaridade estética e histórica, **compreendendo-os em sua totalidade material e imaterial, e em sua relação com os sujeitos que deles se apropriam**; e 3) sua **não estagnação no tempo**. Como forma de aproximar a gestão municipal do patrimônio poçoscaldense a essas três premissas, a pesquisa segue apresentando a tríade Significância Cultural, Integridade e Autenticidade. Tecendo uma crítica à forma de compreensão e aplicação dos termos, por parte de órgãos internacionais como a UNESCO, a pesquisa se alinha a autores como Lira (2009, 2018, 2020), Hidaka (2000, 2010, 2011, 2017), Silva (2012), Vieira (2006, 2008) e Loretto (2016), os quais entendem essa tríade como fundamental para apreensão do bem em sua totalidade, uma vez que reúnem seus aspectos tangíveis e intangíveis. Tais autores pontuam que a identificação desses aspectos deve ser parte de processos participativos que integrem a atuação, não apenas dos gestores e técnicos da preservação, como das comunidades associadas, cidadãos e turistas.

Por fim, a Declaração de Significância Cultural é apresentada[5] como instrumento basilar para gestão do patrimônio, a partir do qual serão identificados os seus valores, significados e atributos patrimoniais a serem preservados, através não de uma visão tecnicista intelectual, mas da identificação das comunidades associadas e seu envolvimento nos processos de valoração do bem, de forma que estas passam a ser corresponsáveis e agentes ativos na preservação do patrimônio cultural.

O **Capítulo II**, apresenta o Complexo Hidrotermal e Hoteleiro a partir do diálogo com autores como Franco (2014), Marino (2018), Marras (2004), Marrichi (2009, 2012, 2017), Pozzer (2001) e Reis (2016), inserindo-o nos contextos de desenvolvimento urbano e econômico de Poços de Caldas e, mais amplamente, nos contextos nacionais e internacionais de promoção do turismo, especialmente em cidades balneárias. Buscando uma visão mais abrangente da construção desses espaços, apresenta não a narrativa da "história oficial" da cidade termalista de cura, como citado anteriormente, mas sua construção como uma cidade que, desde seu princípio, teve a atração de público – curistas e turistas - como principal motor de desenvolvimento. A partir desse aspecto, buscou-se expor as transformações físicas e de uso pelas quais os espaços do Complexo passaram e que o trouxeram aos dias de hoje, não apenas como principal cartão postal do município, mas como locos prioritário para a maioria das manifestações

5 Devido à escassez de tempo, não foi possível elaborar de fato uma Declaração de Significância Cultural do Complexo Hidrotermal e Hoteleiro, a qual dependeria ainda de uma equipe multidisciplinar a qual não seria possível dispor nessa pesquisa. Dessa forma, é apresentada a estrutura geral e a metodologia para elaboração de uma declaração e é expressamente recomendado que esta seja executada pelos órgãos responsáveis.

culturais, eventos e apresentações artísticas da cidade.

O **Capítulo III**, portanto, parte da premissa traçada no capítulo anterior, de que a cidade de Poços de Caldas é, fundamentalmente, desde sua fundação, uma cidade de vocação turística. A fim de construir um raciocínio que possibilite visualizar esses processos históricos, de maneira mais objetiva, foram delimitados três períodos do turismo na cidade, em sua relação com o patrimônio cultural, os quais são analisados a partir dos contextos políticos, econômicos e do desenvolvimento turístico nacional e internacional: 1) O Termalismo e as Vilegiaturas, 2) Os Cassinos e o Entretenimento; e 3) O Patrimônio e o Turismo de Massa. Essa periodização é discutida a partir das colocações de autores como Alfonso (2006), Araújo (2012), Müller et al. (2011), Nascimento (2010), Paixão (2005, 2007), Sant'Anna (2017) e Sotratti (2010), entre outros[6]. Dessa forma, foi possível compreender a transição desses bens no transcorrer do tempo: uma vez que a atividade turística se transforma e Poços de Caldas passa de uma cidade balneária termal à uma cidade turística considerada polo microrregional. Consequentemente, alteram-se as formas de apropriação desse patrimônio, principalmente dos seus espaços públicos; essas alterações, no entanto, não se deram de forma repentina ou espontânea, porém, estão demonstrados como resultados de processos sociais, culturais, econômicos e políticos.

Ao final do capítulo, vislumbra-se um quarto momento a ser pensado para a gestão municipal: o Turismo Cultural, como discutido por autores como Köhler (2007), Sotratti (2010), Teffolo e Cardozo (2013). Compreendendo que a atividade turística é um importante aspecto econômico e cultural da cidade, demonstra a importância da integração entre a gestão do patrimônio e o planejamento urbano e turístico, de forma a alcançar uma atividade menos predatória, condizente com a preservação dos bens culturais e que, mais que isso, colabore para o envolvimento entre os bens, as comunidades locais e os turistas; nesses moldes, o turismo cultural, mais que uma atividade econômica, se torna um instrumento de educação patrimonial. Para isso, utiliza-se a "Carta para Interpretação e Apresentação de Sítios de Patrimônio Cultural", elaborada pela Assembleia Geral do ICOMOS, 2008, entendendo a interpretação e apresentação do patrimônio como uma solução viável para a sua valorização, através de uma atividade turística não predatória.

Dessa forma, fica clara a necessidade de elaboração de um plano de gestão que integre a preservação do patrimônio e o turismo, entendendo que em uma cidade

6 Vide Referências Bibliográficas.

turística e histórica, como Poços de Caldas, ambas as atividades devem caminhar juntas, a fim de que os usos turísticos sejam compatíveis com a preservação e, paralelamente, que a preservação considere as necessidades de uso e as formas contemporâneas de apropriação desses bens. Nesse sentido, a Declaração de Significância Cultural, apresentada no primeiro capítulo, se mostra fundamental ao identificar todos os atributos, valores e significados patrimoniais do bem, seus agentes sociais envolvidos e as diretrizes de preservação, que deverão ser levadas em conta nesse planejamento estratégico, urbano e turístico patrimonial.

Portanto, pretendeu-se alcançar como resultado, uma leitura inédita da construção do Complexo Hidrotermal e Hoteleiro que pudesse demonstrar sua vocação turística, compreendendo os processos socioeconômicos e culturais que trouxeram aos dias de hoje as diferentes formas de apropriação desse espaço, não mais pautadas por seus valores termalistas; evidenciando assim, a necessidade de identificação dos novos valores que regem os usos desses bens na contemporaneidade, com a finalidade de traçar estratégias de gestão desse patrimônio que conciliem os novos valores e a preservação dos bens.

CAPÍTULO I
AUTENTICIDADE, INTEGRIDADE E SIGNIFICÂNCIA CULTURAL: entre sobreposições de conceitos e a aplicabilidade ao patrimônio local

As questões relativas ao que e como preservar, quais os critérios e quem toma as decisões referentes aos bens patrimoniais vêm sendo revistas e atualizadas desde as primeiras percepções, no século XV (CHOAY, 2001), da necessidade de preservação de bens.

A ampliação do entendimento do que é patrimônio – e o que preservar – alcança seu estatuto epistemológico com as considerações de Alois Riegl, no final do século XIX e início do século XX, dando passos fundamentais para a consolidação do campo do restauro enquanto disciplina autônoma, que dispõe de instrumentos teórico-críticos e técnico-operacionais próprios (CHOAY, 2001, p.171; KÜHL, 2018a, p.62). Riegl propunha uma leitura dos bens através de uma escala de valores ligados não apenas à sua importância histórica, mas também artística. Com ênfase no valor de "ancianidade", abria o olhar da preservação para abarcar toda obra humana com certa antiguidade (que para ele deveria ser de, no mínimo, sessenta anos) em que se reconhecessem valores a serem preservados, se afastando, deste modo, da visão empregada até então, de que os monumentos deveriam apresentar excepcionalidade histórica e/ou monumental.

O marco principal desse amadurecimento foi o pós-Segunda Guerra Mundial; em uma Europa devastada, em meados do século XX, os instrumentos teóricos e práticos do campo da preservação mostraram-se insuficientes e ineficazes, principalmente ao tratarem de monumentos parcial ou totalmente destruídos (KÜHL, 2018a, p.65). Portanto, eram necessários instrumentos que afastassem a preservação do empirismo que predominava nas ações sobre bens patrimoniais e que se aproximassem do rigor científico, pautado em decisões tomadas de forma crítica.

Nesse contexto, as reflexões de Cesare Brandi, na Itália, à frente do Instituto Central de Restauro, traziam a articulação da teoria e prática quanto às intervenções na preexistência, levando à compreensão do restauro – entendido neste trabalho não apenas como a ação restauradora, mas como o campo disciplinar autônomo filiado ao pensamento crítico e às ciências (KÜHL, 2018b, p.225; 2018a, p.67) que reconhece como obra de arte todo fazer humano que, portanto, deve ser preservado em sua

dúplice polaridade: "[...] estética, que corresponde à qualidade do artístico pelo qual a obra é obra de arte; e histórica, que lhe confere, como um produto humano realizado, a especificidade de um dado tempo e lugar" (RUFINONI, 2018, p.119). Tal pensamento se reflete em documentos internacionais, como a Carta de Veneza (ICOMOS, 1964), que, adotada como documento basilar do Conselho Internacional de Monumentos e Sítios (ICOMOS), é contemporânea à própria Teoria da Restauração de Cesare Brandi publicada em 1963.

O chamado Restauro Crítico[1], tributário da "teoria brandiana", "assim denominado por se entender a restauração, essencialmente, como processo histórico-crítico que parte de uma pormenorizada análise da obra e não de categorias genéricas pré-determinadas" (KÜHL, 2007, p.2), entende o patrimônio a partir de uma visão da cultura ocidental, que compreende o tempo de forma linear – passado, presente e futuro –, não reversível; dessa forma, entende que não se "volta" à estados precedentes, mas que a atuação no presente busca a transmissão dos bens, da melhor forma possível, às gerações futuras (BRANDI, 2004, p.30). Dessa forma, prega a integração dos bens à vida cotidiana, em oposição à sua estagnação no tempo; tal integração é compreendida como essencial para a criação de vínculo de memória e pertencimento da população para com a obra e, consequentemente, para o reconhecimento de seu valor patrimonial.

Portanto são três os pontos centrais dessa forma de compreensão do patrimônio, destacados nessa pesquisa de mestrado: 1) **a necessidade de rigor metodológico nas ações sobre os bens patrimoniais** (pautado por reflexões teórico-críticas, não empíricas); 2) a preservação dos bens em sua dúplice polaridade estética e histórica, **compreendendo o bem em sua totalidade material e imaterial**, e sua relação com o sujeito que dele se apropria, responsável pelo reconhecimento de seu valor patrimonial (ou, como veremos adiante, o reconhecimento de sua significância cultural); e 3) sua **não estagnação no tempo.**

Tendo em vista esses três pontos, a pesquisa lança olhar sobre o "Complexo Hidrotermal e Hoteleiro de Poços de Caldas": o primeiro núcleo urbano da localidade, a partir do qual se desdobraram o centro e os demais bairros, que teve seu tombamento

1 Termo aqui empregado, segundo explicado acima, como "**campo disciplinar autônomo** que deve fundamentar toda e qualquer ação sobre bens reconhecidos como de interesse cultural" (KÜHL, 2018a, p.75-76). "Restauro", aqui, sintetiza outras diversas denominações como manutenção, preservação e restauração (KÜHL, 2018b, p.225), **compreendido com um campo disciplinar e não como ação pontual isolada sobre o bem cultural.**

municipal decretado em 1985, como “Conjunto Arquitetônico e Paisagístico do Parque José Affonso Junqueira”, e posteriormente, em 1989, seu tombamento estadual, com a Constituição do Estado de Minas Gerais, sob a denominação “Complexo Hidrotermal e Hoteleiro de Poços de Caldas”. Em ambos os tombamentos, efetivados de maneira “vertical” (imposta), através de dois textos legais isolados, nota-se a fragilidade das diretrizes de preservação do bem, as quais carecem de embasamento teórico-crítico em suas justificativas e não deixam claros os critérios a serem levados em conta na gestão da área.

Sem diretrizes ou critérios de preservação, a gestão patrimonial não pode alcançar o rigor metodológico necessário às ações sobre bens patrimoniais; da mesma forma, a falta de entendimento teórico em relação ao que é patrimônio, ao que e como preservar, não permite a compreensão da totalidade do bem, em seus aspectos materiais, imateriais e nas relações com ele estabelecidas, levando a conflitos, como os que se observam hoje, entre a forma de apropriação desses espaços por parte da população e o entendimento dos gestores sobre os usos ideais para o bem. Por fim, a preservação pautada apenas em documentos tão teoricamente frágeis e datados não abarca os novos valores adquiridos pelo bem com o tempo, valores estes que dizem respeito as gerações presentes que dele se apropriam e que são essenciais para a criação de vínculos de pertencimento e memória, necessários à preservação.

Assim, buscando um meio de inserir a discussão teórico-operacional do campo do restauro, especialmente acerca das três premissas citadas, na gestão patrimonial poçoscaldense, me deparei, durante o 3º Simpósio Científico ICOMOS Brasil, com o tema da autenticidade do patrimônio cultural. Em consequência, os estudos sobre o assunto deixaram clara a indissociabilidade entre a autenticidade, a integridade e a significância cultural: três termos que têm estado em voga no campo da preservação, principalmente no âmbito da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), em relação aos bens listados como patrimônio da humanidade. No entanto, diversos autores buscam extrapolar as visões do órgão internacional quanto ao entendimento dos três conceitos, de forma a operacionalizar sua aplicação como instrumento de avaliação e gestão do patrimônio não apenas no âmbito do Patrimônio da Humanidade, como também para o patrimônio local. Assim, essa pesquisa de mestrado se volta para os temas da autenticidade, da integridade e da significância cultural, não restrita à compreensão da UNESCO sobre os termos, mas a partir também das críticas e reflexões tecidas por diversos autores, buscando a sua

aplicabilidade como ferramentas de gestão patrimonial para o Complexo Hidrotermal e Hoteleiro de Poços de Caldas.

No Brasil, as discussões referentes à autenticidade, à integridade e à significância cultural no campo da preservação do patrimônio cultural, se concentram, com maior recorrência, no nordeste do país, mais especificamente na Universidade Federal de Pernambuco (UFPE) e nos estudos do Centro de Estudos Avançados da Conservação Integrada, em Olinda[2]; estes estudos iniciaram-se por volta dos anos 2000. Nesse contexto, a partir de estudos orientados pelo Prof. Dr. Silvio Zancheti, podemos ressaltar que autores como Lira (2009, 2018, 2020), Hidaka (2000, 2010, 2011, 2017), Silva (2012), Vieira (2006, 2008)[3]– no âmbito da Federal de Pernambuco - e, orientada pela Profa. Dra. Beatriz Mugayar Kühl, Loretto (2016) – na Universidade Federal de São Paulo (USP) -, alimentam a discussão no país, buscando a compreensão contemporânea do tema, amadurecendo as definições e aplicabilidade dos respectivos termos.

No contexto internacional, os três termos são discutidos, principalmente, no âmbito da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO)[4] e fazem parte dos critérios exigidos pelo órgão para inserção e manutenção dos bens na Lista do Patrimônio Mundial. Os três conceitos colaboram para a construção do chamado "Valor Universal Excepcional", o qual "refere-se aos significados culturais e naturais que de tão diferenciados transcendem fronteiras e passam a ter importância tanto às gerações presentes, quanto futuras, da humanidade" (HIDAKA, 2010, p.02),

2 Centro de Estudos Avançados da Conservação Integrada <www.ceci-br.org/ceci/> Acesso em 13.10.2020

3 HIDAKA, L. T. F. A ESSÊNCIA DO EXISTIR. Um estudo sobre a Conservação da Autenticidade Tipológica de Áreas Históricas Patrimoniais: O Caso do Centro Histórico de Belém do Pará – C.H.B. 2000. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Urbano e Regional) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife. HIDAKA, L. T. F. Indicador de Avaliação do Estado de Conservação Sustentável de Cidade – Patrimônio Cultural da Humanidade: teoria, metodologia e aplicação. 2011. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Urbano) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife. HIDAKA, L. T. F. Significância Cultural de Sítios Urbanos Patrimoniais: Uma Relação Valorativa entre Sujeitos e Objetos. ARQUIMEMÓRIA 5, Salvador, 2017. LIRA, F. B. Da Natureza Complexa dos Bens Culturais: A Indissociabilidade entre Significância Cultural, Integridade e Autenticidade. ARQUIMEMÓRIA 5, Salvador, 2017. VIEIRA, N. M. Gestão de Sítios Históricos: a transformação de valores culturais e econômicos nas fases de formulação e implementação de programas de revitalização em áreas históricas. 2006. Tese (Doutorado em Planejamento Urbano) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife. VIEIRA, N. M. INTEGRIDADE E AUTENTICIDADE: conceitos-chave para a reflexão sobre intervenções contemporâneas em áreas históricas. ARQUIMEMÓRIA 3 – Encontro Nacional de Arquitetos sobre Preservação do Patrimônio Edificado, Salvador, 2008. ZANCHETI, S. M.; LORETTO, R. P. Dynamic Integrity: A New Concept to Approach the Conservation of Historic Urban Landscape (HUL). Texto para Discussão, v. 53, Centro de Estudos Avançados da Conservação Integrada. Olinda, 2012. ZANCHETI, S. M.; MAGALHÃES, A. C.; MAGALHÃES, A. M.. Importância da Significância Cultural para a Conservação de Centros Históricos. III ENANPARQ, São Paulo, 2014.

4 Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) - <https://en.unesco.org/> Acesso em 13.10.2020

fator determinante para que um bem seja considerado patrimônio da humanidade.

Ao longo dos anos, a UNESCO, através do *World Heritage Committee* - comitê responsável pelas questões ligadas ao Patrimônio da Humanidade -, nas diversas revisões de seu Guia Operacional[5] e com as "Cartas Patrimoniais"[6] do ICOMOS, empenha-se em esclarecer o entendimento dado aos conceitos de autenticidade, integridade e significância cultural e sua operacionalização como instrumentos para aferimento do Valor Universal Excepcional. Diversos autores, como os citados anteriormente, buscam colaborar para as discussões do tema, expondo fragilidades nas definições presentes nesses documentos e demonstrando a necessidade de avanços na compreensão dos termos, para que seja mais viável e precisa sua aplicação na gestão do patrimônio cultural, considerando que se tratam de conceitos de grande importância para a preservação, não apenas como qualificadores do patrimônio mundial, mas como passíveis de aplicação na análise de bens em diversas escalas.

1.1 AUTENTICIDADE E INTEGRIDADE DO PATRIMÔNIO CULTURAL

O Pós-Segunda Guerra Mundial foi um importante marco para o campo da preservação, uma vez que evidenciou a fragilidade conceitual do campo ao lidar com a destruição em grande escala dos bens culturais. É nesse contexto de revisão dos instrumentos teórico-críticos do campo disciplinar que a autenticidade aparece citada, pela primeira vez, em um documento internacional sobre o patrimônio cultural, em 1964, no preâmbulo da Carta de Veneza, que é o documento basilar do ICOMOS, órgão consultivo da UNESCO para questões relativas ao patrimônio:

> A Humanidade, que tem vindo progressivamente a tomar consciência da singularidade dos valores humanos, considera os monumentos como um patrimônio (sic) comum, reconhece a responsabilidade coletiva pela sua salvaguarda para as gerações futuras e aspira, simultaneamente, a transmiti-los com toda a riqueza da sua **autenticidade** (ICOMOS, 1964. Grifo nosso).

Assim, essa primeira citação é feita sem maiores definições, não esclarecendo o entendimento dado a esse termo. Apenas em 1977, quando o chamado "teste de autenticidade" passou a ser exigido pela UNESCO para o aceite de bens na Lista do

5 World Heritage Committee. Operational Guidelines for the Implementation of the World Heritage Convention. UNESCO, 2005, 2008, 2011, 2013, 2015, 2016, 2017, 2019. Disponível em: <https://whc.unesco.org/en/guidelines/> Acesso em 13.10.2020.

6 International Council on Monuments and Sites - <https://www.icomos.org/en/resources/charters-and-texts> Acesso em 13.10.2020.

Patrimônio Mundial, evidencia-se um pouco melhor a intenção do órgão quanto a aplicação do termo. Para o teste foram estipulados quatro parâmetros: a) forma ou desenho; b) material; c) habilidade do artífice; e d) características de implantação e organização do sítio (OLIVEIRA, 2019, p.291), ou seja, todos parâmetros ligados à materialidade dos bens. Lira (2009) explica que a intenção do órgão, ao exigir o teste nesses termos, era evitar a inclusão de obras falsificadas ou reconstruções modernas que pudessem ser tomadas, equivocadamente, por genuínas na Lista do Patrimônio Mundial. No entanto, as discussões fomentadas sobre o termo extrapolaram, em muito, essa definição do conceito, não se limitando à mera identificação de falsificações.

As principais críticas se deram pelo fato de que, embora a UNESCO se dispunha a reconhecer e proteger o patrimônio de valor universal, sua compreensão do tema à época se limitava a uma visão ocidentalizada, considerada excessivamente materialista, que acabava por excluir da Lista os bens de culturas cujas visões de autenticidade e formas de preservação diferiam da adotada pelo órgão (ZANCHETI, et al., 2008, p.4).

Era este o caso, por exemplo, dos Templos de Ise, no Japão, ou de bens africanos que, seja por rituais tradicionais ou por sua técnica construtiva, são constantemente reconstruídos como parte da tradição, identidade e forma de preservação dessas culturas. Ou ainda, casos como o do Centro de Varsóvia, que foi totalmente reconstruído após ter sido destruído por bombardeios na Segunda Guerra Mundial (LIRA, 2018, p.274). Tais bens, por motivos próprios, não se adequavam à autenticidade como definida pela UNESCO, pautada apenas na materialidade, uma vez que seus materiais não são essencialmente os "originais", porquanto sua autenticidade recai em outros fatores de caráter intangível[7].

Essa compreensão motivou a realização, em 1994, da Conferência de Nara, no Japão. O evento teve como tema central a questão da Autenticidade do Patrimônio Cultural e seu produto final foi a Declaração de Nara, que trouxe, primordialmente, segundo Lira (2009), duas inovações: a primeira, ao "reconhecer que a diversidade de tradições culturais é uma realidade e exige respeito de todos os aspectos inerentes à seu sistema de pensamento" (LIRA, 2009, p.274) ou, em outras palavras, a compreensão de que "a autenticidade decorre da diversidade cultural (espiritual e intelectual), devendo

7 Entendemos, no entanto, que é possível tecer, hoje, essa crítica, a partir de um distanciamento histórico. Hoje o campo entende que o bem patrimonial é composto por valores materiais e imateriais, que juntos constituem a totalidade do valor patrimonial do bem; entende-se a importância de uma leitura totalitária. A crítica posta pelos autores, se dá justamente pela necessidade de revisão dessa forma de interpretação, dada pela UNESCO, frente à essas mudanças de paradigmas do campo do restauro/preservação/conservação.

seu julgamento ser feito considerando o contexto cultural de cada bem" (ZANCHETI, et al., 2008, p.4). A segunda inovação foi levar à redefinição e inclusão de novos atributos de natureza não material, mas dinâmica, para a avaliação da autenticidade de bens culturais. A partir de 2005, adotou-se a seguinte definição das condições de autenticidade:

> Um bem cultural satisfaz as condições de autenticidade se os seus valores culturais [...] estiverem expressos de modo verídico e credível através de uma diversidade de atributos, entre os quais: **forma e concepção, materiais e substância, uso e função, tradições e técnicas, localização e implantação, espírito e sentimento, e outros fatores internos ou externos** (UNESCO, 2005, § 82. Grifo nosso).

Mesmo após os avanços alcançados em Nara, ainda existe grande dificuldade em obter-se uma definição clara do termo, motivo pelo qual a operacionalização e sua aplicabilidade à gestão do patrimônio permanecem muito aquém do ideal para sua efetivação.

Para um entendimento mais pormenorizado sobre o tema, há abordagens ligadas ao relativismo cultural e à fenomenologia, como as dos autores já citados, que buscam a compreensão do conceito através da relação entre o sujeito e o objeto [patrimonial], as quais têm interpretado que a autenticidade não se trata de uma condição inerente aos bens, mas atribuída a eles pelos atores sociais envolvidos. Pode-se fazer um paralelo com Menezes (1998), quando ele expõe que determinado objeto não tem valor cultural em si, como uma aura que o reveste, mas tem valor tanto quanto lhe for conferido pelos grupos que com ele se relacionam. Assim, refuta-se "qualquer entendimento que vincule a autenticidade de um objeto a características (meramente) objetivas, pois a condição de ser ou não autêntico está exclusivamente na consciência de quem julga" (LIRA, 2018, p.286), motivo pelo qual devem ser envolvidos nesse julgamento tantos agentes sociais relacionados com o bem quanto for possível serem contatados, de forma que o poder de julgamento não fique nas mãos de apenas um grupo ou profissional isolado.

Assim, buscando afastar a compreensão da autenticidade de uma visão restrita às características objetivas, físico-materiais, dos bens, Lira (2009, p.138) propõe a análise da autenticidade a partir de três dimensões, presentes nos bens de forma conjunta e interdependente:

1) **a dimensão construtiva,** diz respeito aos "processos e ritos de fazer e refazer dos bens culturais, mantidos do passado ou por algum motivo retomados no presente"

(LIRA, 2018, 288); esses processos podem ter duas temporalidades: mantidos do passado até o presente, como é o exemplo dos Templos de Ise, no Japão, que passam constantemente por rituais tradicionais de reconstrução; ou, que existiram no passado e, por algum motivo, foram retomados no presente, como o caso da reconstrução do Centro Histórico de Varsóvia, que havia sido destruído em bombardeios da Segunda Guerra Mundial;

2) **a dimensão objetiva** relaciona-se às características físico-materiais dos bens, e sua verificação deve ser feita nos casos em que os processos construtivos que originaram o bem não mais existem, de forma que, nessas situações, "a autenticidade só pode ser verificada em sua dimensão objetiva, baseada no invólucro material e no espaço do próprio bem" (LIRA, 2018, p.288), uma vez que são esses os vestígios restantes das transformações ocorridas no tempo;

3) **a dimensão expressiva** é relacionada com a forma como os sujeitos experienciam e se relacionam com os bens, relação essa essencial para a criação de significações culturais, de forma que a manutenção dos usos e práticas tradicionais são atributos primordiais para a verificação dessa dimensão.

A distinção dessas dimensões foi pensada para fins didáticos, uma vez que as três dimensões dizem respeito ao mesmo objeto e se apresentam de forma conjunta, interdependente, nos bens culturais. No entanto, essa distinção se mostra de grande relevância para trazer luz sobre a questão da autenticidade, alcançando êxito em conciliar aspectos tangíveis e intangíveis do termo.

Nesse sentido, pode-se concluir que a autenticidade se relaciona ao patrimônio cultural como qualificador da genuinidade de seus atributos, tanto os tangíveis - de ordem física-material -, quanto os intangíveis - suas relações socioculturais, políticas e históricas. Avaliar a autenticidade, portanto, significa avaliar a capacidade que esses atributos têm de expressar, de forma verdadeira, os valores, ou seja, a significância do bem.

Ao introduzir o tema da integridade, Loretto (2016) estabelece sua crítica:

> A integridade representa um exemplo no atual 'léxico patrimonial', cujos entendimentos mais parecem confundir que esclarecer, **muito embora represente um importante elemento nos mais diversos processos de salvaguarda** (LORETTO, 2016, p.32. Grifo nosso).

A mesma crítica se aplica facilmente às questões da autenticidade. Não raro ambos os termos são confundidos e sobrepostos nos documentos de bens candidatos à lista do patrimônio mundial da UNESCO, sendo muitas vezes tomados como sinônimos. "A integridade é uma incógnita e a autenticidade um problema de fé", comenta Silva (2012, p.28) quanto à falta de clareza na definição e aplicação dos dois termos.

A partir de 2005, a integridade passou a ser um dos critérios avaliados pela Unesco para inserção de bens na Lista do Patrimônio Mundial. O termo que inicialmente era aplicável apenas ao patrimônio natural, passou, então, a ser utilizado também para o patrimônio cultural, em um esforço para aproximação das duas categoriais patrimoniais, visando seu equilíbrio na Lista que, até então, era composta quase que exclusivamente por patrimônios culturais. A integridade é definida pelo Guia Operacional da UNESCO, de 2019, último lançado até o momento, como sendo:

> [...] a medida de **completude** e **intactibilidade** do patrimônio natural e/ou cultural e seus atributos. Examinar as condições de integridade, portanto requer avaliar até que ponto o bem: a) inclui todos os elementos necessários para expressar seu Valor Universal Excepcional; b) possui dimensão suficiente para garantir a completa expressão das características e processos que transmitem a significância do bem; c) sofre efeitos adversos do desenvolvimento e/ou negligência. Isso deve ser apresentado em uma declaração de integridade (UNESCO, 2019, §88. Tradução e grifo nossos).

Dois pontos centrais se destacam nessa definição: completude e intactibilidade. A completude diz respeito às questões - também presentes nas discussões da autenticidade – relativas à capacidade de os atributos do bem expressarem ou transmitirem, de forma suficiente, a significância. O caráter de intacto (intactibilidade) se relaciona com o aspecto do estado físico do bem e de seus atributos significativos, os quais devem apresentar bom estado de conservação (SILVA, 2012). Nota-se que ambos os pontos dizem respeito à materialidade do bem, à presença de todos seus elementos e à conservação de sua matéria. Buscando uma compreensão mais ampla do termo, Jokilehto (2006, p.14) propõe três categorias, que se sobrepõem nos bens, para revelar a totalidade de sua integridade: a **integridade visual**, que diz respeito aos aspectos estéticos do bem; a **integridade sociofuncional**, que tem relação com os processos interativos entre o bem e a sociedade (questões sociais, religiosas e culturais); e a **integridade estrutural**, relativa às características físico-materiais e/ou espaciais que sobreviveram ao tempo e são testemunho dos outros dois aspectos.

Nesse sentido, a integridade deve ser compreendida a partir de aspectos materiais **e** imateriais; não deve ser tomada como sinônimo de "puro", no "stricto

sensu" da palavra, mas não está totalmente desvinculada da materialidade original do bem (SILVA, 2012, p.31). Lira (2020) resume:

> [...] a verificação da integridade está relacionada ao grau em que o bem cultural, em sua matéria e em sua dinâmica social, detém seus atributos característicos e os processos responsáveis pela atribuição de valores a ele (LIRA, 2020, p.7).

É notória a proximidade entre autenticidade e integridade, sendo ambos compostos por aspectos materiais e imateriais, com definições que parecem se tangenciar constantemente. Lira (2020), esclarece:

> A **autenticidade se relaciona ao patrimônio como um qualificador** e é aplicada exclusivamente ao patrimônio cultural. A **integridade, por sua vez, está relacionada à identificação das condições funcionais e históricas** de um sítio cultural ou natural. Os dois conceitos podem ser tidos como complementares; no entanto, um não substitui o outro (LIRA, 2020, p.8. Grifo nosso).

Se a autenticidade avalia qualitativamente a expressão dos valores do bem através de seus atributos, podemos dizer que a integridade avalia em que medida todos os atributos ainda estão presentes no bem, para essa expressão de valores. Portanto, como colocado acima, ambos são conceitos muito próximos e complementares, mas não podem ser sobrepostos como sinônimos.

1.2 A SIGNIFICÂNCIA CULTURAL

A manutenção da integridade e autenticidade do patrimônio cultural tem como objetivo central a proteção, expressão e transmissão da significância cultural dos bens. Segundo a Carta de Burra (ICOMOS Austrália, 1980, 1988, 1999 e 2013), o objetivo da conservação é a preservação da significância cultural. Esta Carta, embora se trate de um documento nacional da Austrália, não referendado pela Assembleia Geral do ICOMOS, é amplamente citada como referência do tema, por ser a primeira a voltar-se especialmente para a questão da significância cultural, que nela é definida como um conjunto de:

> [...] valores estéticos, históricos, científicos, sociais ou espirituais, para as gerações passadas, presentes ou futuras", que estão "incorporados no lugar em si, em seu tecido, configuração, uso, associações, significados, registros, lugares e objetos relacionados (ICOMOS Austrália, 2013, art. 1. Tradução da autora).

Embora defina os valores da significância como incorporados ao sítio, a carta

destaca ainda que os lugares de significância "podem ter uma gama de valores para os diversos grupos ou indivíduos" (ICOMOS AUSTRALIA, 2013, art. 1. Tradução da autora), demonstrando que tais valores são relativos aos agentes envolvidos com o bem. Nesse sentido, Zancheti et al. (2009), elucida que a visão presente na carta é ligada a uma perspectiva empírico-positivista, cuja compreensão é de que "os valores são considerados qualidades inerentes" aos bens, de forma que sua "identificação e interpretação depende apenas do estado e do avanço do conhecimento e da precisão dos instrumentos de observação" (ZANCHETI et al., 2009. Tradução da autora), permanecendo, portanto, o reconhecimento de tais valores a cargo exclusivo de especialistas e técnicos da área da preservação.

Posição oposta a esta seria a do socioculturalismo, na qual o indivíduo é o agente ativo do processo de atribuição de valores aos objetos; esse indivíduo está inserido em um contexto coletivo (social, econômico, cultural), de forma que seu julgamento não é isento da influência desse contexto. Nesse sentido, entende-se que a significância deve ser determinada por diferentes grupos, em oposição ao reconhecimento exclusivo por especialistas, pois é entendida como uma construção social que se dá através da interação desses muitos grupos com o bem ao longo do tempo (ZANCHETI et al., 2009).

Os autores redefinem, então, a significância como "um conjunto de valores identificáveis resultantes do contínuo julgamento (passado e presente) e da validação social dos significados dos objetos" (ZANCHETI et al., 2014). Dessa definição apreende-se que:

1) os valores, substratos da significância, não são inerentes ao bem, mas atribuídos e reconhecidos pelos "*stakeholders*"[8] em sua relação com o objeto através do tempo;

2) sendo relativos aos grupos envolvidos, os valores estão sujeitos aos processos de transformação pelos quais passam a sociedade e, portanto, seu julgamento deve ser continuamente revisto, de forma a não deixar de incluir novos valores decorrentes dessas transformações; além disso, os autores esclarecem que:

> Significância inclui valores do passado e do presente, aqueles que estão em disputa entre os stakeholders, e aqueles com não mais significado no presente, mas que ainda estão na memória coletiva, ou recordados por instrumentos de memória reconhecidos pela sociedade (ZANCHETI, et al., 2014);

8 São chamados de *stakeholders* todos os indivíduos, grupos e gestores envolvidos com o bem. O termo pode ser traduzido como "partes interessadas".

3) a "validação social do significado dos objetos" coloca na figura dos *stakeholders*, ou seja, dos atores sociais envolvidos com o bem, o papel de reconhecimento de seu valor, uma vez que são (ou deveriam ser) estes os maiores interessados na preservação do bem. Dessa forma, o papel do especialista passa a ser o de negociação e comunicação com os envolvidos. Lira (2020) sugere que esse processo tenha uma abordagem "*top-down-top*":

> Inicia-se conduzida por especialistas, a partir do levantamento das informações históricas e das condições atuais do bem, para gerar o substrato por meio do qual se pode identificar potenciais atributos patrimoniais e valores. A validação desses atributos e a apreensão da significância cultural do bem precisa considerar todos os atores sociais envolvidos, pois a formação da memória e da identidade se processam coletivamente (LIRA, 2020, p.17).

Dessa forma, a significância cultural se mostra um conceito chave para a compreensão do bem na totalidade de seus valores, em suas relações sociais, culturais, políticas e históricas, e como importante ferramenta de registro da identidade e memória dos grupos relacionados ao bem patrimonial. Pode ser considerada, também, uma base para a avaliação da autenticidade e integridade do patrimônio cultural, como será demonstrado a seguir.

1.3 INDISSOCIABILIDADE DOS CONCEITOS E SUA APLICAÇÃO AO PATRIMÔNIO CULTURAL

Apreende-se, portanto, que a significância cultural, a integridade e a autenticidade são noções indissociáveis e interdependentes: a autenticidade e a integridade expressam a significância do bem; a alteração das condições de integridade e autenticidade pode levar à perda ou à alteração da significância; da mesma forma, a diminuição, perda ou alteração da significância podem alterar as condições de autenticidade e integridade desse bem.

Compreendendo isso, diversos autores tecem críticas acerca das exigências da UNESCO de declarações separadas de significância cultural, integridade e autenticidade, respectivamente. Questiona-se que, sendo essas noções indissociáveis, sua identificação/avaliação deveria ser feita de maneira integrada, a fim de minimizar as confusões e os equívocos entre os termos. A dificuldade, no entanto, é de como tratar as três noções de forma unificada e operacionalizar sua aplicação à gestão do patrimônio cultural, ao que Lira (2020, p.12) propõe que sejam observadas cinco

premissas:

1) Entendendo que a significância cultural, integridade e autenticidade estão relacionadas à avaliação dos atributos patrimoniais, as ações sobre os bens culturais devem ter como ponto de partida a identificação destes atributos. Os atributos patrimoniais correspondem a todas as características, materiais e/ou imateriais, reconhecidas em um bem como sendo de valor patrimonial. Dessa forma, Lira (2020, p.12) sugere cinco aspectos a partir dos quais esses atributos podem ser identificados:

a) contexto e implantação (relação do bem com o entorno);

b) tipo(s) construtivo(s);

c) técnicas e materiais construtivos;

d) pátina do tempo – que a autora identifica como sendo os "sinais e efeitos da passagem do tempo nas superfícies dos bens a serem conservados por razões históricas, estéticas e técnicas" (LIRA, 2020, p.13);

e) usos e práticas sociais (que colaborem para a animação do edifício ou sítio e que sejam compatíveis com a sua preservação).

A autora deixa claro que, independente da escala dos bens analisados, a identificação dos atributos patrimoniais deve ser pautada na pesquisa histórico-documental e em levantamentos morfotipológicos e de usos atuais. Dessa forma se compreende quais são os valores atribuídos ao bem, condição essencial para conduzir as ações de preservação:

> Valores podem estar em conflito e o entendimento da significância cultural do bem permite hierarquizá-los e orientar o processo de conservação para que seja priorizada a manutenção no tempo daqueles mais relevantes. [...] quanto mais valorado for um bem, menos se deve modificar os seus atributos patrimoniais (LIRA, 2020, p.13).

2) Uma vez que os atributos patrimoniais são mutáveis no tempo (em virtude da ação natural e/ou antrópica), a significância cultural, a integridade e a autenticidade também devem ser consideradas mutáveis: são condições dinâmicas do bem cultural e mutuamente influenciáveis:

> [...] a significância equivale ao conjunto de valores atribuídos ao bem;

> a integridade relaciona-se à capacidade dos atributos do bem de transmitir sua significância; a autenticidade relaciona-se à capacidade do bem expressar sua significância cultural de forma verdadeira. Se os atributos se transformam e impactam a significância, as condições de integridade e de autenticidade também são alteradas (LIRA, 2020, p.14).

Dessa forma, qualquer documento que registre a significância cultural, a integridade e a autenticidade não deve ser considerado como permanente, mas sim ser periodicamente revisto, a fim de acompanhar as possíveis alterações dessas condições ao longo do tempo.

3) Cada bem se encontra inserido em um contexto sociocultural, de forma que a construção da significância cultural e a avaliação das condições de autenticidade e integridade devem se realizar nesse contexto, a partir de um processo de avaliação intersubjetiva.

> Esse é um processo que precisa envolver negociação, equilíbrio e, por fim, consenso [...] sobre qual é a significância cultural, bem como sobre as condições de integridade e autenticidade para, a partir dessas informações, construir diretrizes de conservação baseadas em leitura criteriosa do bem (LIRA, 2020, p.17).

4) Se a significância cultural é uma construção social, como foi refletido anteriormente, para sua identificação devem ser ouvidos todos os atores sociais envolvidos com o bem em igual medida. A avaliação das condições de integridade e autenticidade, por demandarem conhecimento técnico e especializado, deverá ficar a encargo de especialistas, mas deve ser sempre baseada nas pesquisas histórico-documentais e nos levantamentos morfotipológicos e de usos.

5) O produto desse processo deverá ser uma declaração integrada da significância cultural e das condições de integridade e autenticidade do bem. Nesta, devem estar contidos, ainda, diretrizes e apontamentos gerais para a gestão da preservação, bem como orientações que norteiem eventuais ações projetuais.

A chamada Declaração de Significância Cultural, Integridade e Autenticidade (DSIA), proposta por Lira (2020, p.17), não tem ainda seus procedimentos explicitados pela autora, por tratar-se de um posicionamento muito recente e que está ainda em construção. Dessa forma, nessa pesquisa de mestrado é apresentada uma visão mais geral e teórica desse instrumento. No entanto, evidencia-se que a identificação

da significância cultural é o procedimento basilar para a avaliação das condições de integridade e autenticidade – seja através de uma declaração integrada ou de declarações individuais -, bem como para a delimitação de diretrizes para gestão dos bens.

1.4 DECLARAÇÃO DE SIGNIFICÂNCIA CULTURAL: DO PATRIMÔNIO MUNDIAL À SUA APLICAÇÃO NA GESTÃO DO PATRIMÔNIO LOCAL

Uma vez que sintetiza em um só documento o conjunto dos valores atribuídos, julgados e validados pelos *stakeholders*, os resultados das pesquisas histórico-documentais e levantamentos e, por fim diretrizes gerais para ações sobre o bem, a Declaração de Significância Cultural se mostra um importante e eficaz instrumento para a gestão do patrimônio cultural.

Sendo dinâmica e mutável, a declaração deve sempre abarcar os novos valores que surgem em decorrência das alterações de seus contextos socioculturais, econômicos, políticos, tornando-se um registro dos valores presentes e passados, relevante instrumento de rememoração, retrato das continuidades e transformações não apenas dos bens culturais como das próprias sociedades que os valoram.

> A declaração é, portanto, utilizada como instrumento de suporte da memória e orientação para a ação de conservação. Como suporte da memória grava, para o futuro, a validação cultural que uma comunidade realizou de um bem patrimonial. Como orientação para a ação da conservação, especifica as características do bem para as quais a comunidade atribuiu valor cultural, e que devem ser mantidas ao longo do tempo (ZANCHETI; HIDAKA, 2014, p.3).

No âmbito internacional, a declaração é exigida pela UNESCO nos processos de pedido de inclusão de bens na Lista do Patrimônio Mundial. É utilizada, ainda, como documento referência para o teste de autenticidade desses bens e para os planos de gestão da conservação, elaborados pelos países que já possuem bens na Lista. Ou seja, a Declaração é um documento basilar que estrutura a gestão do patrimônio cultural da humanidade.

No que se refere ao âmbito nacional, Lins (2014, p.17) tece a crítica sobre a forma como, no Brasil, ainda hoje, o principal instrumento de registro dos valores de bens patrimoniais (seja nas instâncias municipais e estaduais, seja no próprio órgão federal, o IPHAN) são os dossiês de tombamento que, apesar das transformações operacionais nas normas de tutela, alcançadas nas últimas décadas, permanecem sem dispositivos que prevejam ou recomendem sua constante atualização. Sendo assim, a maioria dos

bens sob tutela no país tem sua preservação pautada em valores atribuídos há décadas atrás, o que prejudica a sua gestão, na medida em que os novos valores hoje presentes entram em conflito com a forma de preservação dos bens, que diz respeito a valores que, muitas vezes, não existem mais ou foram se transformando ao longo do tempo.

A fim de transpor esse instrumento do âmbito internacional para o contexto local, é importante esclarecer três questões relativas à declaração: 1) quais são os valores que ela registra; 2) como identificar esses valores; 3) quem os identifica.

Como definido anteriormente, os valores que compõem a significância de um bem são aqueles atribuídos e reconhecidos pela "sociedade a partir da interação de indivíduos, grupos e instituições [...], criados por processos intersubjetivos" (ZANCHETI; HIDAKA, 2014, p.5). Entende-se que a significância é uma construção social, de forma que, para sua declaração, devem ser ouvidos tantos grupos e atores sociais envolvidos com o bem quanto for possível. Ouvidos os *stakeholders*, devem ser registrados os valores levantados - tanto os do passado, como os do presente e os que se encontram em disputa -, de forma que possam ser julgados e validados, identificando aqueles que serão priorizados na preservação do bem. A declaração de significância construída a partir desses princípios se torna um registro de valores, interações e mudanças de uma sociedade, em relação ao bem.

> Desse modo, a declaração será o produto de uma visão da cultura como um fluxo contínuo, mutável, envolvendo um conjunto de processos e valores e não um conjunto de elementos estáticos (ZANCHETI e HIDAKA, 2014 apud AVRAMI et al., 2000, p.10).

Apesar de ser exigida pelo órgão internacional e ser reconhecida como documento basilar para outras etapas de gestão patrimonial, são poucos os documentos que descrevem os procedimentos para a elaboração da Declaração de Significância, além disso a falta de um modelo de referência, dificulta aos órgãos e instituições de salvaguarda a elaborarem a declaração dentro dos parâmetros teóricos aqui discutidos, resultando em declarações muito diferentes umas das outras, tanto em extensão como em conteúdo (AZEVÊDO et al., 2014, p. 2)

Na quarta edição da Carta de Burra, de 1999, consta a primeira descrição documental do procedimento para elaboração de uma declaração de significância, pautado em quatro etapas: 1) identificação do sítio e seu entorno; 2) reunião e registro das informações sobre o sítio; 3) avaliação da significância; e 4) preparação da declaração. Azevêdo et al. (2014) comentam que, apesar dessa carta estipular que

deve-se dar oportunidades aos grupos e pessoas envolvidas com o sítio, para que integrem os processos de elaboração da declaração, os procedimentos especificados no texto são apresentados de maneira vertical, de forma que a significância é avaliada apenas pelos especialistas.

Poucos são os trabalhos que se emprenham em descrever os procedimentos e o conteúdo final de uma Declaração de Significância Cultural. No Brasil, dois textos se destacam ao apresentar de forma clara e concisa o processual para a elaboração de tal documento: de Zancheti e Hidaka (2014), "A Declaração de Significância de Exemplares da Arquitetura Moderna" e, de Azevêdo et al. (2014), "A Declaração de Significância: um instrumento de salvaguarda do patrimônio arquitetônico". A partir desses dois estudos, podemos ter uma compreensão mais objetiva sobre como proceder a elaboração do documento e qual o resultado esperado.

Em Azevêdo et al. (2014, p. 6) os autores chegaram a cinco pontos fundamentais nos quais deve embasar-se a construção da declaração: I) a objetividade da redação; II) a multiplicidade dos valores; III) a diversidade dos atores sociais envolvidos; IV) a validação do processo; e V) as atualizações periódicas.

Para os autores, para que o documento se torne, de fato, um instrumento eficaz para gestão patrimonial, sua redação deve ser concisa, objetiva e de fácil entendimento (ter linguagem clara), pois, sendo a significância um conceito que permeia o campo da subjetividade, a clareza dos termos aplicados no documento evitará interpretações equivocadas. Quanto à multiplicidade de valores, destacam a importância de que a declaração abranja o maior número de valores quanto for possível identificar, de forma que o documento se apresente como um registro não apenas para o presente, como para o futuro. Para isso, deve haver também multiplicidade de atores sociais envolvidos no processo: "a opinião dos diferentes grupos envolvidos com o bem deve ser considerada para que a declaração de significância seja um instrumento de gestão democrática" (AZEVÊDO et al., 2014, p. 6). Estes grupos são responsáveis, também, pela validação do processo, de forma que o documento final são seja apenas um registro técnico, mas um instrumento memorial, como citado anteriormente; motivo pelo qual deve ser periodicamente revisto e atualizado, abarcando os valores presentes, passados e permitindo a inserção de valores futuros.

Zancheti e Hidaka (2014, p.6) detalham três etapas na elaboração da Declaração: a determinação, a avaliação e a redação da significância. Estas podem ser colocadas

em paralelo com as cinco etapas propostas por Azevêdo et al. (2014): levantamento e identificação, que corresponde a etapa de determinação; julgamento, que corresponde a etapa de avaliação; redação (etapas permeadas por processos de validação dos agentes envolvidos); diretrizes; consolidação; e, posteriormente a etapa de revisão, considerada uma constante.

Na primeira etapa é realizada a análise do bem (seus elementos, técnicas construtivas, estado de conservação e contexto no qual está inserido). Essa etapa conta com os seguintes procedimentos:

I. Reunião de todas as informações básicas sobre o edifício: datas de início e término da construção, consulta a proprietários, construtores e demais pessoas envolvidas no projeto; fotos do terreno, da obra e seu entorno, antes e depois da execução; cópia do projeto original e posteriores reformas etc.

II. Levantamentos em fontes documentais, reunindo dados como: a história do bem desde o projeto até o presente momento; reportagens, manchetes ou notícias relatando fatos ligados a este; documentos do tombamento, quando houver; processos de projeto; modificações físicas, de uso e de propriedade; fatos históricos associados ao bem e/ou ao seu entorno. É importante que toda a documentação seja acompanhada por entrevistas a pessoas diretamente ligadas às informações levantadas, como antigos moradores, proprietários, construtores/arquitetos, vizinhos, governantes locais, representantes de organizações sociais, culturais e de preservação do patrimônio local, especialistas da história e do patrimônio local etc.

III. Contextualização do bem em sua relação com: características físico-ambientais do entorno, outros edifícios construídos antes e depois deste; implantação e tradição construtiva; usos e relações com os grupos sociais existentes; estes dados devem ser ilustrados por fotos e/ou desenhos (técnicos e croquis).

IV. Análise arquitetônica e construtiva do estado atual do bem, detalhando a organização espacial, materiais, métodos e sistemas construtivos e identificando reformas, acréscimos e outras alterações em relação ao projeto original; levantamento de obras de arte integradas, elementos decorativos e mobiliários; análise do estado de conservação de todos os elementos, incluindo os bens integrados, e dos materiais construtivos, pontuando as principais patologias e fragilidades. Caso exista, o inventário prévio do bem pode ser utilizado como base de comparação.

V. Levantamento de todos os tipos de grupos e atores sociais envolvidos com o bem, seguido de pesquisa com estes, a fim de identificar os valores atribuídos ao bem. Nesse primeiro momento, devem ser levados em conta todos os tipos de valores que venham a surgir no levantamento.

> Os valores são de vários tipos e todos devem ser considerados, em primeira instância, para a determinação da significância e não somente aqueles tradicionalmente utilizados pelos especialistas da conservação patrimonial ou da arquitetura (ZANCHETI e HIDAKA, 2014, p.7).

Azevêdo et al. (2014) explicam que essa primeira etapa de levantamentos e identificação é um dos passos mais importantes na elaboração da declaração, uma vez que seus resultados possibilitarão a compreensão preliminar dos valores e significados do bem. Como resultado dessa etapa deve-se obter um documento com toda a informação disponível sobre o bem.

A segunda etapa na elaboração da declaração corresponde à avaliação da significância a partir das informações documentais e dos valores levantados na etapa anterior; através de um processo participativo que envolve os técnicos e os atores sociais consultados, decide-se sobre a importância desses valores, de forma a hierarquizá-los.

Uma vez que a significância cultural é definida como o conjunto de valores atribuídos e julgados de maneira coletiva, é fundamental que estejam incluídos no processo tantos atores sociais quanto for possível.

> A avaliação final deve conter tanto os pontos consensuais sobre a significância atual como as controvérsias relevantes. Também é importante a identificação das transformações de conteúdo pelas quais a significância do bem passou desde o momento em que foi expressa pela primeira vez (ZANCHETI; HIDAKA, 2014, p.8).

Azevêdo et al. (2014) explicam essa etapa como a conjunção do olhar técnico do especialista e das experiências e vivências dos atores sociais, que juntos identificam os diversos valores e significados do bem:

> Esses valores serão avaliados pelos pesquisadores e depois passarão por uma formulação de um juízo de valor, que é o momento do julgamento. O resultado deste julgamento passará por uma validação social. (AZEVÊDO et al., 2014, p. 8).

Essa etapa é constituída por quatro fases que se interseccionam: entrevistas com os atores sociais; avaliação dos objetos patrimoniais; avaliação dos valores e significados do sítio; avaliação da autenticidade e da integridade.

As entrevistas devem ser realizadas com os atores sociais identificados na etapa anterior. O pesquisador decidirá qual metodologia de entrevista melhor se encaixa no contexto do trabalho, levando em conta o número de pessoas envolvidas e qual a amostragem a ser utilizada. A etapa anterior, de levantamento e identificação, já apresentou alguns valores e significados do bem, como também o entendimento dos processos históricos e memoriais e a importância do bem para a comunidade ao longo do tempo. As entrevistas terão o papel de conformar junto aos *stakeholders* os valores levantados inicialmente, acrescentando outros e mostrando qual a escala de importância destes.

A avaliação da autenticidade e integridade se baseia em dois momentos: nos levantamentos realizados na primeira etapa, que apresentarão as modificações pelas quais o bem passou ao longo do tempo, possibilitando avaliar se tais modificações ocasionaram em alterações significativas nas características materiais e imateriais, responsáveis pela atribuição de valor patrimonial ao bem; e na consulta à opinião dos atores sociais sobre essas alterações, se afetaram, segundo estes, na percepção e valoração do bem.

Ao final dessa etapa deve ser feita a validação, por parte dos *stakeholders*, da construção da significância do bem. Esse processo deve visar um consenso para que seja validada a significância, de forma que, caso esta não seja validada, "o processo será refeito, e se for o caso retorna-se à etapa inicial, até a negociação chegar a um consenso" (AZEVÊDO et al., 2014, p. 9).

A terceira etapa trata da redação da Declaração de Significância Cultural. Nesse ponto, os valores devem estar estabelecidos e hierarquizados, tanto os consensuais como os controversos, e firmemente embasados nas informações documentais levantadas. O resultado dessa redação são dois textos que consistem na declaração: a significância cultural e a apresentação do bem.

A declaração se trata de um texto conciso, que descreve o bem e argumenta como e por que este é significante. Com base na história e no processo de avaliação de seus valores, o nível de detalhamento do texto dependerá da complexidade do bem e das informações obtidas.

> O texto deve ser curto, objetivo e de linguagem clara, evitando adjetivos e opiniões pessoais. Caso haja valores distintos para os grupos sociais, deve-se apresentar quais valores são importantes para cada grupo. O texto deve apresentar tanto os valores antigos como os novos. (AZEVÊDO et al., 2014, p. 9).

Como na etapa anterior, também esta deve passar por um processo de validação junto aos *stakeholders*, para averiguar se o texto final está de acordo com o construído em conjunto nas etapas anteriores. Aqui findam as etapas propostas por Zancheti e Hidaka (2014), uma vez que situam, já na etapa de redação, a estipulação de diretrizes e orientações gerais para preservação do bem.

Azevêdo et al. (2014) explicam que a etapa de elaboração de diretrizes de preservação do bem se desenvolve em dois momentos. Primeiramente, a partir da análise do estado de conservação do bem, realizada na primeira etapa, e da avaliação das condições de autenticidade e integridade, feita na segunda etapa, são identificados os problemas que necessitam de intervenções em caráter de urgência, os quais devem ser detalhados em um relatório sucinto a ser encaminhado ao órgão responsável pela salvaguarda do bem.

> No relatório deve constar uma análise das descaracterizações ou patologias do bem, imagens do atual estado de conservação, mapa de danos (caso necessário), e sugestões de usos e de medidas para a resolução dos problemas identificados. (AZEVÊDO et al., 2014, p. 10)

No segundo momento são identificadas as potencialidades e restrições do bem, traçando medidas para preservação deste a médio e longo prazo, tendo como base os conceitos teóricos do campo disciplinar do restauro/conservação/preservação, e pensando em um contexto maior de planejamento, propondo sua integração ao planejamento urbano local, como aos Planos Diretores e de Turismo, por exemplo.

A etapa de consolidação consiste no "acabamento" do documento, quando este será apresentado aos especialistas para a realização de pequenos ajustes, caso sejam necessários, após o que deverá ser organizada a apresentação e divulgação do documento final para os atores sociais e para a sociedade em geral.

Tendo em vista que este documento registra um julgamento presente dos valores atuais e passados do bem, e, por mais que se busque consultar e ouvir o maior número de pessoas possível em sua elaboração, a declaração será sempre um registro parcial e temporal desses valores, uma vez que é impossível abarcar todos os valores existentes, é importante reafirmar que a declaração não é um documento perpétuo: sendo a significância dinâmica e mutável, sua declaração também o é, e deve ser periodicamente revista e atualizada. Quanto a essa periodicidade de revisão da Declaração, não há ainda um consenso do período de tempo entre as revisões. Azevêdo et al. (2014, p. 10) explicam que, no relatório periódico dos Estados Árabes, elaborado

em 2004 pela UNESCO, o órgão estipula que um plano de gestão geralmente vigora por um prazo de cinco a dez anos, de forma que, entendida como parte essencial para esse tipo de plano, a Declaração pode ter o mesmo prazo para revisão.

Em relação a dificuldade de execução de tantas etapas, ainda mais com o envolvimento de equipes multidisciplinares e participação social, os autores salientam que a primeira Declaração de Significância de um bem será sempre a mais trabalhosa, principalmente para o levantamento e identificação das informações e agentes sociais relativos ao bem. Mas esta primeira declaração servirá de ponto inicial para a preservação e monitoramento do bem, e embasará as demais Declarações que, assim, poderão elaboradas de forma mais fácil[9].

Em conclusão, retomando os três pontos destacados no início do capítulo sobre a compreensão do Campo Disciplinar do Restauro acerca do patrimônio cultural (1. a necessidade de rigor metodológico nas ações sobre os bens patrimoniais; 2. a preservação dos bens em sua dúplice polaridade estética e histórica, compreendendo o bem em sua totalidade e 3. sua não estagnação no tempo), podemos concluir que a elaboração da Declaração de Significância Cultural possibilitaria a aproximação da gestão patrimonial dos bens culturais poçoscaldenses do rigor metodológico almejado para as ações sobre esses bens, diminuindo as ações empíricas e embasando as decisões em parâmetros técnicos e transparentes, que levem em conta a totalidade do bem, em seus aspectos materiais e imateriais, históricos, técnicos, estéticos etc, e a relação deste com a população que dele se apropria e reconhece sua significância. Por fim, tratando-se de um documento que deve ser periodicamente revisto, mantendo-se dinâmico e aberto a novos valores e interpretações sobre o bem, a Declaração contribuiria para sua não estagnação no tempo e sua integração à vida cotidiana das gerações presentes e futuras.

9 Para melhor compreensão e exemplo de modelo final da Declaração, vide:
AZEVEDO, Gabriela; PONTUAL, Virgínia; ZANCHETI, Silvio. Declaração de Significância: um instrumento de salvaguarda do patrimônio arquitetônico. XII Congresso Internacional de Reabilitação do Patrimônio Arquitetônico e Edificado. Bauru, 2014.

CAPÍTULO II
POÇOS DE CALDAS/MG: de cidade balneária a polo regional

2.1 AS ÁGUAS VIRTUOSAS

A cidade de Poços de Caldas se localiza na região sul do estado de Minas Gerais, na divisa com estado de São Paulo; seu desenvolvimento urbano foi atribuído ao sucesso de suas águas medicinais, que atraíam curistas, turistas e investimentos para a cidade, e a estabeleceram como um dos balneários hidrotermais referência no país.

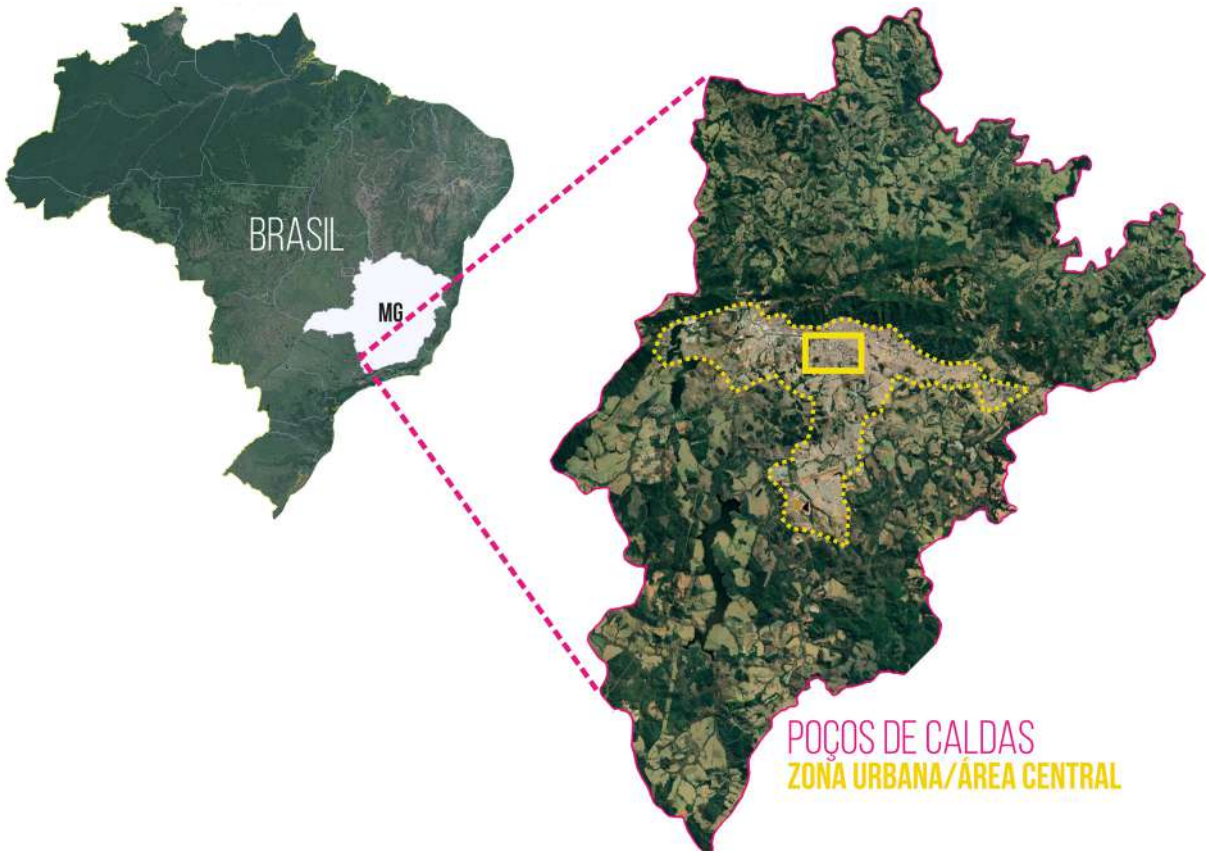


Figura 1 – Localização do Município de Poços de Caldas, sua Zona Urbana (amarelo tracejado) e Área Central (amarelo). Fonte: Google Earth; mapa produzido por Anamaria Oliveira, 2020.

No Brasil, as fontes termais já eram de conhecimento popular muito antes dos relatos escritos por viajantes e estudiosos do assunto. O interesse na identificação dessas fontes por parte das lideranças políticas e médicas da época foi motivado pela grande notoriedade que as águas termais adquiriram na Europa a partir do redescobrimento de suas virtudes pelos príncipes e cortes europeias, culminando em estudos aprofundados levados a cabo pela Academia de Medicina de Paris. Dessa forma,

a descoberta de fontes termais no território brasileiro[1] representava não apenas uma oportunidade de melhoria nas condições de saúde e uma alternativa para tratamento de doenças até então incuráveis, como a possibilidade de desenvolvimento econômico das regiões que continham essas águas (MARRICHI, 2017, p.77).

Figura 2 – Mapa do roteiro percorrido por Auguste de Saint-Hilaire, no território de Minas Gerais, entre os anos de 1816 e 1822. Fonte: Coordenadoria das Promotorias de Justiça de Defesa do Patrimônio Cultural e Turístico. Disponível em: <https://patrimoniocultural.blog.br/2016/10/24/saint-hilaire-os-200-anos-da-chegada-ao-pais-do-mais-brasileiro-dos-naturalistas-europeus/> Acesso em 29.12.2020.

1 Para compreender mais sobre termalismo ver bibliografia, e:
FRANCO, Amanda Cristina. Águas Fundam Cidades: a formação de estâncias hidrominerais no Brasil no início do século XX. 8 Seminário da História da Cidade e do Urbanismo. Niterói, 2004. HELLMANN, Fernando; RODRIGUES, Daniel M. De O (Org.). Termalismo e Crenoterapia no Brasil e no Mundo. Editora Unisul, 2017. MARRICHI, Jussara Marques Oliveira. Uma breve exposição sobre o emprego das palavras caldas, cidade termal, cidades balneárias e estâncias hidrominerais para os estudos urbanos brasileiros. XXVI ANPUH, São Paulo, 2011. _____. Memórias médicas sobre as águas termais brasileiras e europeias entre 1902 e 1950: relatos de viagem e apropriação do meio natural. Revista Hitória UEG, v. 1, n. 2, p.41-62, 2012. MEDEIROS, Daniele Cristina C. Viagens às estâncias hidrominerais de São Paulo: cura, regeneração, divertimento e educação do corpo nas décadas de 1930 e 1940. 2016. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação da Universidade Estadual de Campinas. Campinas. PORTO, Daniele R.; FRANCO, Amanda C. A construção do território nas cidades de lazer. XI ANPUR. Salvador, 2005 TEIXEIRA, Sara Cristina Costa. O Termalismo Clássico na Atualidade: O Caso das Termas de Vizela. 2013. Dissertação (Mestrado em Lazer, Património e Desenvolvimento) – Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra. Coimbra.

Nesse sentido, ainda no início do século XIX, os relatos de viajantes sobre as propriedades medicinais das águas termais foram de grande importância para a divulgação científica e a atração de investimentos para essas áreas. Nas Regiões Centro, Sul e Sudeste do Brasil, foram especialmente relevantes os relatos do botânico e naturalista francês Auguste de Saint-Hilaire, que descreveu características de áreas termais nos estados de Santa Catarina, Goiás, São Paulo e Minas Gerais (Figura 2).

O chamado "Campo de Caldas", que hoje corresponde à área central da cidade de Poços de Caldas, era conhecido pelos poucos moradores locais como sendo cercado de misticismo, com lendas ligadas aos seus vapores com cheiro de enxofre e às propriedades das águas salobras que ali vertiam. Auguste de Saint-Hilaire[2] chamou essas águas de "águas do Rio Pardo", em referência ao rio que corta a área, e assim as descreveu, em 1818:

> As águas minerais do Rio Pardo não são amargas como as de Araxá, mas tem um gosto de ovo podre muito pronunciado. [...] O sabor dessas águas basta para mostrar que são essencialmente sulfurosas e que, em consequência, poderiam ser empregadas com sucesso no tratamento de moléstias cutâneas, infelizmente tão comuns no Brasil. Não obstante, e ao passo que são muito preconizados os banhos de Caldas Novas e Caldas Velhas, perto de Santa Cruz de Goiás, cujas águas, evidentemente, possuem poucas propriedades medicinais, as fontes do Rio Pardo são totalmente ignoradas, a não ser, nas próprias vizinhanças, não tendo eu até agora visto nenhum autor mencioná-las. Gostaria de recomendá-las aos administradores da província de São Paulo. Achando-se pouco afastadas de grandes centros de população, como Moji-Mirim, Campinas e Jundiaí, elas poderiam ser usadas com grande proveito (SAINT-HILAIRE, 1972).

O botânico compara as águas do Rio Pardo com as de Araxá, as quais seriam amargas, demonstrando uma composição química diferente das aqui encontradas. Além disso, cita o potencial das águas poçoscaldense e a sua localização estratégica em relação aos centros populacionais de Mogi-Mirim, Campinas e Jundiaí, reforçando a necessidade de investimentos na área.

2.2 CIDADE BALNEÁRIA: O TERMALISMO, AS VILEGIATURAS E OS CASSINOS

Franco (2014) comenta que a chegada da Família Real ao Brasil foi determinante

2 Para mais informações vide:
DROUIN, Jean-Marc. Auguste de Saint-Hilaire, um botânico francês no Brasil. Paris: Publications scientifiques du Muséum, 2016. Disponível em: <http://books.openedition.org/mnhn/3174> Acesso em 29.12.2020.

para a disseminação dos hábitos de banhos e caldas no país, costumes estes resgatados da cultura romana e difundidos entre a nobreza europeia. Um importante marco para a o desenvolvimento do termalismo no país foi a fundação das Faculdades de Medicina no Rio de Janeiro e na Bahia, na primeira década do século XIX; as faculdades trouxeram à discussão do termalismo um caráter científico, e, a partir da análise de amostras de diversas fontes termais, geraram as primeiras publicações e teses nacionais sobre o tema.[3]

Em 1826, após decretada a independência do Brasil, o Governo de Minas Gerais mandou realizar o primeiro levantamento topográfico, o mapeamento (Figura 3) e planos de engenharia da área do "Campo de Caldas", também conhecido como "Vale Milagroso" em razão de suas já populares águas virtuosas[4] (MARRAS, 2004, p.34). O vale apresentava alguns ranchos precários, construídos pelos enfermos próximos às primeiras fontes termais (POZZER, 2001, p.09), além de, como mostra o mapa abaixo, algumas poucas casas e um cemitério.

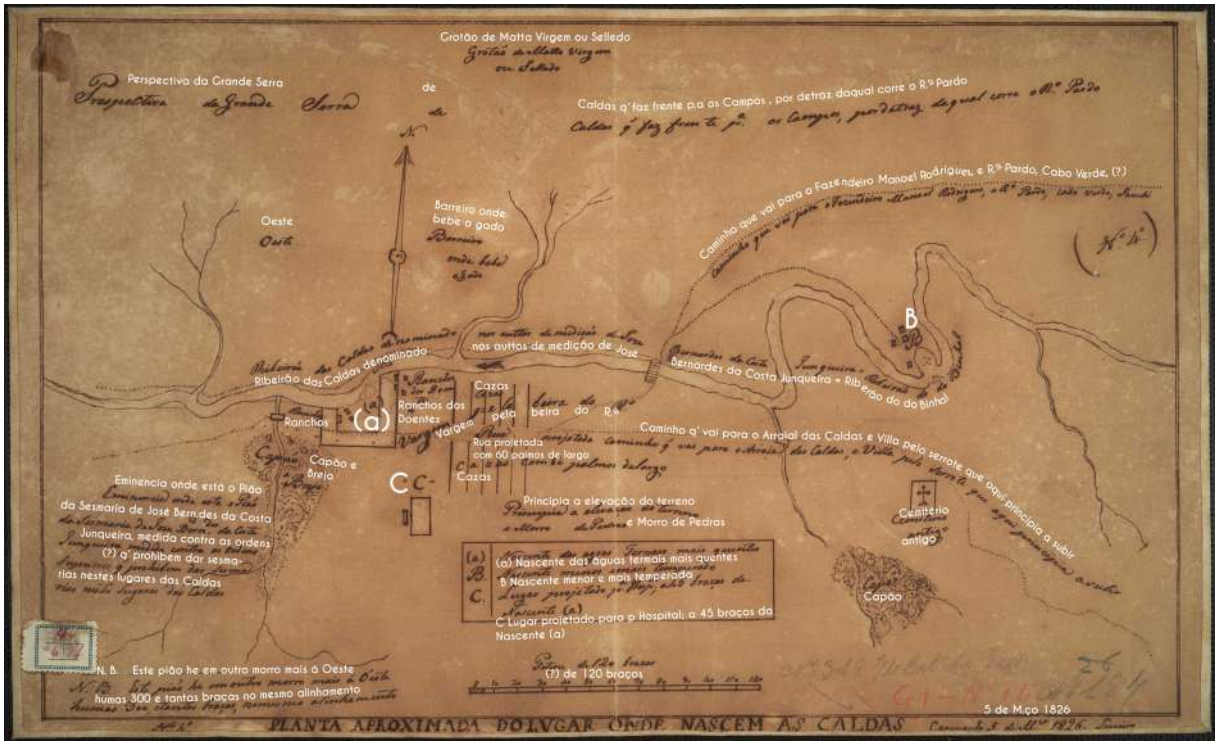


Figura 3 – "Planta aproximada do lugar onde nascem as caldas. 5 de M.ço 1826" É possível ver um primitivo plano de arruamentos, os ribeirões, os ranchos dos enfermos e a área de "brejo" onde hoje se encontra o Complexo Hidrotermal (vide em maior qualidade, no Anexo 1). Fonte: Acervo da Biblioteca Nacional digital, da Fundação Biblioteca Nacional. Disponível em: <https://cutt.ly/cjvuAjO> Acesso em 29.12.2020

3 Vide FRANCO (2014, p.31).

4 "Corria o tempo, e como as águas seguiam vertendo milagres e curas, crescia a urgência de melhoramentos no lugar. Para tal, era chamada a intervenção das autoridades. Aí pelo meado dos Oitocentos, muita gente conhecia as tais águas santas que atraíam romarias para esses lados de Caldas, mas ainda os poços seguiam abertos à espera das difíceis obras de captação" (MARRAS, 2004, p.35)

Baseadas nestes levantamentos, as primeiras intervenções na área do "Campo de Caldas" datam de 1873, com a construção do Balneário Pedro Botelho e do hotel anexo - denominado Hotel da Empresa -, através da concessão para exploração das águas termais à empresa Termas D. Pedro II (POZZER, 2001, p.10). Nesse período, empreendiam-se no país os primeiros estabelecimentos de hidroterapia, com exemplos como o Instituto Sanitário Hidroterápico, em Nova Friburgo (1872) – também construído em conjunto com um hotel anexo – e o Imperial Estabelecimento Hidroterápico, em Petrópolis (1877), ambos frequentados por membros da realeza portuguesa (FRANCO, 2014).

Figura 4 - Na foto de 1888, vemos à esquerda o antigo balneário denominado Pedro Botelho (1), ao centro o passadiço (2) que o ligava ao Hotel da Empresa (3), o pequeno chalé junto ao hotel era o consultório do Dr. Pedro Sanches de Lemos. Fonte: Acervo do Museu Histórico e Geográfico, código V243.

Em 1884, ano da inauguração do Hotel da Empresa (Figura 4, n. 3), um médico de Petrópolis chamado Dr. Eiras relatou que Poços de Caldas, com cerca de 1500 habitantes, já continha uma grande praça e poucas ruas nas quais se encontravam os principais edifícios: hotéis, armazéns, casas de negócios e poucas residências (FRANCO, 2014, p.33).

Vale observar que o médico destacou a ausência de um templo religioso, de comércios e de indústrias, o que evidencia a excepcionalidade da formação das cidades de caráter hidromineral, voltadas à recepção de doentes e visitantes, em comparação a outras cidades de mesmo porte cuja economia se voltava à outras atividades. Ainda

hoje, principalmente no interior dos estados, se observa a presença marcante da igreja como ponto centralizador do território dessas cidades, junto à qual, costumeiramente, se localiza a praça principal; nas cidades hidrominerais, o largo se encontra junto à captação das águas. Em Poços de Caldas, a igreja se instalou apenas no final da década de 1880, em uma rua lateral, não voltada para a praça (Figura 5).

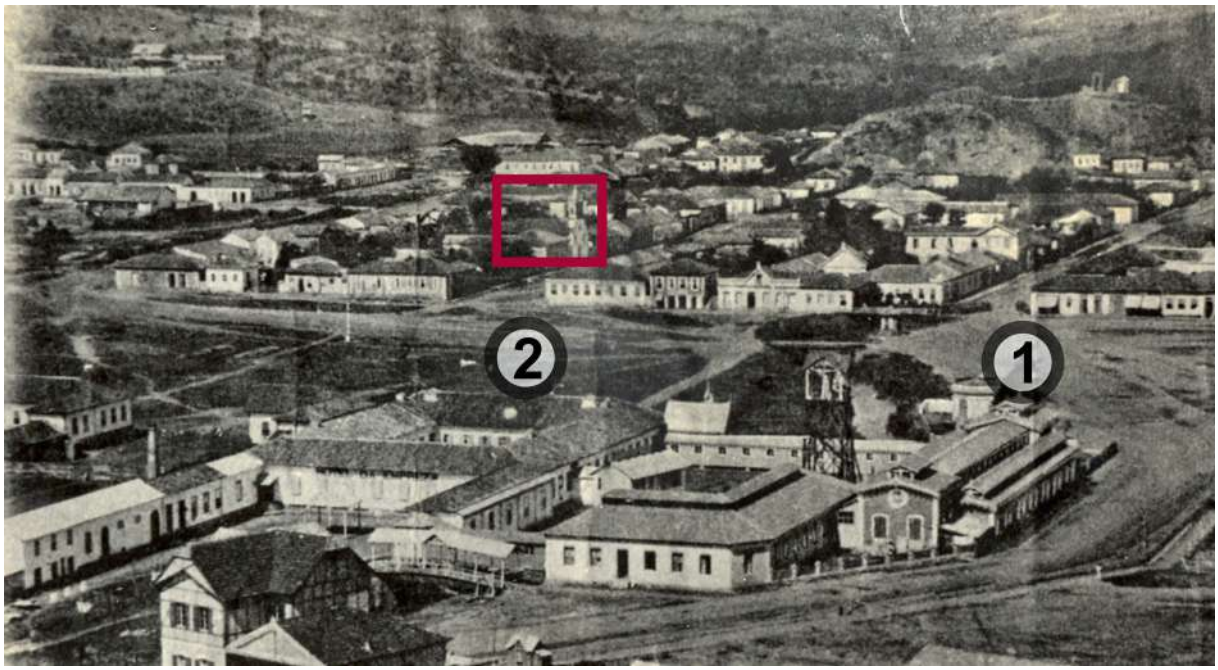


Figura 5 – Vista posterior do Balneário Pedro Botelho (1) e Hotel da Empresa (2), destacada ao fundo (em vermelho) a primeira Matriz de Poços de Caldas, construída na rua hoje denominada São Paulo, não dando frente para a praça principal (então denominada Senador Godoy). Por volta dos anos 1900. Fonte: Acervo do Museu Histórico e Geográfico, código V04.

Como citado anteriormente, a presença da Família Real nas estâncias era recorrente e foi um dos principais agentes de transformação dessas cidades. Exemplo disso foi a visita, em 1886, do Imperador D. Pedro II e sua comitiva à Poços de Caldas; na ocasião da visita, foi inaugurado o Ramal de Caldas, extensão da linha férrea da Companhia Mogiana, que é um marco para o desenvolvimento da localidade, o que possibilitou maior acesso de curistas e turistas provindos da província de São Paulo, da capital e cidades próximas como Campinas, Mogi-Mirim e Jundiaí. A presença de uma companhia paulista de ferrovias em terras mineiras demonstra a relevância dessa estância balneária, não apenas em virtude de seus atrativos medicinais, mas como polo econômico e de lazer.

Nesse mesmo período, somava-se à economia poçoscaldense a crescente atividade cafeeira, impulsionada pela presença da ferrovia que possibilitava o rápido escoamento da produção e o acesso à mão de obra imigrante que chegava ao país para

substituir o trabalho escravo. Marras (2004) explana que se estabeleceu, em Poços de Caldas, uma relevante comunidade italiana que, além da introdução das novas relações de trabalho, trouxe novos modos de fazer na culinária, música, arte e arquitetura.

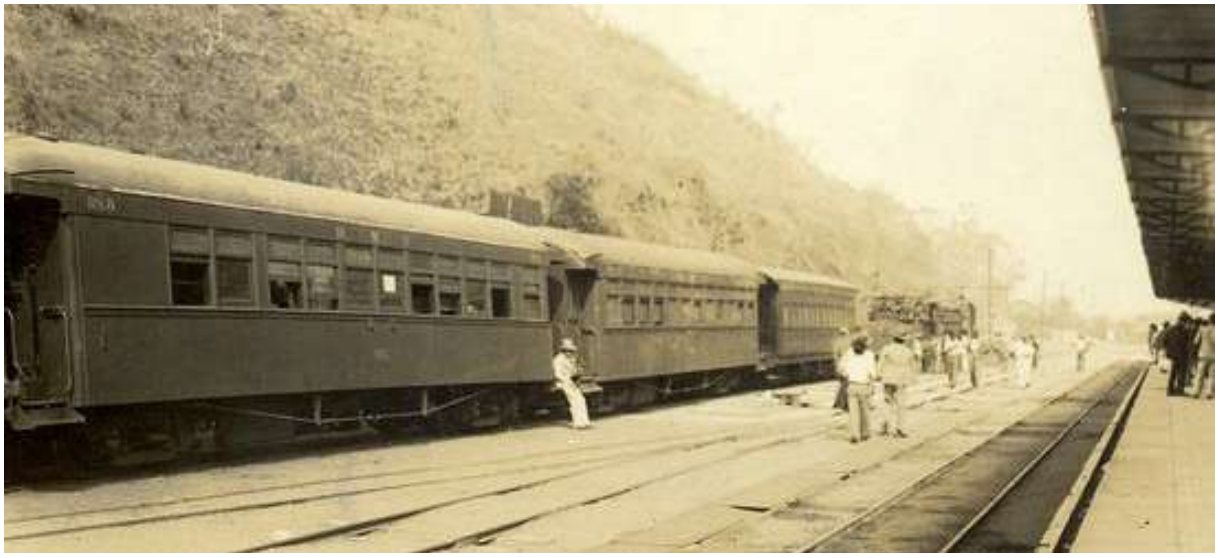


Figura 6 – Plataforma de embarque da Estação Mogyana. Fonte: Acervo do Museu Histórico e Geográfico, código V76.

Datam desse período diversas construções ainda hoje remanescentes na área central, executadas por construtores imigrantes; o mais conhecido destes é Giovanni Battista Pansini, ao qual é atribuída a construção da primeira conformação da Estação Ferroviária (Figura 7), além da construção de diversos outros chalés de mesma linguagem arquitetônica.

Figura 7 – Vista da antiga Estação de Passageiros do Ramal de Caldas, projeto atribuído à Giovanni Battista Pansini. Fonte: Coleção José Ranauro, acervo do Museu Histórico e Geográfico, código JR40.

Assim, a ferrovia fortaleceu o desenvolvimento da localidade em diversos aspectos: a chegada de um maior número de visitantes e curistas possibilitou a ampliação da atividade balneária, hoteleira e turística com melhor acesso aos visitantes provenientes das capitais; a possibilidade de escoamento da produção, que impulsionou a economia cafeeira; e o acesso a produtos e serviços importados, o que traçou novas possibilidades para a construção da paisagem almejada para as cidades balneárias.

Figura 8 - "Fontes Pedro Botelho, Mariquinha e Chiquinha. Inaugurada oficialmente pelo Imperador D. Pedro II à 22 de outubro de 1886, hoje popularmente conhecida por Boca do Leão" (descrição da foto por José Ranauro). Fonte: Coleção José Ranauro. Acervo do Museu Histórico e Geográfico, sem código.

A busca pelos tratamentos termais, que demandavam grandes deslocamentos até as cidades balneárias, além de longos períodos de estadia - uma vez que o tratamento, no Brasil, tinha duração média de 21 dias a 4 meses -, foi responsável pelo desenvolvimento do turismo no país, assim como aconteceu na Europa. Marino (2018) comenta que:

> Já desde meados do século XIX, viagens a longínquos territórios eram empreendidas por membros da elite brasileira, seja com

> objetivo de adquirir uma formação profissional, seja para a realização de compras e visitas a exposições universais, seja ainda para a recomposição de corpo e espírito em estações termais e balneares. A prática de vilegiatura, marcada pelo afastamento da vida cotidiana, consolidava-se como um marco de civilidade que servia como contraponto ao cenário de 'atraso' do país (MARINO, 2018, p.78).

Esse "cenário de atraso do país" citado pelo autor diz respeito ao caos dos centros urbanos, com suas vias e habitações populosas, e os consequentes problemas de saúde que ocasionava. Assim, no início do século XX, as estâncias hidrominerais já contavam com serviços de hotelaria especializada para atender às exigências de conforto e entretenimento da elite seleta, que buscava essas cidades não apenas para o tratamento médico, como também pela possibilidade de afastamento do caos urbano.

Como resultado da maior circulação de investimentos, nos primeiros anos do século XX muitas estâncias foram alvo de remodelações urbanas e de saneamento, além de outros "melhoramentos". Entre 1909 e 1918, na gestão do Prefeito Francisco Escobar, foram realizados diversos planos de melhorias, como a pavimentação e arborização de vias e retificação de córregos na cidade de Poços de Caldas (POZZER, 2001, p.12-14).

Era recorrente, nos processos de formulação das estâncias, a participação não só de profissionais como arquitetos, engenheiros e paisagistas renomados, como também a de médicos e higienistas que definiam as diretrizes para a construção desses ambientes. Muitos desses profissionais eram enviados em viagens às estâncias europeias a fim de buscar referências arquitetônicas, urbanísticas e técnicas quanto à conformação urbana das cidades e aspectos gerais sobre sua sociabilidade.

Poços de Caldas enviou médicos, engenheiros e políticos à Europa em 1901 e em 1927, destacando-se, na primeira, os relatos do importante médico sanitarista, Dr. Pedro Sanches de Lemos, que visitou as estâncias de Aix-les-Bains, Baden-Baden, Bagnes de Luchon, Vichy e Montecatini (FRANCO, 2014, p.37). Seus registros de viagem, publicados no livro "Notas de viagem. Na Alemanha, na Suissa, Na França" (1903), ressaltavam a exuberância arquitetônica dos edifícios, principalmente os balneários, hotéis e cassinos, e destacavam as recreações oferecidas tanto pelos estabelecimentos quanto pelo ambiente urbano, repleto de eventos e bailes que proporcionavam atrativos aos curistas em tratamento e encanto para os turistas.

Efetivamente, as reformulações pelas quais a cidade passaria nas décadas seguintes devem-se, em grande parte, aos estudos do Dr. Pedro Sanches. O médico,

ao relatar a vida festiva e os aspectos técnicos da aplicação dos tratamentos termais ao cotidiano das cidades balneárias europeias, trouxe ao Brasil, através de publicações de artigos científicos e bibliografias sobre o tema, o anseio pela transformação do ambiente uliginoso poçoscaldense em uma cidade verdadeiramente balneária, com toda a infraestrutura física, a sociabilidade e o rigor científico observados na Europa. Assim o médico descreve[5] o papel desempenhado pelos cassinos e a profusão de bailes e eventos nas cidades balneárias que visitou:

> Como se sabe, uma estância balnear consta do estabelecimento; da casa de conversação ou cassino, do thinkhalle ou casa para beber-se águas mineral e fazer-se exercícios, à medida em que se bebem os copos de água receitados pelos médicos; do teatro, que pode ser apenso à sala de conversação; do parque, onde se deve encontrar o chalet destinado à orchestra [sic]; e dos passeios nos arredores do povoado – cousas [sic] todas que convergem para um fim: distrair os visitantes, fazê-los esquecer os cuidados tristes, tornar-lhes a vida cômoda, elegante, agradável e feliz (LEMOS, 1903, p.19).

Deste modo, os cassinos e as "casas de jogos" passaram a exercer um importante papel na economia, não só para Poços de Caldas, mas também na maior parte das cidades termais, tornando-se os principais atrativos turísticos; os lucros obtidos através destes atrativos eram revertidos na implantação de equipamentos e infraestrutura urbana.

Nesse contexto, a concessão para exploração das águas termais em Poços de Caldas passa à Companhia Melhoramentos; a empresa, segundo o contrato, tinha a obrigação de construir não apenas um novo balneário e hotel como também um cassino, que atendessem ao nível de requinte esperado das estâncias (POZZER, 2001, p.13).

O projeto apresentado e executado pela Companhia era composto pelo hotel, ao centro, e por duas alas laterais: a ala voltada para a Av. Francisco Salles continha o Cassino, que mesmo incompleto teve suas atividades iniciadas em 1919, sendo finalizado apenas em 1922; voltado para a Fonte Pedro Botelhos, em razão da maior proximidade à captação das águas, localizava-se o novo balneário, inaugurado em 1918, que possuía 119 banheiras, além de banhos de assentos, duchas, massagens e diversos outros tratamentos. Acomodado entre as duas alas, o hotel já contava com 140 quartos inaugurados em 1925, quando ainda estava em construção (POZZER, 2001, p.13). Essa primeira configuração do Palace Hotel foi posteriormente reformada, mantendo a lógica de três alas, o que deu origem ao hotel como o conhecemos hoje.

5 Descrição esta que poderia ser sobre Poços de Caldas no início dos anos 1930.

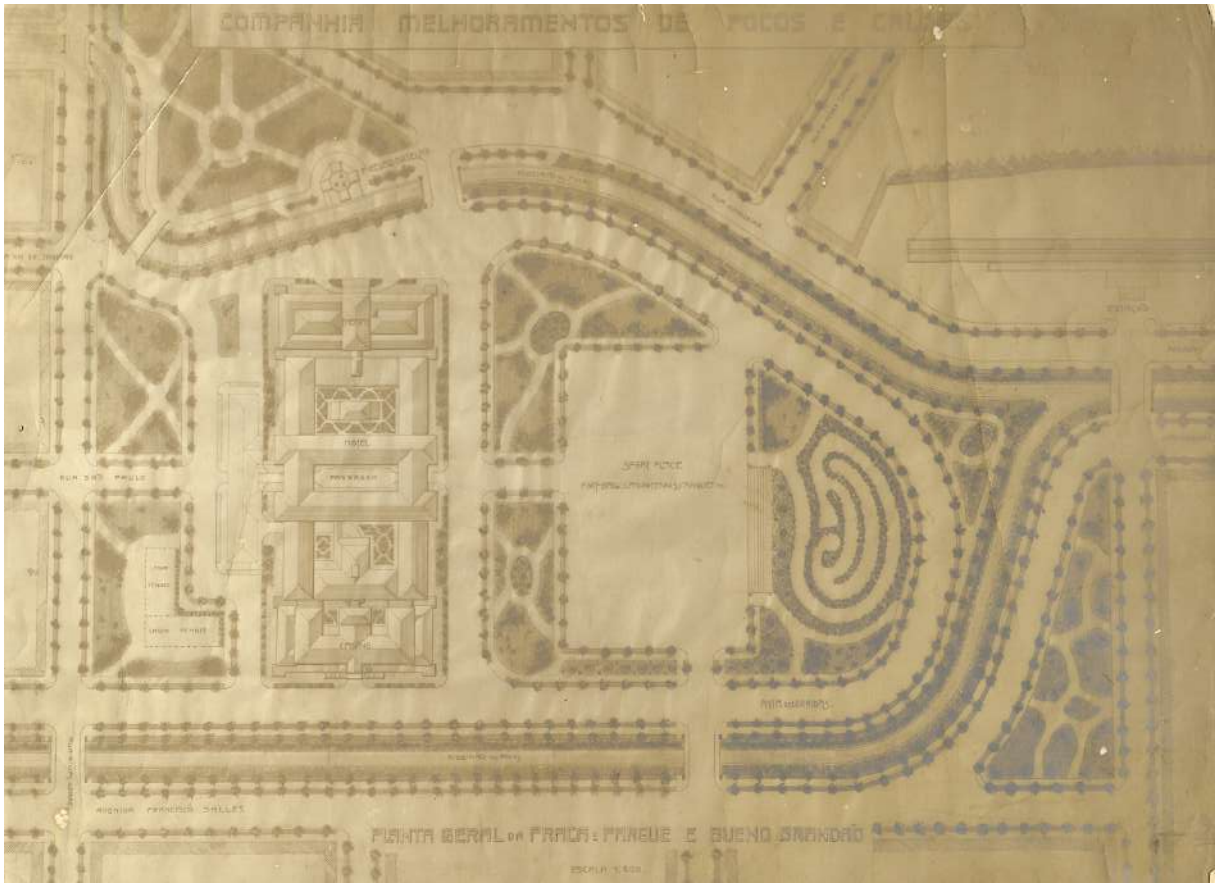


Figura 9 - Mapa geral do Parque José Affonso Junqueira, onde é possível notar um capo de futebol ("Sport Place") onde hoje se encontra o parque e o cassino. No centro da imagem o projeto para o novo hotel, ao centro, com as duas alas laterais: cassino à direita, voltado para Av. Francisco Salles e o balneário à esquerda, voltado para a captação na Fonte Pedro Botelho. Fonte: Acervo do Museu Histórico e Geográfico, código V1103.

Fazendo uma análise urbanística da construção das estâncias brasileiras, é possível dizer que estas tinham, somadas às características das cidades termalistas europeias, os ideários ingleses da cidade-jardim, projetada por Ebenezer Howard no final do século XIX, e de suas derivações, muito difundidas principalmente nos Estados Unidos (FRANCO, 2014, p.39). Estas cidades preconizavam a integração de cidade e campo; ou seja, o tecido urbano permeado de grandes áreas verdes, bulevares e avenidas-parque.

Estas características atenderam perfeitamente aos princípios almejados para a criação de estâncias balneárias para atrair não apenas curistas, mas também os turistas em busca de paisagens distintas das encontradas no caos dos centros urbanos. Segundo Franco (2014), tais características, ligadas à tradição inglesa, são perceptíveis na conformação urbana e na forma de fazer arquitetura dessas cidades:

> Não só pela concepção de cidade-jardim, mas também pelos chalés em estilo cottage, encontrados, sobretudo em Petrópolis e Poços de

> Caldas, pelo jardin anglais, cuja 'desordem arrumada' [...] tão bem se adequou aos imperativos do termalismo [...] (FRANCO, 2014, p.39).

Figura 10 – "Vista da Praça Pedro Sanches, antigo Largo Senador Godoy em Poços de Caldas, no ano de 1920. Vê-se já terminados o Cassino (1), Thermas (antigo balneário - 2), a Estação Telefônica ao lado (3) e a Fonte Pedro Botelho (4); paralisada a construção do Palace Hotel" (Descrição da foto por José Ranauro). Fonte: Coleção José Ranauro. Acervo do Museu Histórico e Geográfico, código desconhecido.

Esses atributos podem ser percebidos no traçado da Praça Pedro Sanches e em sua praça lateral (Figura 10), bem como no "jardim labiríntico" projetado (Figura 9), mas não executado, na área atrás do antigo Palace Hotel. Percebe-se também, na imagem acima, a grande quantidade de chalés.

Faz-se necessário observar que é possível fazer essa análise apenas a partir de um distanciamento histórico e utilizando os instrumentos teórico-críticos contemporâneos. A leitura desse espaço feita pelos memorialistas da época relata um discurso termalista e higienista, uma vez que grande parte destes autores eram também médicos higienistas ou detinham ligações de parentesco com estes. Os médicos retratavam esse ambiente urbano como extensão do balneário, como um espaço de cura que, inclusive, se enquadrava como parte do tratamento:

> [...] passear ao redor de quiosques de música após beber o primeiro copo de água, tomar um banho relaxante após a aplicação da injeção endovenosa, e distrair-se em bailes e cassinos, nada mais do que requisitos essenciais para a prática da cura, segundo a hidrologia médica francesa (MARRICHI, 2009, p.9).

Desta forma, as obras realizadas no final dos anos 1920 somam todas essas camadas de conceitos e influências, buscando aproximar a paisagem poçoscaldense a essas referências. As chamadas "Grandes Obras" contaram com a atuação de profissionais de grande expressão, como era recorrente nesse tipo de empreendimento. Datam desse período projetos de saneamento, paisagismo e arquitetura executados em Poços de Caldas por Saturnino de Britto, Eduardo Vasconcelos Pederneiras e Dierberger, respectivamente, bem como obras de João Florence de Ulhôa Cintra e Victor Dubugras, com projetos de urbanismo, arquitetura e paisagismo de Águas da Prata (1923) e Hippolyto Gustave Pujol Jr. para o urbanismo de Lambari (1933) (FRANCO, 2014, p.36).

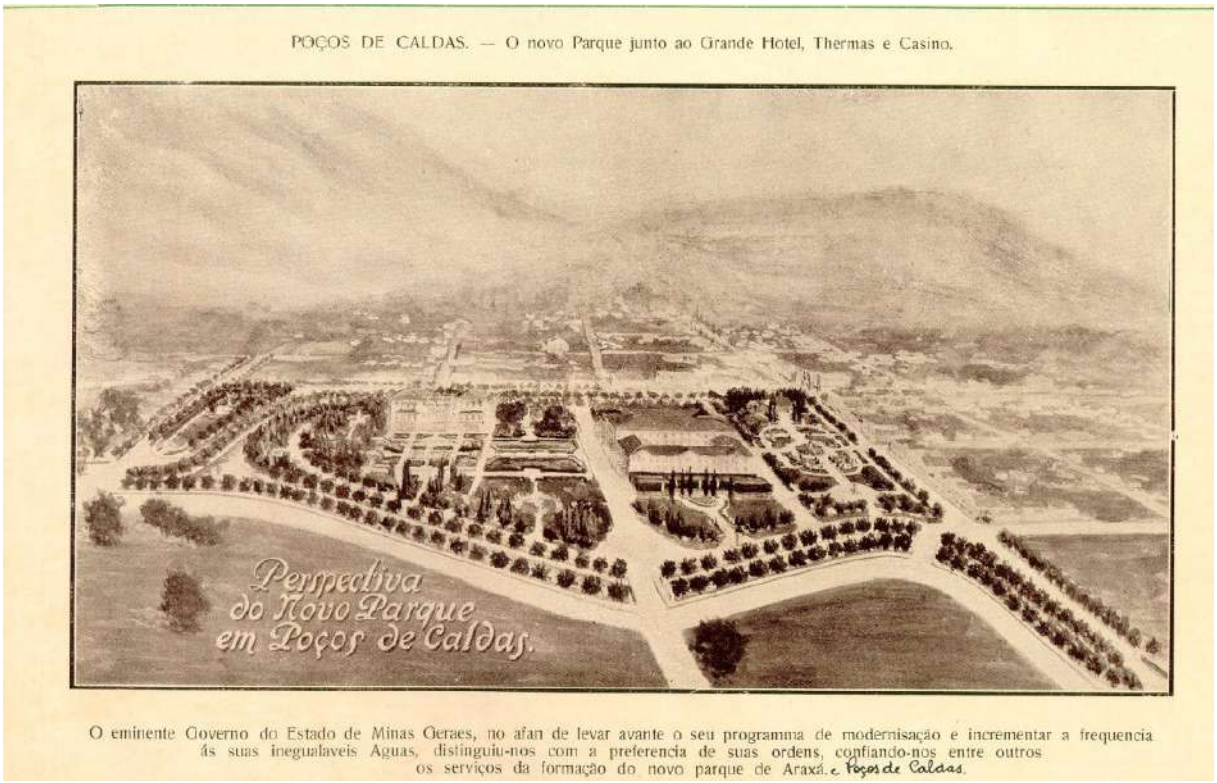


Figura 11 – Página do livro do escritório Dierberger & Companhia mostrando "O novo Parque junto ao Grande Hotel, Thermas e Casino". "O eminente Governo do Estado de Minas Geraes [sic], no fim de levar avante seu programma [sic] de modernisação [sic] e incrementar a frenquencia [sic] às suas inegualaveis (sic) Águas, distinguiu-nos com a preferencia de suas ordens, confiando-nos entre outros os serviços da forração do novo parque de Araxá e Poços de Caldas". Fonte: Livro "Dieberger & Companhia: arte e jardim", disponível em <shorturl.at/inEI2> Acesso em 26.10.2020

Em 1927, foram iniciadas as obras de demolição do Hotel da Empresa juntamente com o balneário Pedro Botelho, para a construção do Parque José Affonso Junqueira, seguindo o projeto paisagístico de Dieberger & Companhia (Figura 11); assim, também o balneário e o cassino, construídos no início dos anos 1920, foram demolidos para a

ampliação das alas laterais do Palace Hotel (POZZER, 2001, p.31).

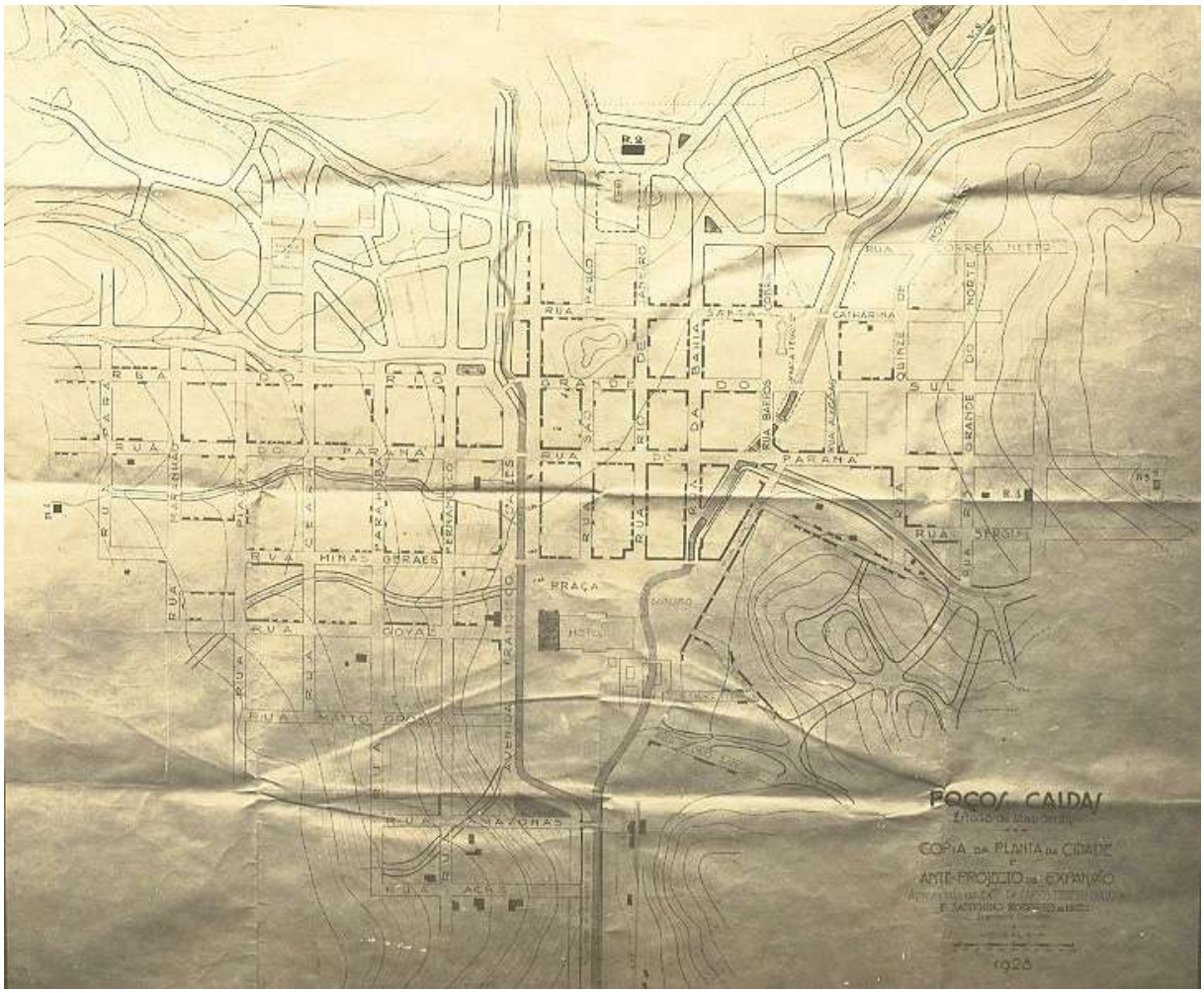


Figura 12 - "Cópia da Planta da Cidade e Ante-Projecto da Expansão". Vê-se no mapa o anteprojeto para retificação do Ribeirão da Serra, na Av. Francisco Salles, feito pelo escritório de Francisco Saturnino de Britto. Fonte: Acervo do Museu Histórico e Geográfico, código V1926.

As obras do novo balneário foram iniciadas em 1928, e, em 1931, na administração de Francisco de Paula Assis Figueiredo, foram concluídas com a inauguração do Palace Cassino e das Thermas Antônio Carlos. Surge, portanto, a área que hoje conhecemos como Complexo Hidrotermal e Hoteleiro de Poços de Caldas, composta pelos edifícios das Thermas Antônio Carlos, Palace Hotel e Palace Casino e os espaços públicos Praça Pedro Sanches e Parque José Affonso Junqueira.

Figura 13 - A imagem mostra as "Grandes Obras" sendo executadas: ao centro, a reforma do Palace Hotel, com demolição do cassino e balneário em suas laterais, a Praça Pedro Sanches, já com sua configuração atual; à esquerda, a construção do Palace Cassino e, no canto inferior direito, a construção das Thermas Antônio Carlos. Data na foto: 24-4-1929. Fonte: Acervo do Museu Histórico e Geográfico, código V304.

Figuras 14 e 15 – Vista parcial de Poços de Caldas, nela se vê os edifícios do Complexo Hidrotermal e Hoteleiro: Palace Casino (1), Palace Hotel (2) e Thermas Antônio Carlos (3). Fonte: Acervo do Museu Histórico e Geográfico, sem código.

Os jornais e as revistas de maior circulação nos grandes centros urbanos, além do uso recorrente das paisagens das cidades balneárias como cenário de romances literários do período, desempenharam um importante papel na promoção da imagem dessas cidades como paisagens pitorescas de qualidades ambientais que as diferenciavam da cidade tradicional. O que evidencia essa promoção visual é a grande quantidade de fotografias de Poços de Caldas desde o final do século XIX, principalmente da área central, focadas na "paisagem balneária", mas também no cotidiano de lazer da cidade:

seus desfiles, corridas de carros tipo “baratinha”, festas populares e excursões de caça.

Figura 16 – “Carnaval na década de 30: Vê-se uma charrete enfeitada de flores e serpentinas passando em frente ao Hotel D’Oeste na Praça Pedro Sanches”. Fonte: site do Museu Histórico e Geográfico. Disponível em: <https://pocosdecaldas.mg.gov.br/acervo-fotografico/> Acesso em 28.10.2020. Fonte: Acervo do Museu Histórico e Geográfico, código V137.

Essa construção imagética (figurativa) e a difusão de um imaginário colaboraram, posteriormente, para a manutenção do turismo poçoscaldense, mesmo após passado o ápice e o declínio do termalismo e dos cassinos. De fato, tendo sido inauguradas no início da década de 1930, as “Grandes Obras” viram apenas mais uma década de sucesso do termalismo como principal atividade econômica e turística da cidade. Já no início da década seguinte, em 1940, o desenvolvimento farmacológico e a consequente descoberta de novos medicamentos – dentre eles a penicilina –, mais eficientes que o tratamento termal, em conjunto com a descoberta de novos procedimentos cirúrgicos, retiraram do tratamento termal o status de única alternativa para os enfermos.

2.3 O FIM DOS “JOGOS DE AZAR”: A INDUSTRIALIZAÇÃO E AS NOVAS FORMAS DE TURISMO

À diminuição do turismo termal somou-se a proibição dos “jogos de azar” no

Brasil, decretada[6] pelo presidente Eurico Gaspar Dutra em 1964, o que ocasionou o fechamento dos cassinos e encaminhou as estâncias balneárias para um período de crise econômica.

Em Poços de Caldas, a economia foi reaquecida a partir da chegada de empresas mineradoras em busca da bauxita, na época muito presente no solo do município. No início dos anos 1950, se instalou a Companhia Brasileira de Alumínio; no mesmo período, bancos internacionais manifestaram interesse em financiar, no Brasil, a exploração de zircônio, também presente em solo poçoscaldense. O estudo para extração do minério passou a ser realizado a partir de 1953, trazendo ao município o Departamento Nacional de Produção Mineral.

Nesse mesmo período, surgiram ainda diversas outras indústrias, como de refratários, alimentos, confecções, cristais, entre outras. Entre a década de 1960 e 1970 foram inauguradas na cidade a usina de produção de alumínio da ALCOMINAS e a Usina Nuclear de Poços de Caldas (POZZER, 2001, p.65-67).

Esse grande crescimento industrial impulsionou o espraiamento urbano para além do centro, devido à ampliação da demanda habitacional; isso resultou na inauguração de loteamentos populares, como os Conjuntos Habitacionais (COHAB), construídos em áreas afastadas da zona central e próximas às indústrias, uma vez que se destinavam, principalmente, a abrigar seus operários (POZZER, 2001, p.67-72).

O período de industrialização traçou, portanto, uma nova paisagem urbana na cidade: a ocupação dos morros em decorrência do déficit habitacional ocasionado pela intensa migração; o grande fluxo de veículos pesados e a verticalização na área central; e o surgimento de novos bairros afastados, totalmente diferentes da imagem de cidade-jardim construída na área central nos períodos anteriores, que, apesar de seu entorno parcialmente descaracterizado, se mantinha preservada. Todos estes fatores que colaboraram para percepção de que "o passado bucólico das 'estações das águas' e a antiga vocação turística (da cidade) parecia ter sido num primeiro momento esquecida" (POZZER, 2001, p.88).

Essa vocação turística do município foi retomada oficialmente apenas na década de 1970, quando a municipalidade começou a implementar novas alternativas turísticas, visando à atração de visitantes de camadas sociais mais variadas e tendo como foco o "turismo de massa". Portanto, o turismo deixava de se voltar às elites

6 Decreto-Lei nº 9.215, de 30 de abril de 1946.

que, anteriormente, acorriam à cidade para desfrutar dos grandes salões de festa e dos benefícios termais e que nela permaneciam por temporadas longas de até quatro meses, e passava a buscar a atração de camadas mais populares que inundavam a cidade aos finais de semana e feriados (REIS, 2016, p.52).

Nota-se que a criação e divulgação, ao longo das décadas, de um imaginário de cidade com paisagem diferenciada, de um ambiente distinto do encontrado nas grandes cidades, desempenhou, nesse momento, o papel de atrair grande contingente de visitantes da classe média emergente que, provavelmente, não teria condições de acesso à estância em seus períodos "áureos", mas que nesse período de incentivo a um turismo para camadas "mais populares" – na realidade nunca se tratou de um turismo realmente acessível, mas sim voltado às novas camadas sociais que dispunham de recursos –, puderam lotar novamente os hotéis e os novos pontos turísticos, ainda que por curtos períodos, de dois ou três dias, no máximo.

Sobre essa década, segundo Müller et al. (2011), trata-se de um marco nos avanços das esferas pública e privada para a atividade turística brasileira. O país passava pelo período conhecido como "milagre econômico", a economia se encontrava em crescimento acelerado, a inflação estava relativamente baixa, e surgia uma classe média disposta a despender gastos com lazer e viagens; o cenário, portanto, se mostrava propício para a atração de investimentos, tanto nacionais quanto estrangeiros.

Consequentemente, em 1966, o Decreto-Lei nº 55 havia criado o Conselho Nacional de Turismo e a Empresa Brasileira de Turismo (EMBRATUR), definindo a Política Nacional de Turismo; em seu artigo 1º, cita, pela primeira vez, o termo "indústria do turismo", conferindo à atividade turística o status de potencial econômico passível de incentivos fiscais como aqueles dados à indústria (ARAÚJO, 2012, p.149).

No cenário político, o país passava pelos anos mais duros da ditadura militar, com a instituição dos decretos chamados atos institucionais; por isso, o governo buscava mascarar seu autoritarismo através da atuação da EMBRATUR para promover uma imagem brasileira, principalmente para o mercado internacional, de receptividade, hospitalidade e alegria, utilizando-se da cidade do Rio de Janeiro, do Carnaval e das belas mulheres (MÜLLER, et al., 2011, p.693), como seu principal cartão postal – imagem esta que repercute ainda nos dias de hoje.

É nesse contexto nacional de incentivos fiscais à criação de infraestrutura e equipamentos turísticos que são abertos editais de concorrência pública, em 1972, para

a construção do teleférico que ligaria o Parque José Affonso Junqueira ao monumento do Cristo Redentor, além de equipamentos turísticos instalados junto a este, no alto da Serra de São Domingos: um restaurante, equipamentos esportivos e playground. Foram executadas, ainda, reformas no Palace Hotel, Balneário Mário Mourão (localizado na Praça Dom Pedro II, a cerca de 700m da área do Complexo) e Thermas Antônio Carlos (POZZER, 2001, p.88).

Em 1974, foi assinado o contrato entre a Prefeitura Municipal e a empresa Fertilizantes Mitsui para a construção do jardim japonês "Recanto Japonês", também na Serra de São Domingos; no mesmo ano, instalou-se na Praça Pedro Sanches a Feira de Artesanato de Poços de Caldas (FEARPO), que visava aproveitar o grande fluxo de turistas na área devido à inauguração do teleférico; pelo mesmo motivo, se instalaram naquela área vendedores ambulantes, principalmente do ramo alimentício que, posteriormente, viriam a se fixar na lateral do Palace Hotel com trailers, que hoje são chamados de "carrinhos de lanche".

Figura 17 – Foto atual dos trailers de lanches, estabelecidos na rua lateral do Palace Cassino. Foto: Anamaria Oliveira. 2017.

Frente às grandes transformações observadas na cidade, em especial na paisagem da área central que fora o foco principal, até então, dos investimentos e cuidados na cidade, surgiu em 1982 um pequeno movimento em prol da defesa do patrimônio cultural do município, que culminou na criação da Comissão Permanente em Defesa do Patrimônio Ambiental e Histórico de Poços de Caldas.

As manifestações, nesse sentido, foram fomentadas quando a empresa

HIDROMINAS, concessionária que administrava o Complexo, realizou obras de demolição de uma das alas internas das Thermas Antônio Carlos, sob pretexto de instalação de uma lavanderia com esterilizador em área ociosa do edifício (POZZER, 2009, p.93).

A obra causou a indignação da Comissão, motivando a implementação, por parte da Prefeitura, da Diretoria do Patrimônio Histórico, Turístico e Artístico Municipal (DPHTAM) (Lei Municipal nº 3.218) e, em 1985, a emissão do Decreto nº 3.254, que dispunha do "Tombamento do Conjunto Arquitetônico e Paisagístico do Parque José Affonso Junqueira, composto pelo Parque José Affonso Junqueira, Praça Pedro Sanches, Thermas Antônio Carlos, Palace Hotel e Palace Casino":

> Considerando que o Conjunto Arquitetônico e Paisagístico do Parque José Affonso Junqueira é, incontestavelmente, uma das expressões urbanísticas de maior relevância do Sul de Minas; considerando que o seu significado enquanto memória da Cidade é por demais conhecido, pois representa o apogeu de Poços de Caldas; considerando que a sua importância enquanto espaço social é pública e notória; considerando, entretanto, que apesar da vinculação do Conjunto Arquitetônico e Paisagístico do Parque José Affonso Junqueira a fatos memoráveis da história de Poços de Caldas, tal situação não tem sido suficiente para guarnece-lo de violentas intervenções sócio urbanísticas; considerando que salvaguardá-lo é o dever que, por sua função social, recai sobre todos aqueles que se dedicam ao bem estar da coletividade [...] (Decreto nº 3.254/1985, texto introdutório).

Apesar do instrumento jurídico de tombamento do conjunto, nesse mesmo ano foi iniciada a construção da estrutura do "monotrilho", empreendimento da empresa J. Ferreira Ltda.; sua construção levantou debates sobre o impacto na paisagem, uma vez que seu traçado deveria ligar a zona leste da cidade, através da área central, na lateral do "Conjunto Paisagístico", à zona oeste, onde pretendia-se construir a nova rodoviária (POZZER, 2009, p.92).

O empreendimento e o teleférico podem ser considerados marcos na tentativa de alçar a imagem de Poços de Caldas enquanto "cidade moderna"[7]. Esse mesmo discurso era empregado na divulgação de empreendimentos dos novos edifícios

7 "O monotrilho é constituído de duas linhas em concreto com os carros que trafegam em cima, considerado como um pré-metrô esses carros serão colocados em circulação conforme a necessidade do momento: ou seja, em determinados dias da semana ou horários do dia, haverá mais ou menos carros funcionando, tudo dependendo do afluxo de usuários. As linhas terão início no estádio municipal, devendo atingir até a Vila Nova, passando pelo centro da cidade.
Com a implantação do monotrilho, Poços de Caldas está dando um salto no futuro, sendo a única cidade na América Latina a contar com esse tipo de transporte coletivo, que além de limpo e rápido, não utiliza petróleo e economiza combustíveis, colaborando assim com a política do governo, que é a utilização da energia elétrica, da qual o Brasil dispõe em abundância." (Diário de Poços de Caldas, 29 de outubro de 1982).

verticalizados, que vinham sendo executados na área central desde a década de 1960.

Figura 18 - Carro do monotrilho sendo colocado sobre os trilhos, por volta dos anos 1990. Fonte: CEOMFerreira. Disponível em <https://i.pinimg.com/564x/cb/fa/70/cbfa70908dee38a8e6e78141d8790843.jpg>. Acesso em 28.10.2020

Somente em 1989, após a redemocratização do país, o conjunto foi tombado pela Constituição do Estado de Minas Gerais[8], como "Complexo Hidrotermal e Hoteleiro de Poços de Caldas".

> Art. 84 – Ficam tombados para o fim de conservação e declarados monumentos naturais os picos do Itabirito [...] e, no planalto de Poços de Caldas, a (Serra) de São Domingos.
>
> [...]
>
> §2º – O disposto neste artigo se aplica à bacia hidrográfica do rio Jequitinhonha e aos complexos hidrotermais e hoteleiros do Barreiro de Araxá e de Poços de Caldas. (Constituição do Estado de Minas Gerais de 1989 - Ato das Disposições Constitucionais Transitórias do artigo 84. Grifos nossos).

O dossiê de Tombamento proposto pelo IEPHA-MG ao CONDEPHACT adota como perímetro de tombamento a área equivalente ao "Conjunto Arquitetônico e Paisagístico do Parque José Affonso Junqueira", acrescida da Praça Getúlio Vargas e

8 O tombamento estadual foi instituído pela Constituição do Estado de Minas Gerais, tendo seus procedimentos administrativos sido realizados posteriormente pelo órgão estadual (IEPHA-MG) responsável pelo dossiê de tombamento (cujo trecho se encontra no Anexo 2 deste trabalho) e delimitação dos perímetros.

da pequena Praça Major Luiz Loyola, ao lado das Thermas Antônio Carlos (Figura 19); a justificativa utilizada para a divergência entre o perímetro municipal e o estadual foi a "continuidade físico-espacial das áreas verdes do "Conjunto Arquitetônico e Paisagístico do Parque José Affonso Junqueira" (IEPHA-MG, p.16).

Figura 19 – Perímetros de tombamento municipal (vinho) e estadual (amarelo). Fonte: Imagem aérea disponibilizada pela Secretaria Municipal de Planejamento, Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente. Mapa produzido pela autora.

Suas disposições para a área tombada[9] fazem constante referência à manutenção da visibilidade do complexo através da limitação de construções verticalizadas na área e de atividades que gerem poluição visual e prejudiquem a boa visada dos bens. Além disso, de maneira geral, estipula que as intervenções dentro do perímetro devem ser avaliadas e aprovadas pelo IEPHA-MG, sem, no entanto, deixar claros os parâmetros que serão levados em conta para tal.

9 Vide transcrição em anexo.

2.4 OS ANOS 1990 E O CONCURSO "POÇOS CENTRO VIVO"

Pode-se dizer que os anos 1980 e 1990 marcaram a "descoberta" do patrimônio como potencial econômico através do turismo cultural. Segundo Sant'Anna (2017), em resposta à difusão dos ideários do urbanismo modernista, a segunda metade do século XX contou com um retorno à "cidade tradicional". Num anseio nostálgico por uma ligação com o passado:

> [...] o patrimônio urbano surgiu como um valor indiscutível, um testemunho de uma arte de construir cidades e como algo que deveria ser, por todos os meios, preservado (SANT'ANNA, 2017, p.57).

Nesse contexto, na Europa e nos Estados Unidos, uma grande profusão de intervenções em áreas históricas centrais e/ou portuárias promoveram esse patrimônio em seu valor imobiliário e comercial, abrindo novas áreas ao público, atraindo turistas e investimentos, produzindo novas imagens para essas cidades e promovendo-as como exemplos de urbanismo e qualidade de vida, o que transformou esse tipo de intervenção em um novo discurso de planejamento urbano que logo alcançou outros países.

O crescimento do valor de mercado do patrimônio teve ainda relação com os processos que se desenvolviam dentro do âmbito do campo da preservação/conservação/restauro, a partir dos anos 1960, com a mundialização dos valores e práticas patrimoniais ocidentais através de órgãos internacionais, como a UNESCO e o ICOMOS.

Dessa forma, a preservação tornou-se um "item de prestígio" e sua organização contribuiu para a reprodutibilidade das práticas patrimoniais, inserindo o patrimônio na dinâmica da globalização econômica, "numa espécie de indústria que fabrica, embala e difunde produtos culturais com vistas ao consumo" (SANT'ANNA, 2017, p.63).

Assim também, o próprio campo da preservação buscou incentivar os usos turísticos como forma de valorização do patrimônio e alternativa econômica para sustentabilidade desses bens, principalmente nos "países emergentes". Como exemplo desse posicionamento, nas Normas de Quito, documento resultante da "Reunião sobre conservação e utilização de monumentos e lugares de interesse Histórico e Artístico" realizada pela Organização dos Estados Americanos (OEA), em 1967, lê-se:

> [...] depois de analisar as razões culturais, educativas e sociais que justificam o uso da riqueza monumental em função do turismo, insiste nos benefícios econômicos que derivam dessa política para as áreas

> territoriais correspondentes. Dois pontos de particular interesse merecem ser destacados: a) a influência turística determinada pela revalorização adequada de um monumento assegura a rápida recuperação do capital investido nesse fim; b) a atividade turística que se origina da adequada apresentação de um monumento e que, abandonada, determina sua extinção, traz consigo uma profunda transformação econômica da região em que esse monumento se acha inserido. (Normas de Quito, 1967, item IV. Tradução IPHAN. Grifo nosso).

Portanto, no início dos anos 1990, no Brasil, se observaram uma série de projetos de intervenção voltados para as áreas centrais de caráter histórico. Sob denominações de prefixo "re" (revitalização, requalificação, reabilitação, etc.), essas intervenções arquitetônicas e urbanísticas tinham como característica comum as ações sobre a preexistência, visando à valorização econômica e à promoção turística; estes projetos alcançaram grande sucesso na promoção dessas cidades, na atração de investimentos nacionais e estrangeiros, de forma que, a partir meados dos anos 1990, foram lançados pelo governo federal e os governos estaduais diversos programas que forneciam fontes de financiamento para projetos culturais e de preservação.

É nesse contexto que, em 1993, a Prefeitura de Poços de Caldas, em parceria com o Instituto dos Arquitetos do Brasil (IAB-MG) lançou o edital nº001/93-SPC do "Concurso Nacional para Revitalização da Área Central da Cidade de Poços de Caldas", denominado "Poços Centro Vivo". O edital definia como objetivo principal do concurso:

> [..] obter soluções de planejamento e desenho urbano/paisagismo que permitam dinamizar usos e ocupação, implementar a melhoria da paisagem urbana e a valorização das áreas públicas do trecho de referência, conferindo-lhe imagem e condições de vida compatíveis com o seu potencial e sua importância na cidade (Edital nº 001/93-SPC, item I. Grifos nossos).

O *trecho de referência* citado corresponde ao polígono formado pelas ruas Pernambuco, Santa Catarina, XV de Novembro, Assis Figueiredo, Junqueiras, Av. João Pinheiro e Rua Padre Henri Mothon. Foram estabelecidos como "Eixos preferenciais de remodelação urbana" a Rua Assis Figueiredo, a Rua São Paulo e a Rua e Praça Pedro Sanches. O Parque José Affonso Junqueira, a Praça Paul Harris ("praça do Museu") e a Praça Getúlio Vargas (adjacente ao parque) foram definidos como "área de interesse de preservação e tratamento paisagístico", devendo ser objeto de projeto paisagístico detalhado "de forma a potencializar sua apropriação" (Edital 001/93-SPC, item 2.3.2). Dentre as justificativas para a intervenção, o edital destaca a:

> [...] importância da área como marco de desenvolvimento da cidade, a vocação da área para o desenvolvimento de atividades culturais. O parque, restaurado e reciclado, terá importantes funções a desempenhar, seja como

referência cultural, seja como referência geográfica do sítio urbano, ou ainda como palco de eventos culturais variados (Edital 001/93-SPC. Item V.1.d).

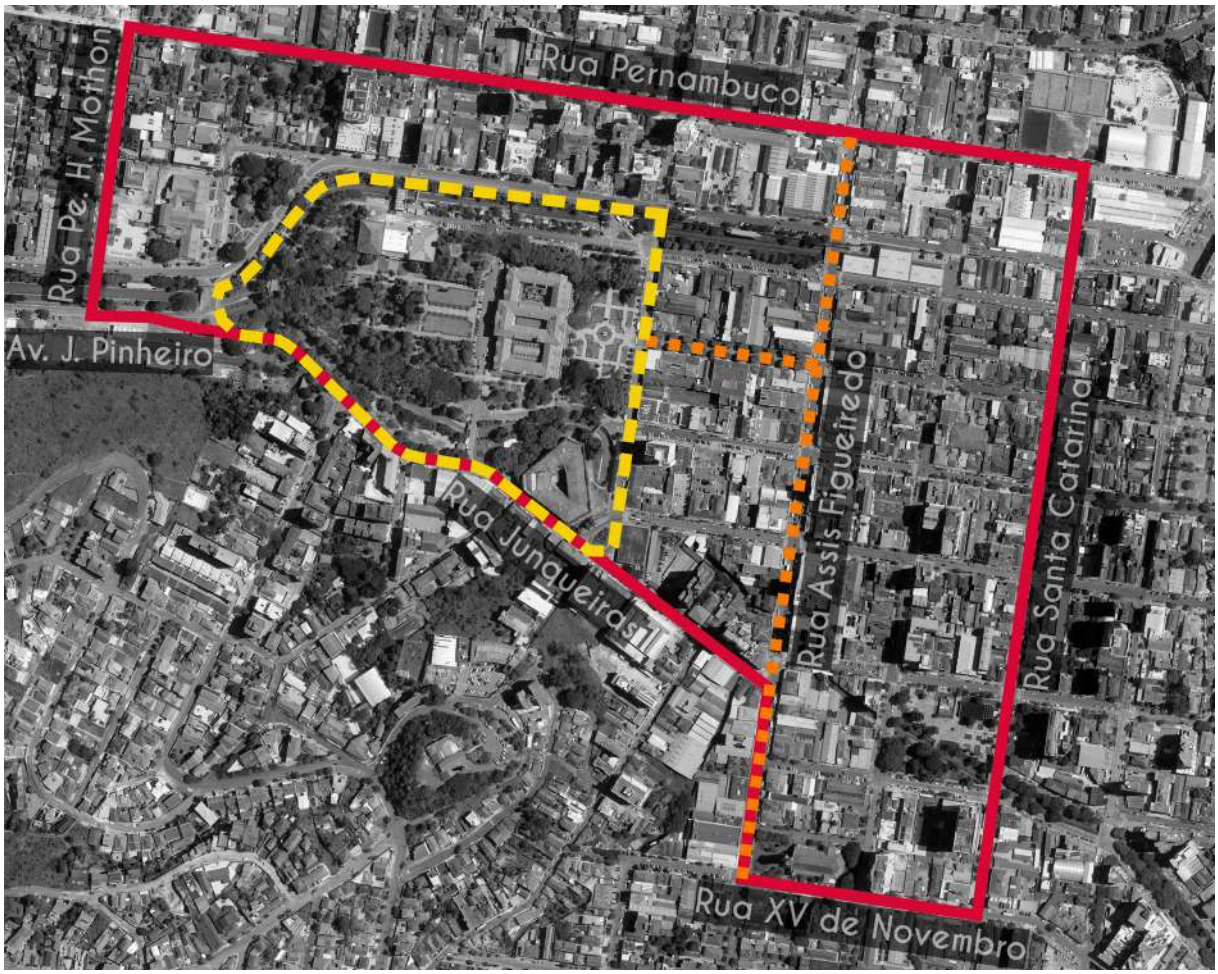


Figura 20 – Polígono da área de abrangência do Concurso Poços Centro Vivo (vermelho) em relação com a área do Complexo Hidrotermal e Hoteleiro (amarelo). Em destaque as ruas Assis Figueiredo e São Paulo. Fonte: Secretaria de Planejamento, Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente. Mapa produzido pela autora, 2020.

De fato, ao descrever as formas de apropriação e uso das áreas públicas a serem contempladas pelo projeto (Edital 001/93-SPC. Item IV.1.3), o texto esclarece que a Praça Pedro Sanches, o Parque José Affonso Junqueira e a Rua São Paulo, desde aquela época, concentravam "quase todos os eventos políticos, cívicos, sociais e culturais que se dão ao ar livre" e explana, ainda, que se concentravam nessa área a maioria das atividades de comércio ambulante da cidade.

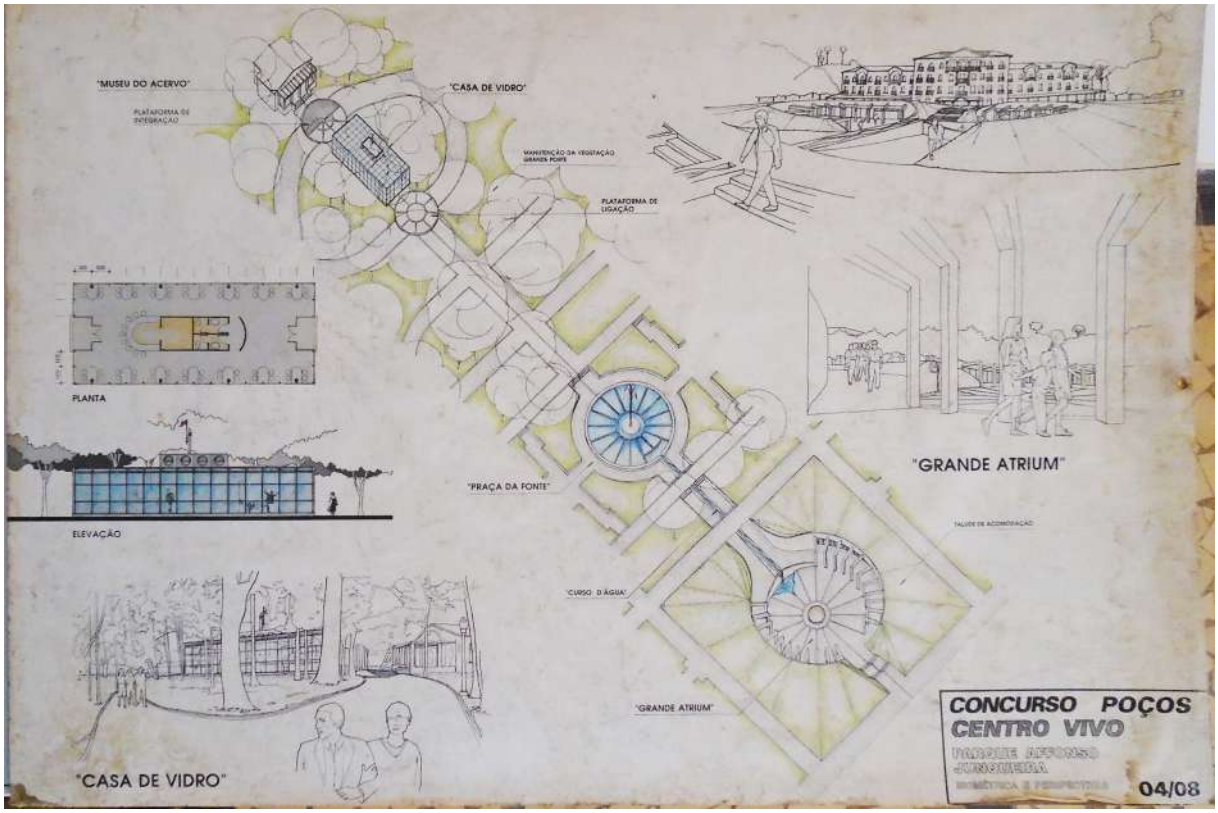
Mais adiante, no entanto, o texto ressalva que, institucionalmente, a consolidação desses eventos na área se mostrava incompatível com a manutenção desses espaços; nesse sentido, cita o exemplo da Feira de Artesanato, que se estabeleceu na Praça Pedro Sanches nos anos 1970, e que deveria ser realocada para outra área em função de seu porte (contava, na época, com 500 expositores). Outro exemplo são os eventos que se

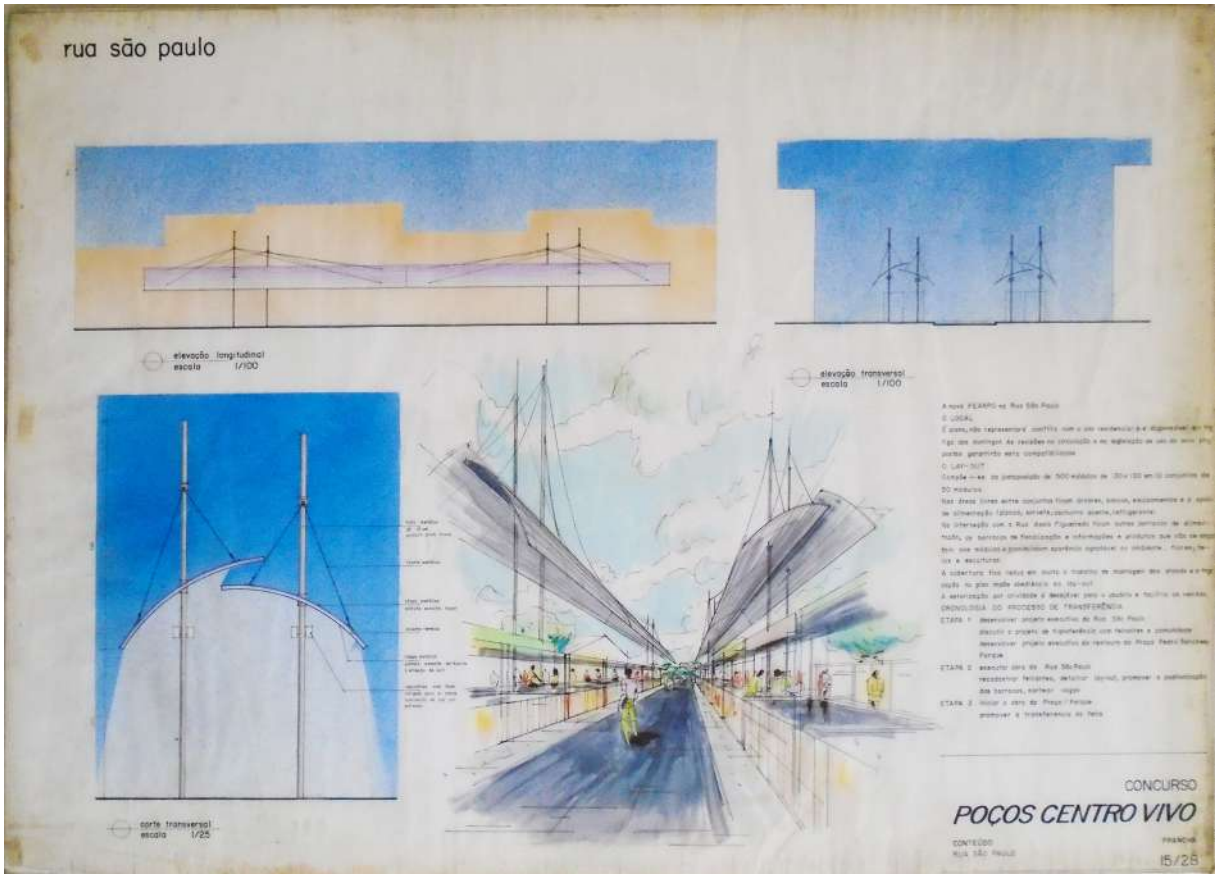
realizavam na rua entre o Palace Hotel e o parque "que se dão de forma improvisada com a execução de barracas, palcos e palanques, agredindo o ambiente natural e incomodando os turistas que se hospedam no Palace Hotel".

As diretrizes para esses usos, que deveriam ser incorporadas às propostas projetuais, estipulavam a realocação da feira e dos eventos para áreas projetadas especificamente para esse fim. Dessa forma, os projetos apresentados deveriam não apenas propor remodelações de caráter estético e funcional, mas "revitalizar a utilização dos espaços, em especial os de uso público" (Edital 001/93-SPC. Item IV.1.3).

Foram inscritas no concurso diversas proposta com os mais diferentes resultados estéticos e funcionais, mais ou menos "preservadores" (Figuras 21, 22 e 23). O projeto vencedor (Figuras 24 e 25) realizou uma leitura de análise dos usos e de estado de conservação da área, apresentando propostas de mobiliário urbano, pavimentação, arborização e iluminação (com o enterramento da fiação aérea), além do tratamento de fachadas e padronização da comunicação visual dos comércios contidos no perímetro.

O calçamento das vias, o alargamento de passeios e a regulamentação dos usos de mesas e cadeiras pelos bares e restaurantes fizeram parte das diretrizes para melhoria dos fluxos de pedestres e veículos. Para o parque e as praças, destacava-se a necessidade de melhoria da iluminação e a proposta de recuperação vegetal, com o intuito de resgatar o aspecto projetado por Dierberger na década de 1920, que se encontrava parcialmente descaracterizado pelo plantio ou crescimento espontâneo de espécimes não existentes no "projeto original".





Figuras 21 e 22 – Pranchas de equipes distintas, om propostas para o Concurso "Poços Centro Vivo". Acima, proposta de "casa de vídro" a ser instalada no Parque José Affonso Junqueira. Abaixo, proposta de cobertura para calçadão na Rua São Paulo. Fonte: Acervo da Divisão de Patrimônio Construído e Tombamento.

Figura 23 – Prancha com propostas para o Concurso "Poços Centro Vivo", em destaque a imagem mostra projeto de reordenamento de tráfego na Av. Francisco Sales, com novo design para a estação do teleférico e para o Monotrilho. Fonte: Acervo da Divisão de Patrimônio Construído e Tombamento.

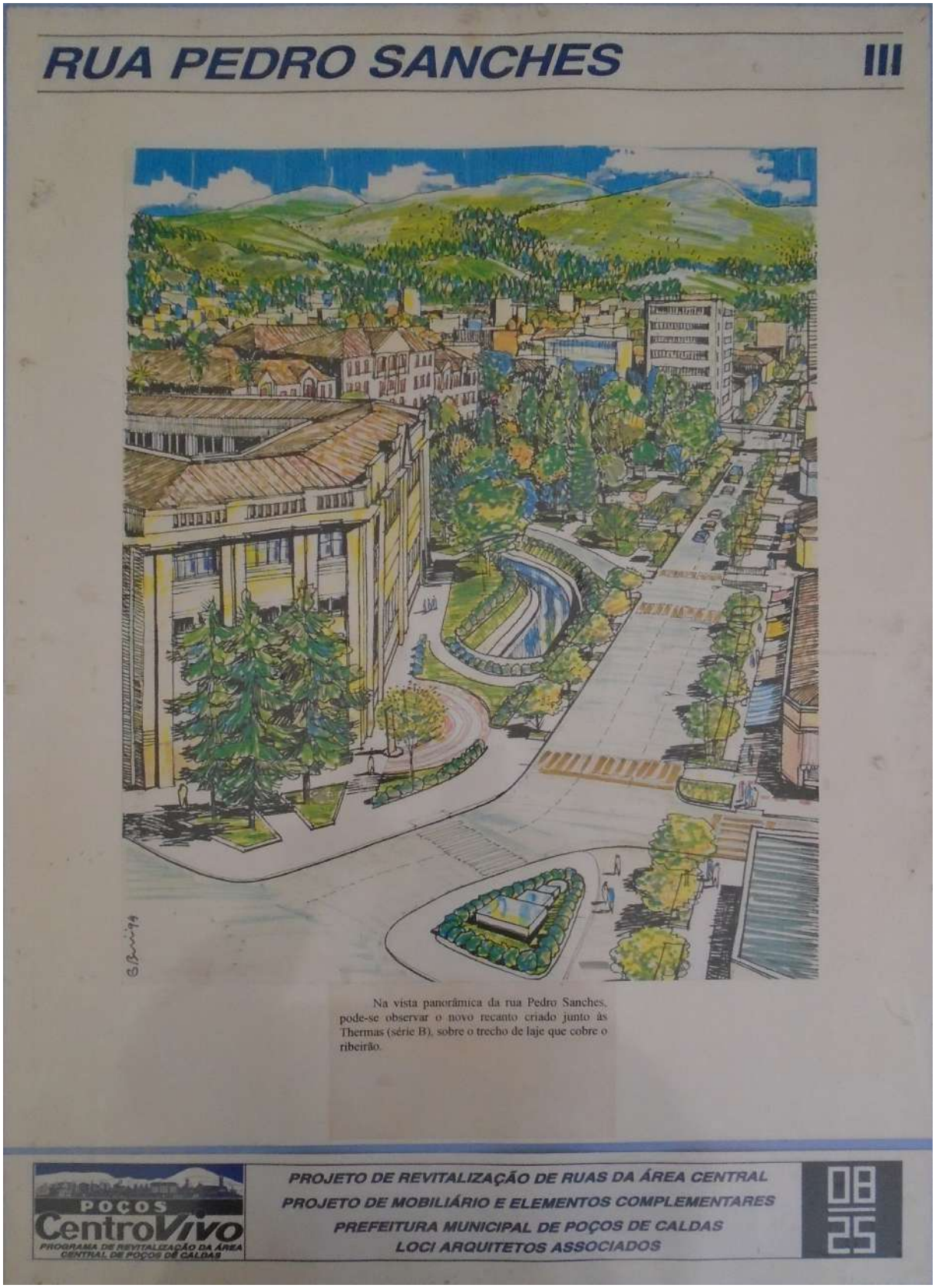


Figura 24 – Prancha de apresentação do projeto vencedor do concurso Poços Centro Vivo: "na vista panorâmica da rua Pedro Sanches, pode-se observar o novo recanto criado junto às Thermas, sobre o trecho de laje que sobre o ribeirão". Fonte: Acervo da Divisão de Patrimônio Construído e Tombamento.

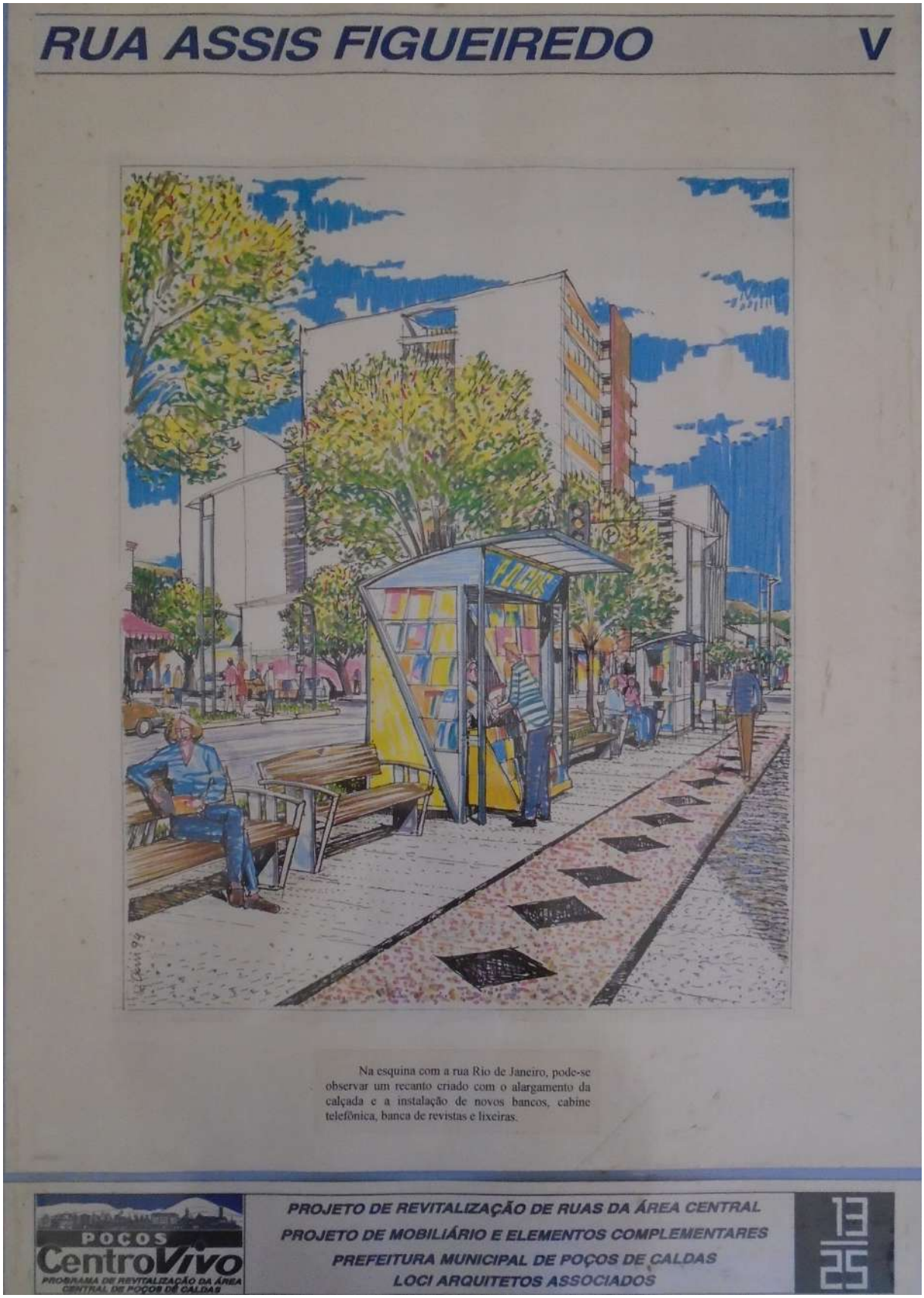


Figura 25 – Prancha de apresentação do projeto vencedor do concurso Poços Centro Vivo, com propostas para Rua Assis Figueiredo: "na esquina com a Rua Rio de Janeiro, pode-se observar um recanto criado com o alargamento da calçada e a instalação de novos bancos, cabine telefônica, banca de revistas e lixeiras". Fonte: Acervo da Divisão de Patrimônio Construído e Tombamento.

A prefeitura realizou reuniões com representantes do comércio, da hotelaria e com empresários, com o intuito de obter parcerias privadas para a execução das ações relacionadas ao projeto. Juntamente com as propostas do concurso, a gestão municipal tinha ainda a intenção de realizar obras de saneamento, reformas nas Thermas Antônio Carlos, a demolição da antiga rodoviária da Praça Paul Harris, para a construção de uma concha acústica, e a restauração da Vila Junqueira (casarão localizado nessa mesma praça) e do Antigo Cassino da Urca, para a instalação do Museu Histórico e Geográfico de Poços de Caldas e para implementação de um centro cultural, respectivamente (POZZER, 2001, p.119).

Dentre todas as propostas, várias foram de fato executadas a partir de 1995, como a arborização e a pavimentação da rua São Paulo e o calçamento da Rua Pedro Sanches (a Rua Assis Figueiredo, no entanto, recebeu o calçamento, mas não foi arborizada); o soterramento de todas as fiações aéreas e execução dos postes de iluminação pública, segundo projeto apresentado; o mobiliário urbano foi executado em partes, com alguns bancos e lixeiras instalados, mas não as bancas e a padronização de toldos e placas; as obras de restauro da Vila Junqueiras e do Cassino da Urca, a demolição do terminal rodoviário e a reforma da praça também foram levadas a cabo.

Figura 26 – Vista atual da Villa Junqueira, onde está instalado o Museu Histórico e Geográfico de Poços de Caldas. Fonte: Prefeitura Municipal de Poços de Caldas. Disponível em <https://pocosdecaldas.mg.gov.br/noticias/museu-historico-e-geografico-se-prepara-para-reabertura-ao-publico/> Acesso em 29.12.2020

Outros pontos estipulados no edital e defendidos pelo projeto vencedor, como a realocação de ambulantes e eventos e a "readequação" dos usos da Praça Pedro Sanches e Parque José Affonso Junqueira, jamais chegaram, de fato, a ser executados. A FEARPO (Feira de Artesanato de Poços de Caldas), eventualmente, foi realocada para a Praça Dom Pedro II, onde permanece até hoje; entretanto, os eventos, festas e feiras gastronômicas permanecem tendo como ponto principal a área do Complexo.

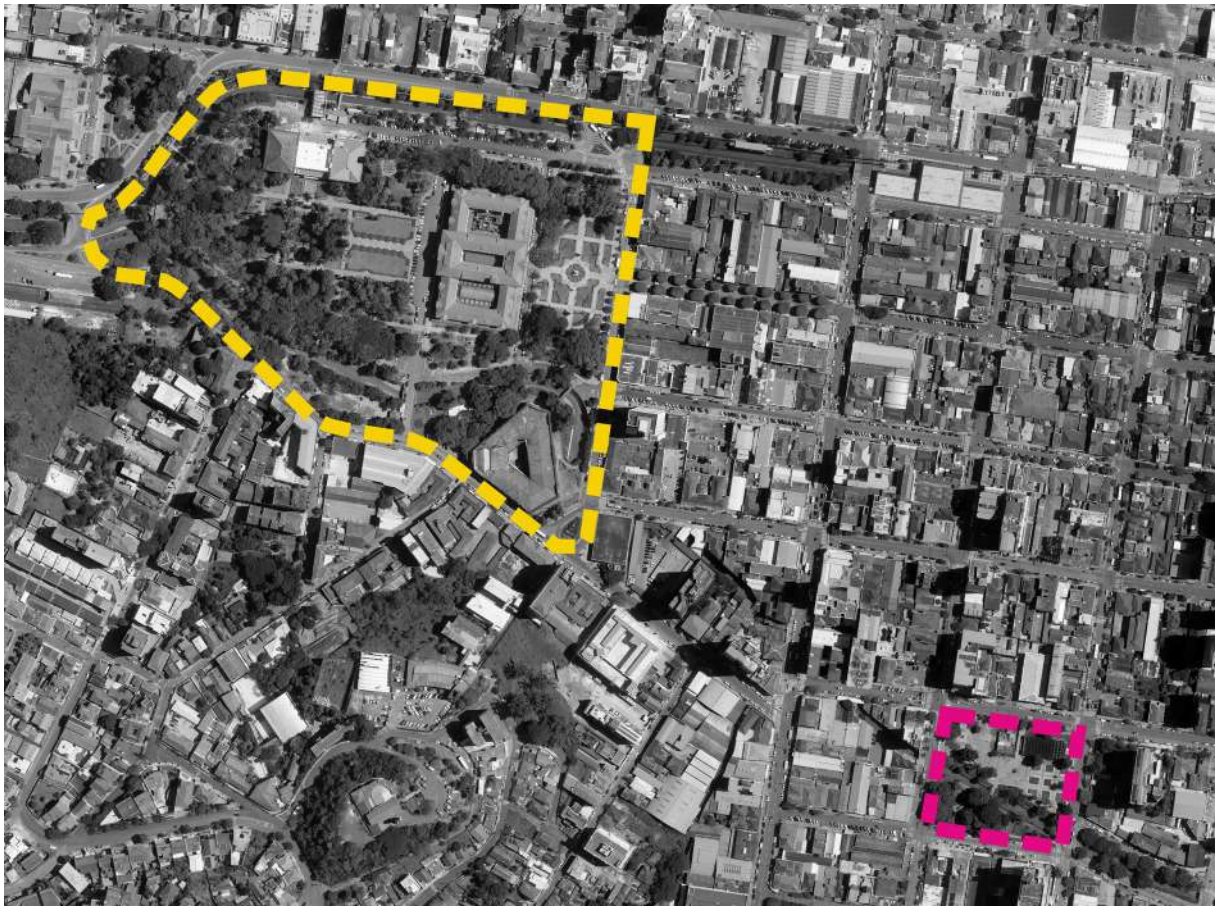


Figura 27 – Localização da Praça Dom Pedro II (em rosa) em relação com o Complexo Hidrotermal e Hoteleiro (em amarelo). Fonte: Imagem aérea fornecida pela Secretaria Municipal de Planejamento Urbano e Meio Ambiente. Mapa: Anamaria Oliveira, 2020.

No entanto, fica evidente a dissonância entre os discursos do próprio poder público, quando se lê no edital do concurso que, dentre as funções principais dessa área, se encontra a de desempenhar papel de palco de eventos culturais variados (Edital 001/93-SPC. Item V.1.d), enquanto no mesmo texto se estipula a necessidade de retirada dos eventos da área.

Ademais, embora se trate de área tombada em ambos os âmbitos – municipal e estadual –, pouco se fala sobre isso no texto, sendo citada apenas a relevância da

área para a história da cidade. É possível que a falta de clareza nos documentos de tombamento quanto a diretrizes e critérios de preservação da área tenha grande influência nas divergências de entendimento sobre as necessidades reais desses espaços.

2.5 O COMPLEXO HIDROTERMAL E HOTELEIRO HOJE

A resultante da paisagem que se tem hoje na área do Complexo Hidrotermal e Hoteleiro é composta, portanto, de diferentes "camadas" de atuação sobre esses espaços, guiadas por questões econômicas e pelas transformações sociais e políticas pelas quais a cidade passou ao longo de toda a sua história.

Algumas destas camadas sociais e econômicas que influenciam a forma de apropriação e os debates de gestão sobre a área são: a construção de uma cidade balneária que atendesse às expectativas das elites e aos ideários das estâncias hidrominerais do Brasil e do mundo, no século XIX; a criação de uma sociabilidade ligada aos usos termais, que ditava o uso dos espaços públicos como ambiente de cura, mas também como distração dos tratamentos, nutrindo esses espaços de um clima festivo ligado aos bailes e aos cassinos; a promoção dessa imagem de ambiente urbano diferenciado em relação ao "caos" das grandes cidades e o uso propagandístico dessa imagem para a atração de visitantes da elite, durante os tempos áureos, e da classe média emergente, já nos anos 1970; a chegada das indústrias, alterando o foco da economia local, as dinâmicas de trabalho e o consequente aumento populacional, e cooperando para o espraiamento urbano para além do centro; o fomento ao turismo de massa, com a criação de novos pontos turísticos e a retomada do patrimônio como potencial econômico; a consolidação, nas últimas décadas, da cidade como polo regional de serviços e comércio.

O Palace Hotel e as Thermas Antônio Carlos mantêm seus usos iniciais; o Palace Cassino, com o fim dos "jogos de azar", passou por algumas intervenções ditas restauradoras e hoje se estabeleceu como centro de eventos privados e de algumas apresentações abertas ao público (como concertos da orquestra sinfônica e peças teatrais ao longo do ano). A Praça Pedro Sanches apresenta grande uso por parte da população e turistas ao longo de todo o dia, principalmente nos horários de pico e aos finais de semana: crianças brincam na grama, pessoas nos bancos se abrigam à sombra das árvores ou dançam junto às apresentações musicais no coreto; além disso, a praça

se estabeleceu como principal palco de manifestações populares da cidade para os mais diversos grupos e posicionamentos políticos.

Figura 28 - Palace Hotel durante o evento "Blue Cloud" de exposição de carros antigos. Fonte: acervo pessoal da autora, 2017.

Figura 29 – Grande público reunido para assistir à apresentação musical no coreto da Praça Pedro Sanches. Fonte: acervo pessoal da autora, 2017.

O Parque José Affonso Junqueira mantém seus usos mais contemplativos, sendo abrigo à sombra aos trabalhadores em horário de almoço ou aos turistas que caminham contemplando a vista do Palace Cassino e Hotel; durante a noite, no entanto (exceto em dias de evento) o parque tem pouca vida, apresentando, inclusive, problemas de segurança. Ao longo do ano, ambos os espaços recebem diversos eventos dos mais variados tipos, entre shows, feiras gastronômicas e exposições de carros antigos que já se tornaram referência regional. São realizados, ainda, eventos oficiais como o Festival de Inverno "Julho Fest" - que completou 25 anos em 2019 e tem como slogan "Poços de Caldas: a cidade cultural" - e a apresentação da "Sinfonia das Águas", concerto sinfônico com projeção de luzes na fachada do Palace Hotel. No final do ano, a área central é rotineiramente enfeitada com luzes de Natal para o chamado "Natal das Luzes", cartão postal do município.

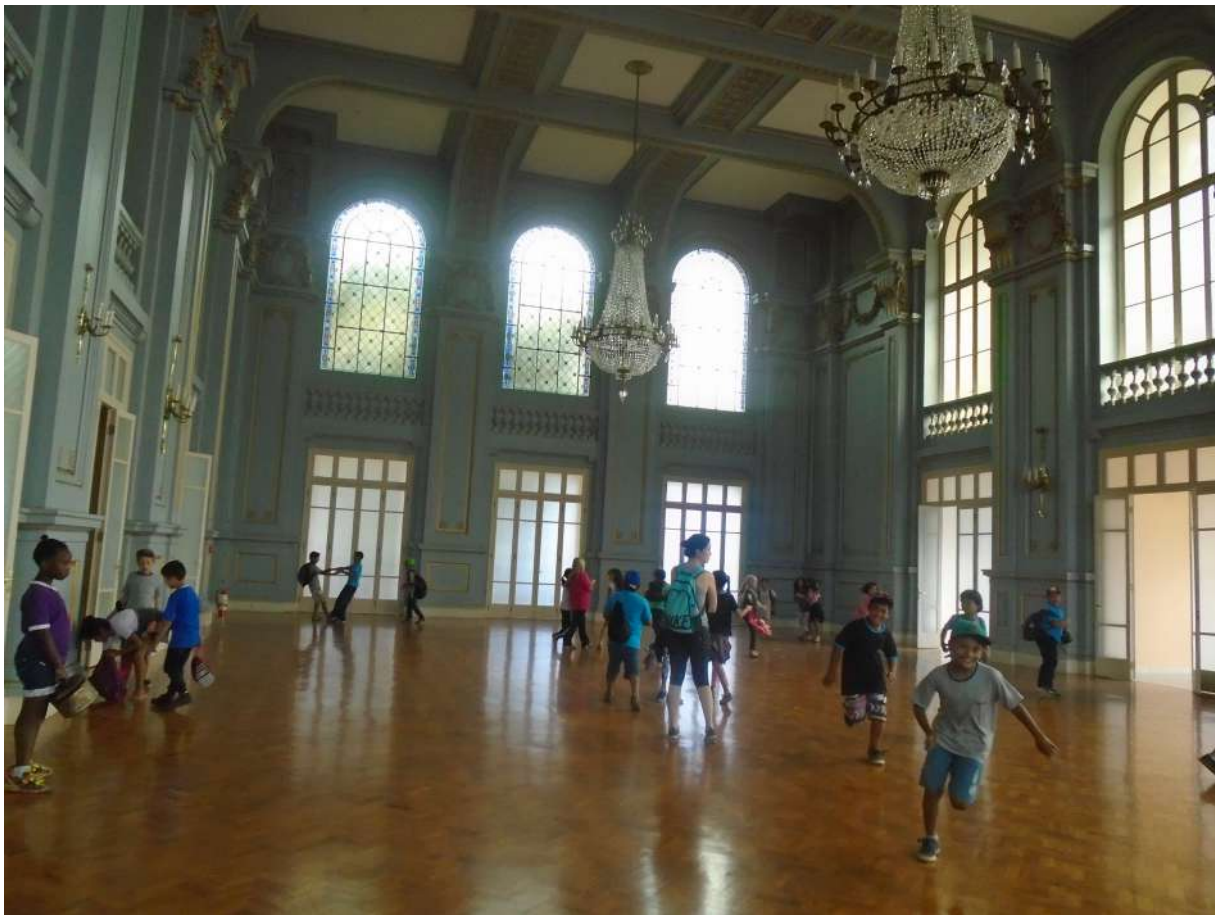


Figura 30 – Crianças de escola pública municipal em visita guiada ao "Salão Azul" do Palace Cassino, durante projeto de educação patrimonial elaborado pela Divisão de Patrimônio Construído e Tombamento. Fonte: acervo pessoal da autora, 2017.

Figura 31 - Evento "Blue Cloud" de exposição de carros antigos, com o Palace Casino ao fundo. Fonte: acervo pessoal da autora, 2017.

Apesar de tais usos serem consolidados e, inclusive, estabelecidos como parte da imagem de promoção da cidade, essas formas de apropriação - principalmente os eventos e a grande presença de ambulantes na área - se mostram, constantemente, como motivos de embates e discussões, principalmente no âmbito do Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico Artístico Turístico e Cultural de Poços de Caldas (CONDEPHACT-PC).

Em análise das atas de reuniões do conselho, disponíveis para consulta no sítio eletrônico da municipalidade[10], é possível constatar que praticamente a cada reunião há novas solicitações para execução de eventos na praça e/ou no parque, bem como pedidos de informação quanto à situação dos ambulantes na área. Paralelamente, as secretarias responsáveis pela manutenção desses espaços protestam ou lamentam a falta de recursos (humanos e financeiros) para manter a boa qualidade de conservação dos bens, diante da grande frequência e fluxo de eventos[11].

Mediante a grande profusão de eventos, alimentados pela construção dessa imagem de uma cidade cultural e polo regional, a gestão da área se vê confrontada

10 Disponível em: <http://pocosdecaldas.mg.gov.br/condephact-pc/> Acesso em 29.12.2020

11 Vide relação das atas contendo os assuntos citados, em anexo.

entre os valores “originais” desses espaços e seus usos tradicionais, além dos valores adquiridos ao longo das décadas e das transformações pelas quais a cidade passou, e a necessidade de manutenção desses espaços.

Percebe-se, portanto, que não há o entendimento desse bem em sua totalidade estética e histórica, material e imaterial, da totalidade de seus valores, ou seja, da significância cultural do Complexo; dessa forma, as decisões tomadas permanecem sendo pautadas em critérios subjetivos, empíricos e em valores atribuídos há décadas, que não levam em conta a transitoriedade do bem no tempo, nem as suas novas relações socioculturais, e, consequentemente, ignoram os novos valores atribuídos ao bem, principalmente pela população e turistas que dele se apropriam.

A preservação gerida com base apenas em valores passados, tendo como única base o instrumento jurídico do tombamento decretado há mais de duas décadas, estaciona o bem no tempo, ignorando seus novos significados e valores relativos as gerações presentes; o reconhecimento do bem em sua totalidade, através de instrumentos contemporâneos como a Declaração de Significância Cultural, que incentivem a participação da população como corresponsável pela valoração e preservação do patrimônio, além de se mostrar um eficaz instrumento de gestão, contribui para a educação patrimonial, transmitindo os bens às gerações presentes, que se tornam agentes ativos na preservação do patrimônio e criam vínculos de pertencimento e memória.

CAPÍTULO III
DIMENSÕES TURÍSTICAS E A INTERFACE COM O PATRIMÔNIO

A partir do entendimento sobre a significância cultural tecido no primeiro capítulo e sobre as possibilidades de gestão fornecidas pela Declaração de Significância Cultural, foi possível perceber a necessidade de uma leitura totalitária dos bens que se pretende preservar, seus contextos socioculturais, econômicos e políticos, a fim de se compreender os valores passados e presentes, aqueles tradicionalmente aceitos pelos técnicos e especialistas da preservação e aqueles relativos às comunidades associadas ao bem.

A partir dessa visão, a leitura da história de Poços de Caldas buscou evidenciar não apenas a "história oficial", que a coloca como cidade construída para cura, mas também a sua inserção nos contextos nacional e internacional, a fim de tecer um panorama mais amplo dos valores que regeram a construção dessa paisagem, chegando aos dias de hoje, com suas formas contemporâneas de apropriação e os dilemas de sua gestão.

Assim, compreende-se que as formas atuais de apropriação do Complexo Hidrotermal e Hoteleiro de Poços de Caldas não são fruto de uma alteração espontânea ou repentina nas dinâmicas de uso do espaço, mas sim resultado de processos históricos que se sucederam na cidade, e, vale ressaltar, no país como um todo.

É importante apreender esses processos não apenas dentro do âmbito municipal, mas compreendendo a cidade inserida nos contextos nacional e internacional. Dessa forma, portanto, nota-se a relação da cidade e, mais especificamente, do Complexo, com o desenvolvimento do turismo e da preservação brasileira, em suas diversas fases; isso permite avaliar, de maneira mais objetiva, os motivos que levaram a apropriação da área central como vemos hoje, e ainda compreender seu processo de patrimonialização, buscando assim, vislumbrar caminhos que possam conciliar esses dois valores.

A fim de construir um raciocínio que possibilite visualizar esses processos históricos de maneira mais objetiva, levando em consideração que o principal foco da cidade sempre foi a atração de público, delimitamos três períodos distintos no turismo de Poços de Caldas. Esses recortes têm por finalidade facilitar a análise dos contextos nacionais e internacionais, nos quais a cidade se insere, sob a ótica do turismo e da preservação: 1) O Termalismo e as Vilegiaturas, 2) Os Cassinos e o Entretenimento; e 3) O Patrimônio e o Turismo de Massa.

Buscando vislumbrar caminhos que conciliem a preservação desse patrimônio, sua manutenção e a clara vocação para o turismo, propomos um quarto momento relevante a ser pensado para a cidade: o Turismo Cultural tendo como foco central a preservação do patrimônio edificado e urbano, de forma que o Complexo Hidrotermal, seja interpretado em seus aspectos materiais e imateriais, nos valores memoriais, simbólicos, de uso e técnicos os quais devem ser recuperados e salvaguardados através da elaboração da Declaração de Significância Cultural, levando à transmissão do bem, para as futuras gerações sem que se perca o potencial de uso, o qual deve ser compatível com a preservação.

3.1 O TERMALISMO E AS VILEGIATURAS

3.1.1 Origens

Para traçar a trajetória das estâncias balneárias no Brasil, das origens dos tratamentos termais e das vilegiaturas, é preciso compreender a construção desses costumes no interior das sociedades europeias, desde a antiguidade. Os hábitos dos banhos e tratamentos termais remontam ao Império Romano, cujas termas serviam não apenas como locais de saúde e higiene, mas também como ambientes de descanso, divertimento e sociabilidade. Como descreve Marrichi (2009):

> As termas romanas possuíam piscinas térmicas e frias para banhos coletivos, centenas de cabines pessoais e numerosas salas de repouso. Havia salas para massagens que acompanhavam a aplicação de óleos perfumados, salas para ginásticas e plásticas corporais com variados equipamentos para exercícios e amplos refeitórios. Em sua grandiosidade contemplavam bibliotecas onde os poetas declamavam e os eruditos expunham seus pensamentos. [...] A parte externa destinava-se a estádios, peristilos, galerias para passeios, academias e pequenas exedras para os filósofos (MARRICHI, 2009, p. 4).

Com a queda do Império Romano, as invasões bárbaras, o crescimento do cristianismo e a difusão dos ideais de moral cristã, as termas e suas atividades passaram a ser, até o fim da Idade Média, associadas aos prazeres do corpo e, portanto, consideradas ambientes pecaminosos, infames e profanos (MARRICHI, 2009, p. 6; PAIXÃO, 2007, p.138).

O Renascimento trouxe a redescoberta das culturas clássicas. Seguido pelos ideais de desenvolvimento intelectual do Iluminismo, nos séculos XVII e XVIII, ambos fomentaram o fenômeno social chamado *Grand Tour*. Levam o nome de *Grand Tour* as

viagens empreendidas por membros da aristocracia inglesa[1], intelectuais que dispunham de tempo e dinheiro para cruzar a Europa, tendo como destino mais popular a cidade de Roma, para fins de lazer, ou seja, nos ideais da época, a obtenção de conhecimento e desenvolvimento pessoal. Dessa forma, o *Grand Tour* é considerado o marco inicial do turismo moderno (SALGUEIRO, 2002; YASOSHIMA & OLIVEIRA, 2002, p.35).

O contato entre essas culturas teve grande influência em diversas áreas do conhecimento, como nas artes, arquitetura e filosofia nos períodos que se sucederam. O surgimento da medicina termal retomava as tradições romanas do uso das águas quentes para o tratamento medicinal, aprimorando-as sob a ótica do saber racional e do método científico; isso em um período no qual o crescimento dos centros urbanos, impulsionado pela Revolução Industrial, mostrava sinais graves de prejuízo à saúde pública.

Difundido principalmente entre a nobreza e a alta burguesia, o costume dos banhos e tratamentos com águas para manutenção e recuperação da saúde impulsionou a formação de estâncias balneárias, as quais eram recomendadas a visita pelos médicos, em virtude do afastamento da poluição das grandes cidades, dos benefícios de suas águas e da possibilidade de distração da vida urbana. Dentre as estâncias mais relevantes, podemos citar as de Bath e Brighton, na Inglaterra; Aix-Le-Bains e Baden-Baden, na Alemanha; Bagnes de Luchon e Vichy, na França; e Montecanini, na Itália (REJOWISKI et al., 2002, p. 44-50).

A manutenção desses balneários e a atração de visitantes passaram a depender da existência de uma infraestrutura que abarcasse edifícios para lazer, como os cassinos, que fosse um chamariz paralelo aos tratamentos termais. Os cassinos, permitidos em alguns países somente se associados aos balneários, garantiam que as estâncias fossem o principal destino turístico buscado pelas elites ociosas, e seus lucros eram a principal fonte de recurso para o custeio das luxuosas estruturas das estâncias (FRANCO, 2014, p.38; PAIXÃO, 2005, p.5). Dessa forma, a estrutura luxuosa das estâncias termais era composta sempre pelo estabelecimento balneário, o hotel de luxo e o cassino.

1 Foi posteriormente difundido para outros países, popularizado, alcançando também membros da baixa burguesia (SALGUEIRO, 2002).

3.1.2 A formação das estâncias balneárias no Brasil[2]

Quando da chegada da Família Real Portuguesa e sua Corte ao Brasil, em 1808, com a abertura dos portos às nações amigas, desembarcavam com eles – e com tantos outros imigrantes europeus que vieram nas décadas seguintes – os costumes do velho continente. Ainda não havia no país uma estrutura de hospedagem e lazer que pudesse abrigar esses novos hábitos; existiam apenas alguns ranchos e hospícios jesuíticos, que atendiam tropeiros e viajantes (PAIXÃO, 2005, p.7) e as viagens empreendidas nesse período se limitavam a expedições de desbravamento para expansão do território e obtenção de gêneros de primeira necessidade (SOLHA, 2002). Assim, aos poucos, começou a ser implementado o que pode ser considerado o embrião do sistema hoteleiro brasileiro, com novas hospedarias e restaurantes mais próximos aos ideais desse novo público, ainda que bastante precários, nesse primeiro momento.

O interesse pelas fontes hidrominerais, que já vinha sendo relatado por viajantes e estudiosos, os quais as descreviam em seus relatórios de viagem publicados em periódicos científicos, tornou-se ainda maior nesse período. A fundação das Faculdades de Medicina do Rio de Janeiro e Bahia posicionaram o termalismo no Brasil sob a ótica científica, deixando o empirismo de lado e promovendo a maior divulgação dessas fontes e de suas propriedades.

Dessa forma, a partir de meados do século XIX foram construídos os primeiros estabelecimentos hidroterápicos do país, com a aplicação de recursos privados (FRANCO, 2014, p. 31). O interior do país, junto às fontes hidrominerais e no litoral, com os banhos de mar, principiava a implementar uma estrutura de saúde e lazer que viria

2 É exposta aqui apenas uma síntese do tema, uma vez não ser este o foco do trabalho. Para melhor compreensão do tema, vide: COLANTUONO, Aline Correia de S. O processo histórico da atividade turística mundial e nacional. Cadernos da Fucamp, v. 14, n. 21, p.30-41, 2015. FILHO, João dos Santos. Promoção e divulgação no Brasil Império: Turismo na Monarquia. Revista Espaço Acadêmico, n. 105, ano IX, p.160-173, 2010. MACHADO, Marcello de Barros T. As etapas evolutivas do Turismo: um estudo sobre o Rio de Janeiro (séculos XVIII-XX). CULTUR, ano 07, n. 01, 2013. MARRICHI, Jussara Marques O. A cidade termal: ciência das águas e sociabilidade moderna entre 1839 a 1931. 2009. Dissertação (Mestrado em História) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas – Universidade Estadual de Campinas. Campinas. _____. Corpo e civilidade balneária: uma investigação sobre as emoções e o autocontrole de curistas e veranistas na passagem dos anos 1930. XIV Simpósio Internacional Processos Civilizadores, UEL, 2012. _____. Da Hidrologia Médica ao Turismo Balneário: apontamentos históricos entre 1894 e 1933. XXVII ANPUH, Natal-RN, 2013. _____. Vilegiaturas de prazer e a formação de uma cultura burguesa na cidade balneária de Poços de Caldas entre os anos de 1930 e 1940. 2015. Tese (Doutorado em História) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas – Universidade Estadual de Campinas. Campinas. PIRES, Mário Jorge. Raízes do Turismo no Brasil. Hóspedes, Hospedeiros e Viajantes no Século XIX. 2ª ed., Editora Manole, 2002. SOLHA, Karina Toledo. Evolução do Turismo no Brasil. In: REJOWISKI, Mirian (Org.). Turismo no Percurso do Tempo. Editora Aleph: São Paulo, 2002. VENEGAS, Hernán. Estâncias termais, turismo e poder público federal no Brasil. XXVII ANPUH, Natal-RN, 2013.

a se desenvolver e consolidar nas décadas posteriores. Sobre o período em questão, Paixão (2005) descreve que, embora crescesse o anseio da aristocracia brasileira em viver os costumes europeus e aumentasse a oferta de "destinos turísticos", com o surgimento de algumas estruturas balneárias pelo país, "deveria existir um número inferior a 100 hotéis com serviços de alimentos e bebidas em todo o país; sendo que o melhor deles estava localizado em São Paulo, o Grande Hotel, inaugurado em 1878" (PAIXÃO, 2005, p. 7).

A ampliação da malha ferroviária também teve um papel significativo no desenvolvimento turístico brasileiro, possibilitando não apenas o desenvolvimento econômico, principalmente do ramo cafeeiro, com consequente acúmulo de riqueza da elite que, assim, dispunha de recursos e tempo para a prática das vilegiaturas; evidentemente, a ampliação também facilitou o deslocamento e o acesso entre as capitais e os destinos situados no interior e no litoral. Dentre os principais destinos balneários, no interior, estavam Petrópolis e Teresópolis, no Rio de Janeiro; Caldas Novas, em Goiás; Águas de São Pedro e Campos do Jordão, em São Paulo; Caxambú, Araxá e Poços de Caldas, em Minas Gerais; Caldas da Imperatriz e Santo Amaro, em Santa Catarina; e, no litoral, se destacavam Santos e o Guarujá, em São Paulo (PAIXÃO, 2007, P.141; FRANCO, 2014).

Deste modo, com a maior atração de turistas/curistas e de investimentos, entre o final do século XIX e as duas primeiras décadas do século XX, essas estâncias se desenvolveram amplamente. Entre 1856 e 1925, cidades como Caxambú e Poços de Caldas já haviam passado por diversas obras públicas de infraestrutura e saneamento, e contavam com calçadas passeios, iluminação pública a gás, estradas e ferrovias, além de seus balneários equipados e as respectivas empresas responsáveis pela exploração das águas (FRANCO, 2014, p. 32).

As décadas de 1920 e 1930 foram, portanto, consideradas "os anos dourados", ou a "Belle Époque" do desenvolvimento turístico no Brasil (PAIXÃO, 2005). A partir de 1920, os cassinos de bailes e jogos passaram a desempenhar um papel central na economia das estâncias Brasileiras, assim como havia ocorrido nas estâncias balneárias da Europa. Neste ano, o então presidente Epitácio Pessoa assinou o Decreto nº 3987 de 1920, que tinha por finalidade reorganizar a situação da saúde pública no país; para esse fim, uma das medidas aprovadas foi a autorização para a realização de "jogos de azar" nas estâncias balneárias, desde que observados os seguintes critérios:

> Art. 14. Aos clubs [sic] e casinos [sic] das estações balnearias

> thermaes [sic] e climatericas poderá ser concedida autorização temporaria para a realização dos jogos de azar em locaes [sic] proprios o [sic] separados, mediante as seguintes condições:
>
> § 1º Prévia licença da autoridade respectiva.
>
> § 2º Na autorização deverão ser discriminados o prazo da concessão, a natureza dos jogos de azar permittidos [sic], as medidas de localização por parte dos agentes da autoridade, condições de admissão nas salas de jogo, as horas de abertura e de encerramento, a taxa de 15 % devida e a maneira de cobra-la.
>
> § 3º Nas salas do jogo só poderão ter entrada pessoas maiores.
>
> § 4º A autorização poderá ser cassada, em caso de inobservancia das clausulas [sic] preestabelecidas, a pedido justificado do Conselho Municipal, ou quando assim o entender o poder publico [sic], sem que aos concessionarios assista direito a qualquer indemnização.
>
> § 5º Cada club ou casino que obtiver a autorização, seja ou não organizado em sociedade, terá como responsaveis um gerente e um director.
>
> § 6º Uma vez licenciados e sujeitos á [sic] taxa de 15 % os clubs [sic] e casinos [sic] poderão funcionar [sic] sem que incidam nas disposições das leis penaes [sic] relativas ao jogo. (Decreto nº 3.987, de 2 de janeiro de 1920. Art. 14, sic.)

Os impostos arrecadados, segundo o decreto, seriam empregados para fins de saúde pública, de forma que a implementação dos cassinos ajudou a financiar, ao longo dos anos, boa parte das obras de infraestrutura e saneamento das cidades balneárias. Além disso, os jogos e bailes promovidos ampliavam a gama de visitantes que acorriam à essas cidades, não mais apenas em busca de descanso e saúde, mas em busca da grande profusão de formas de entretenimento e lazer que se desenvolviam.

Como abordado no capítulo anterior, a cidade de Poços de Caldas se desenvolveu entre os anos de 1889 (com a chegada da ferrovia) e 1920 (com a implementação do Decreto n° 3.897 de 1920, que liberava os "jogos de azar") tendo como principal foco as atividades termais do balneário Pedro Botelho (Figura 4 – n. 1), que atraíam curistas voltados aos tratamentos medicinais; a cidade recebia, ainda, membros da elite de São Paulo, Rio de Janeiro e Minas Gerais, que, em busca de seu clima ameno e paisagens naturais, construíam chalés de veraneio na cidade.

O termo "vilegiatura" é definido pelo Dicionário Aurélio, como "temporada que habitantes da cidade passam no campo, na praia, ou em digressão de recreio, na estação calmosa" (FERREIRA, 2009, p. 2062). O anseio por retirar-se do caos dos centros urbanos e deslocar-se para ambientes ligados à natureza e a hábitos bastante influenciados pelos costumes europeus, trouxe às cidades balneárias não apenas doentes em busca

de alento, mas também aqueles que dispunham de recursos, de tempo e dinheiro, para passar estações inteiras praticando o ócio e lazer nessas cidades.

Desse modo, até cerca de 1920, Poços de Caldas tinha seu foco voltado ao termalismo e à descoberta das propriedades medicinais de suas águas e clima; paralelamente, também já se apresentava como recanto de quietude para as elites que construíam suas casas de veraneio e que, no período seguinte (dos cassinos e entretenimento), seriam parte importante da lotação de cassinos e bailes na cidade.

Porquanto é em 1925, que se tem executada a primeira grande obra de reformulação do que viria a ser o Complexo Hidrotermal, conformação que apresentava pela primeira vez um cassino implantado junto ao hotel e ao balneário, marcando o início do período dos jogos e entretenimento na cidade.

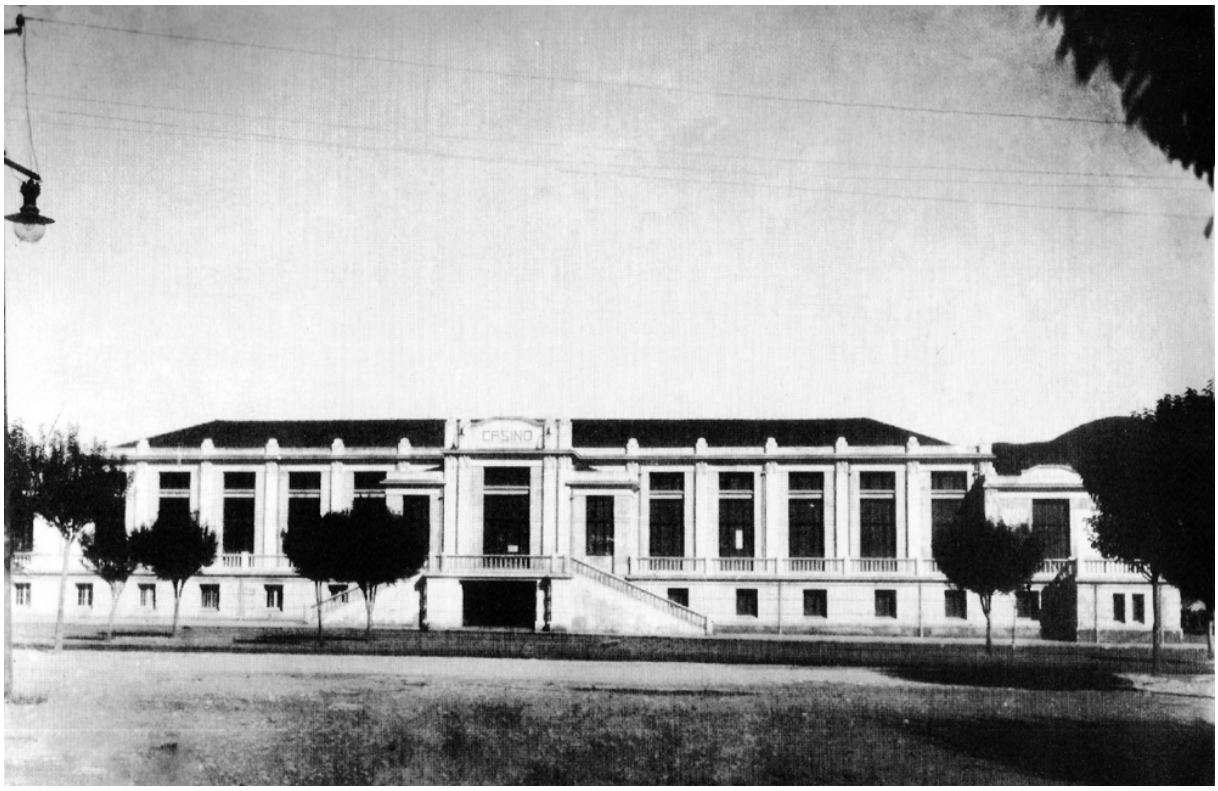


Figura 32 – Cassino construído nos anos 1920, em Poços de Caldas. Juntamente com o balneário, compunham as alas laterais do primeiro Palace Hotel. Fonte: Acervo do Museu Histórico e Geográfico, código desconhecido.

3.2 OS CASSINOS E O ENTRETENIMENTO

Esse cenário, portanto, abriu caminho para que, a partir da década de 1930 (mais especificamente até 1946), impulsionados pelo contexto político nos âmbitos federal e internacional, os cassinos passassem de secundários à principal atividade econômica das estâncias.

Com a queda da República Velha, em 1930 e a aprovação da Constituição de 1934, voltada a atender às insatisfações da classe média emergente, do tenentismo, da burguesia e do movimento operário dos anos 1920 (PAIXÃO, 2005, p.9), o governo provisório de Getúlio Vargas propunha a evolução e o progresso, com a criação de leis e incentivos às indústrias, pautados na ideia de que o país precisava se "modernizar". Recusando-se a sair do poder, em 1937, com um golpe de estado, Vargas instaurou o Estado Novo.

A prática de uma forte propaganda com a promoção de ideias nacionalistas de patriotismo e defesa do governo e, em paralelo, a recorrente presença de Getúlio Vargas e sua esposa nos salões de bailes dos cassinos mais importantes do país, reforçavam a criação de um imaginário em relação a esses ambientes, ligado aos "valores da nação". De fato, os cassinos não representavam apenas locais de "jogos de azar", mas criou-se toda uma "cultura", uma sociabilidade ou forma de ser daquela elite que frequentava os salões dessas cidades balnearias. A influência da imprensa de maior circulação, de jornais, revistas e do rádio, além do "cinema hollywoodiano", criava e difundia uma imagem de ideal de prazer e luxo ligada aos cassinos e seus usuários:

> Festas apoteóticas, geralmente patrocinadas pelo espírito filantrópico da primeira dama do país, Darcy Vargas, sucediam-se no Estado Novo. Salões, clubes e cassinos multiplicavam-se a olhos vistos, transformando a Capital Federal na maior jogatina do país (PAIXÃO, 2005, p.10).

O aumento do poder aquisitivo da classe média emergente possibilitou sua inserção nessa dinâmica de viagens de lazer e entretenimento, o que colaborou para o incremento das viagens e dos destinos. De 1929 a 1939 observou-se a expansão do transporte aéreo, com a criação de novas companhias e o aumento do número de aviões, voos e aeroportos (PAIXÃO, 2005, p.1). Também as viagens rodoviárias tiveram relevante ampliação nesse período, com o espraiamento da malha rodoviária e do número de veículos em circulação.

É possível atribuir, ainda, esse aumento nas viagens nacionais ao contexto de tensão internacional do "entreguerras" e às questões econômicas como a queda da bolsa de Nova Iorque, em 1929; estes fatores inviabilizavam as viagens internacionais, geralmente empreendidas pela elite, que acabava por encontrar nas paisagens das estâncias o ambiente e clima que buscariam na Europa, e, nos cassinos, o glamour e o entretenimento hollywoodiano (PAIXÃO, 2005).

O período protagonizou ainda o crescimento exponencial do ramo hoteleiro e dos serviços associados, como bares, cafés e restaurantes, além do número de cassinos. Segundo Paixão (2005):

> Este era o tempo dos cassinos, dos shows e das vedetes. O combustível estava racionado – inclusive para ambulâncias – em função do início da II Guerra Mundial em 1º de setembro de 1939. As despesas públicas eram rigorosamente contidas e o custo de vida subia a todo vapor. No entanto, 24 horas por dia, 48 caminhões subiam sem parar a estrada para Petrópolis, levando areia de Copacabana, material de construção e trabalhadores (PAIXÃO, 2005, p.11).

É nesse contexto que o Complexo Hidrotermal e Hoteleiro de Poços de Caldas é construído. As obras, iniciadas em 1928, alinhavam os anseios da medicina, inspirados na hidrologia europeia, à essa tendência nacional de ampliação da infraestrutura turística das estâncias, com hotéis e cassinos maiores e mais glamurosos. No mesmo período, estâncias como Águas da Prata, Águas de Lindóia, Águas de São Pedro, Lambari e outras, também passaram pelo mesmo processo, recebendo incentivos governamentais para a contratação de profissionais de renome (Saturnino de Britto, Dierberger e Victor Dubugras foram alguns dos nomes mais recorrentes) e execução de grandes obras de infraestrutura e saneamento, como foi citado no capítulo anterior (FRANCO, 2014, p.36).

Além da construção do Complexo como o conhecemos hoje, inaugurado em sua totalidade no ano de 1931, Poços de Caldas já contava com outras importantes construções; são exemplos destas o Grande Hotel, ao lado do Cine Teatro Polytheama (Figura 30), que funciona desde 1911, e o complexo hoteleiro do Quisisana, ambos contendo seus próprios cassinos; além disso, é possível citar outras casas de jogos, como o Cassino Imperial, o Cassino Líder e o Cassino ao Ponto, dentre tantos outros, em sua maioria construídos no entorno do Complexo (Figura 32).

Figura 33 – "Cassino Gibimba (ao lado do Hotel D'Oeste). Praça Pedro Sanches. Década de 40". Foto: Décio Alves de Morais. Fonte: Acervo Décio Alves de Morais. Publicada no livro "Poços De Caldas: Memórias Em Preto E Branco" de Décio Alves de Morais (2004)

Figura 34 – "Teatro-Casino Polytheama. Década de 40". Foto: Foto Selecta. Fonte: Acervo Décio Alves de Morais. Publicada no livro "Poços De Caldas: Memórias Em Preto E Branco" de Décio Alves de Morais (2004)

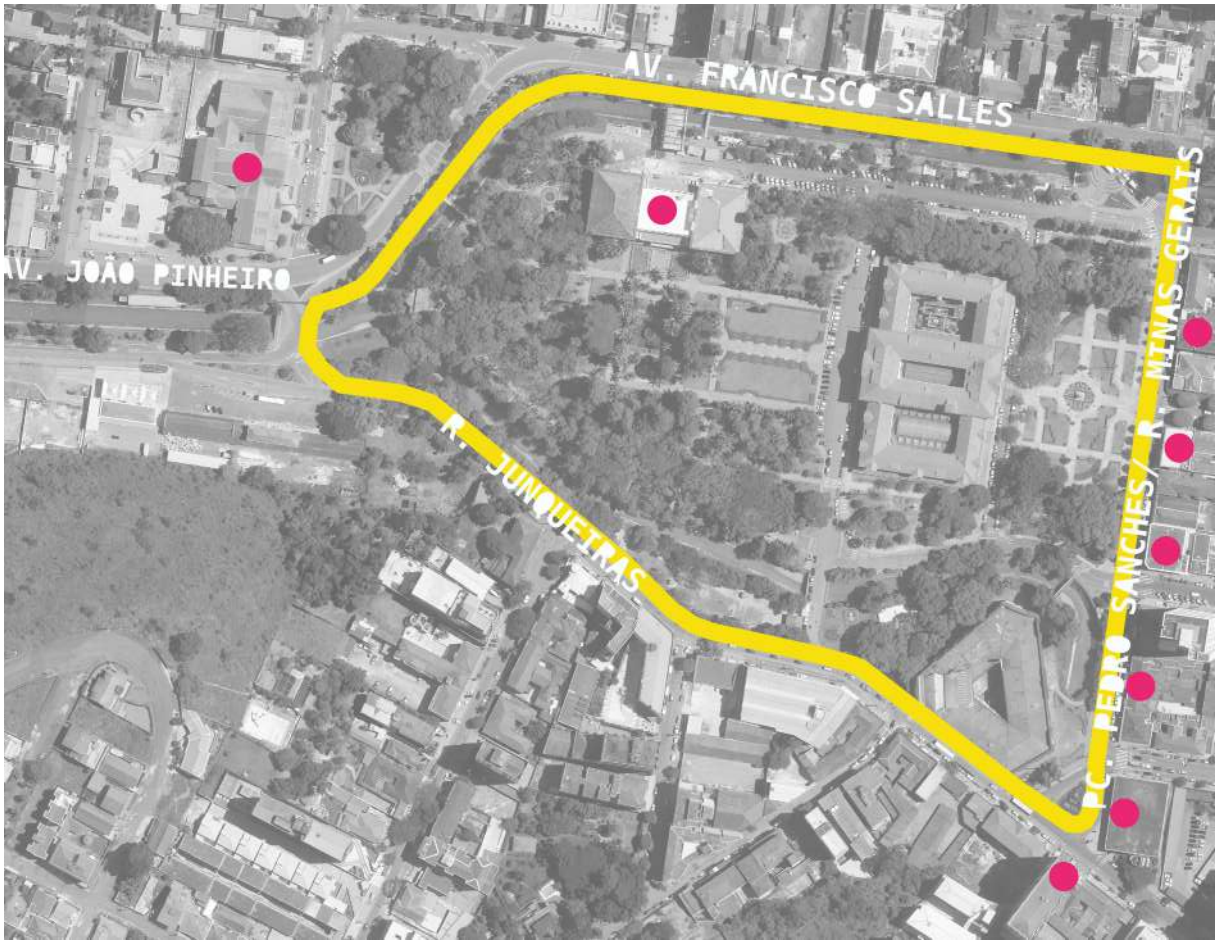


Figura 35 – Mapa demonstrando a localização dos cassinos e casas de jogos (pontos em rosa) no entorno imediato do Complexo (em amarelo), até 1946, segundo informações da Divisão de Patrimônio Construído e Tombamento. Fonte: Imagem aérea fornecida pela Secretaria de Planejamento, Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente. Mapa produzido pela autora, 2017.

Desse período, data também a construção do aeroporto de Poços de Caldas, que, segundo informações disponíveis no sítio eletrônico da Prefeitura[3], foi construído na gestão do prefeito Francisco de Paula Assis Figueiredo. A inauguração do aeroporto, em 2 de abril de 1938, contou com a presença do presidente Getúlio Vargas e do governador do estado, Benedito Valadares:

> A inauguração do aeroporto foi um grande acontecimento social. Desde cedo a curiosidade pública estava despertada pela chegada das esquadrilhas do Exército e da Marinha, chegando os aviões emparelhados de 3 em 3, os aviões da VASP e da PANAIR, aviões particulares, sendo a manhã inteira cheia dos ruídos dos motores dos aeroplanos cortando o nosso céu. Ainda mais o feriado municipal, a presença dos Chefes de Estado, tudo despertou a curiosidade do público, que desde o meio dia começou a se transplantar para o Campo de Aviação (Revista Poços de Caldas, 3 de abril de 1938).

3 Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Artístico, Cultural e Turístico de Poços de Caldas (CONDEPHACT-PC) - informações sobre os bens tombados: "Aeroporto Municipal – Casa de Passageiros". Disponível em <https://services.pocosdecaldas.mg.gov.br/patrimonio/> Acesso em 03.12.2020

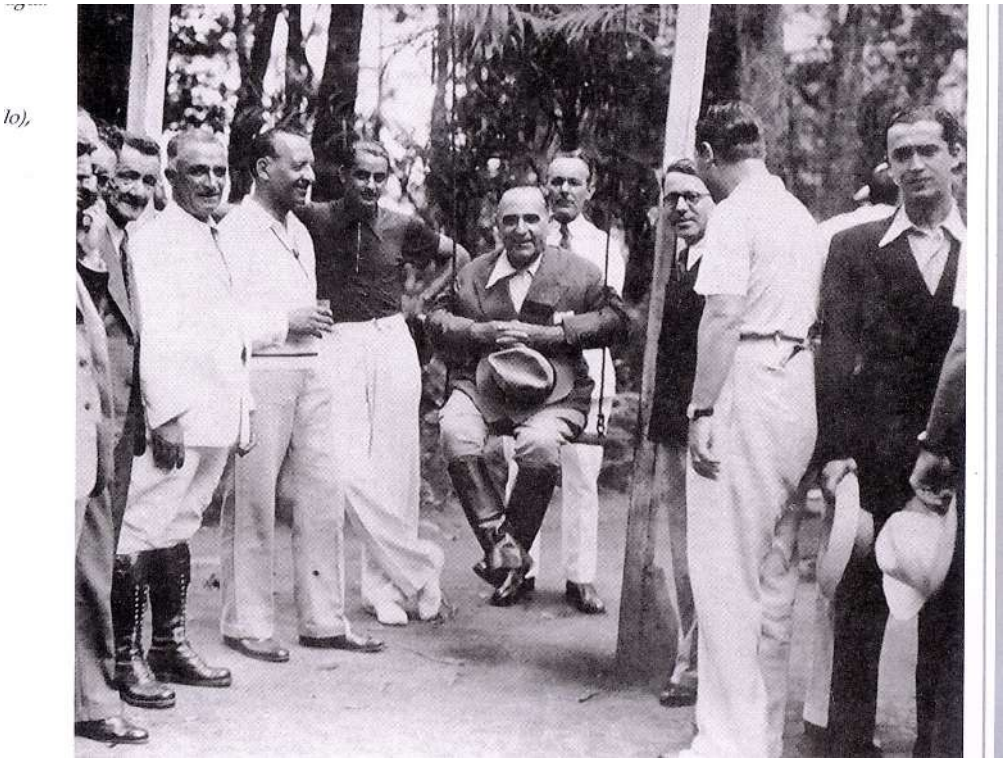


Figura 36 – "Presidente Getúlio Vargas (ao centro). Restaurante da Caixa D'água atual Recanto Japonês. Presentes na foto: Juscelino Kubitschek, Arnon de Melo, Zito Bernardes, Nico Duarte, Venâncio Vivas e integrante do conjunto 'Bando da Lua'. Em 1943". Foto: Autor desconhecido. Fonte: Acervo Décio Alves de Morais. Publicada no livro "Poços De Caldas: Memórias Em Preto E Branco" de Décio Alves de Morais (2004)

Figura 37 – "Artistas de Grande Sucesso em Apresentação na Rádio Cultura PGH-5. Vassourinha, Aurora Miranda, Almirante, Carmem Miranda, Silvio Caldas, Geraldo Mendonça. Década de 30". Fonte: Acervo João da Silva. Publicada no livro "Poços De Caldas: Memórias Em Preto E Branco" de Décio Alves de Morais (2004).

É importante ressaltar a presença constante do presidente Getúlio Vargas e de sua esposa Darcy Vargas no município. Sua estada no Palace Hotel era tão corriqueira que Getúlio chegou a mobiliar para si um dos quartos com vista para o Parque José Affonso Junqueira, o qual foi tombado pelo Município (Decreto nº 3.254, de 1985), juntamente aos bens móveis integrantes, e permanece ainda hoje preservado.

Além da presença constante de líderes de estado, artistas e celebridades na cidade, a grande produção imagética, tanto de fotos como de vídeos, promovia não apenas os bailes e festas no interior dos cassinos, como os desfiles e festas de rua que se realizavam anualmente. Dentre os mais famosos, estavam o tradicional Baile de Máscaras do Palace Casino e o desfile de carros enfeitados com flores, ambos realizados na época do carnaval; havia também desfiles de primavera e uma corrida automobilística.

Pode-se interpretar tais fatos, portanto, como indícios de que, já nesse período, havia um redirecionamento da imagem divulgada da cidade, não tão ligada apenas ao termalismo, mas a toda uma ambiência de entretenimento dentro e fora dos cassinos, tendo como principal *locus* o Complexo Hidrotermal e Hoteleiro e suas imediações.

Figura 38 – Baile de Máscaras no Palace Casino, década de 1930. Fonte: Acervo do Museu Histórico e Geográfico, código desconhecido.

Figura 39 – Carro enfeitado para a "batalha das flores" no carnaval, década de 1930. Fonte: Acervo do Museu Histórico e Geográfico, código V133.

Figura 40 – Corrida de "baratinhas", 17 de março de 1936. Fonte: Colação José Ranauro. Acervo do Museu Histórico e Geográfico, código desconhecido.

A cidade, assim como as demais estâncias balneárias que investiram no jogo como uma das principais atividades econômicas, presenciou o absoluto sucesso até 1946. Embora amplamente praticados pelas mais diversas classes sociais[4], os jogos eram vistos por um lado como o divertimento glamoroso das elites, e, por outro, como parte de um ambiente vicioso e condenável. Essa questão provinha da imagem reforçada pela propaganda do Estado Novo de que o cidadão "de bem" seria aquele que preza pelo trabalho e pela família, a partir da qual o jogo não seria uma forma de "ganho financeiro justo e digno" (PAIXÃO, 2005, p.15). Assim, como um de seus primeiros atos após eleito, Eurico Gaspar Dutra restabeleceu a vigência do artigo 50 da "Lei de Contravenções Penais", por meio do Decreto-Lei nº 9.215 de 30 de abril de 1946, proibindo os jogos de azar e obrigando o fechamento de todos os cassinos e casas de jogos no país.

Houve grande mobilização dos empresários e investidores do jogo, bem como de funcionários e parte da população, principalmente nas cidades que tinham a atividade como principal fonte de renda. Segundo Paixão (2005, p.15), no ato da proibição, havia mais de 70 cassinos "oficiais" no país, que empregavam, direta e indiretamente, por volta de 60 mil trabalhadores. Além disso, houve casos como o do Cassino Lambari, que, após grande investimento para sua construção, esteve aberto por apenas um dia antes do decreto de proibição.

Figura 41 – O Edifício do antigo Cassino em Lambari. Fonte: Site do Instituto Estadual de Patrimônio Histórico e Artístico de Minas Gerais (IEPHA-MG). Disponível em: <https://cutt.ly/BjvfWuH> Acesso em 30.12.2020

4 Os cassinos mais afamados recebiam membros de classes mais abastadas, porém, casas de jogos menores, e até mesmo clandestinas, recebiam todo tipo de público (PAIXÃO, 2005).

A despeito do fim dos jogos, é possível perceber diversos registros fotográficos que mostram a manutenção dos usos turísticos e de entretenimento em Poços de Caldas, mesmo após 1946; alguns dos cassinos foram convertidos para outros usos, como cinemas, casas noturnas e boliches; outros foram demolidos para construção de empreendimentos diversos. O Palace Cassino continuou a receber festas de gala, embora com menor frequência.

A economia esteve bastante abalada após a proibição dos jogos, mas a cidade conseguiu se manter como referencial turístico, apoiada no imaginário criado através de décadas de propaganda nos jornais e revistas, que ajudaram, nesse momento, a redirecionar o foco do turismo. Dessa forma, criaram-se outras imagens associadas a Poços de Caldas, que tinham potencial para atrair públicos mais variados e manter a economia circulando.

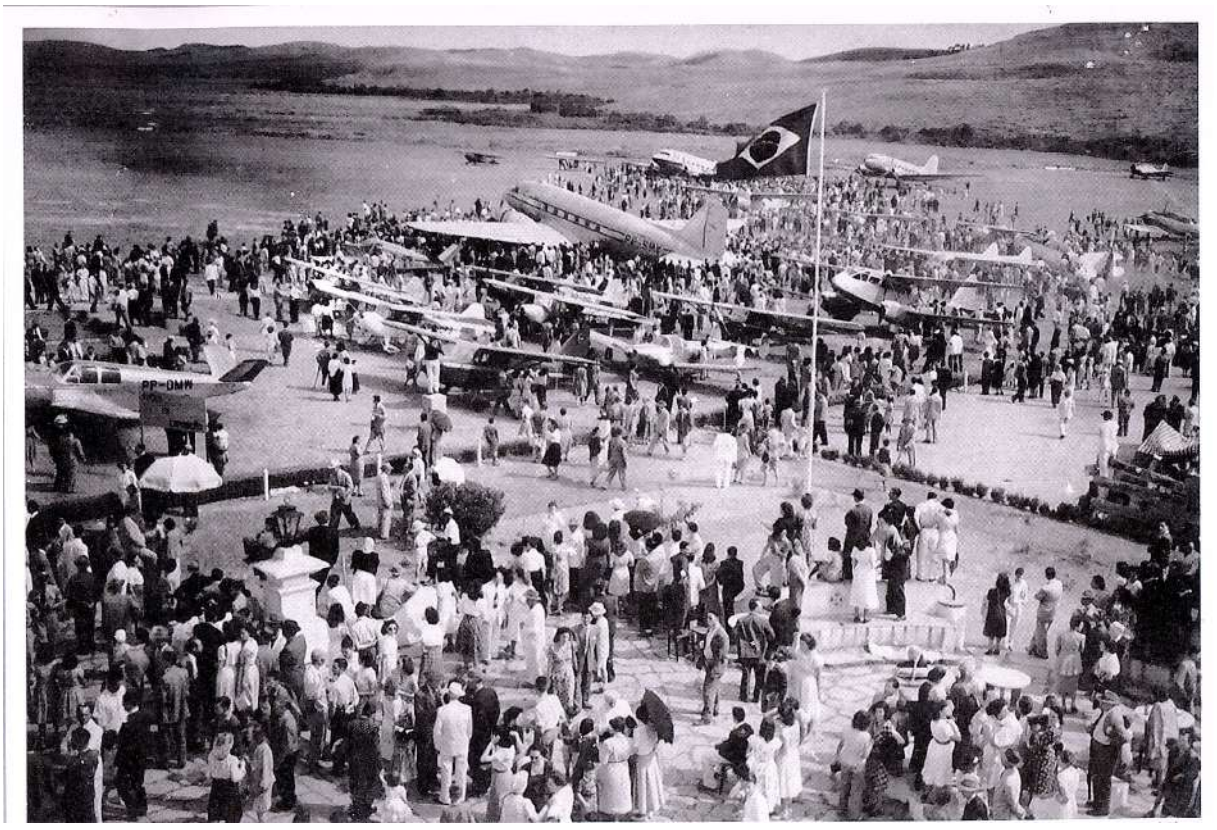


Figura 42 – "Grande festa aviatória. Aeroporto. Em 1948". Foto: Décio Alves de Morais. Fonte: Acervo Décio Alves de Morais. Publicada no livro "Poços De Caldas: Memórias Em Preto E Branco" de Décio Alves de Morais (2004).

Figura 43 – "Seleção Brasileira 1958 – Palace Hotel. Entre os atletas, o poçoscaldense Mauro Ramos de Oliveira e Edson Arantes do Nascimento (Pelé)." Foto: João B. Fonseca. Fonte: Acervo Décio Alves de Morais. Publicada no livro "Poços De Caldas: Memórias Em Preto E Branco" de Décio Alves de Morais (2004).

Figura 44 – "Boite do Palace Casino. Dançando à esquerda, o governador de Minas Gerais e futuro Presidente da República, Juscelino Kubitscheck de Oliveira. Também na foto, Natálio Teixeira e Romualdo Fiorin. Em 1952". Foto: Autor desconhecido. Fonte: Acervo Décio Alves de Morais. Publicada no livro "Poços De Caldas: Memórias Em Preto E Branco" de Décio Alves de Morais (2004).

É notável nos veículos de comunicação as matérias publicadas dando ênfase a esse "novo" enfoque turístico, não mais voltado aos jogos, mas sim a práticas de viagens de lua de mel na cidade. Em matéria de fevereiro de 1966 da Revista 4 Rodas detalha as características dessa Poços de Caldas das rosas e das luas de mel; é fácil notar o tom propagandístico, que podemos descrever como semelhante a um roteiro de cinema, empregado na divulgação da cidade:

Poços não tem mendigos nas ruas, nelas só há lugar para os casais em lua de mel e os turistas, que nas temporadas são milhares, lotam todos os 76 hotéis e deixam a cidade com meia população a mais. Com tanta gente junta, Poços de Caldas satisfaz o gôsto [sic] de cada um. Há emoção para quem vem a passeio e tranqüilidade [sic] para quem quer descanso: galopar pelas montanhas, passear de lancha, beber vinhos, pescar, ou apenas flanar por entre as árvores, ouvindo o barulho das águas e o plac-plac ritmado dos cavalos (Revista 4 Rodas, fevereiro de 1966, edição nº 67).

A matéria detalha ainda os acessos à cidade, vindo de São Paulo ou Belo Horizonte, duas capitais importantes de dois dos principais estados do Brasil, bem como os atrativos turísticos mais relevantes que o visitante não poderia deixar de conhecer, como a Cascata das Antas, a Represa do Bortolan e o Cristo Redentor, além de recomendar os banhos sulfurosos; observa-se que o texto recomenda conhecer a beleza das Thermas Antônio Carlos, mas, para experimentar os banhos sulfurosos, recomenda o Balneário Mário Mourão (na Praça Dom Pedro II). Sobre as épocas de temporada, o artigo assim descreve:

> [...] A estância pode orgulhar-se de não ter temporada muito fixa, porque em qualquer época do ano existe gente procurando-a para fazer um tratamento, descansar ou passar a lua de mel. Mas não deixam de ser bem distintos dois períodos: maio, mês de muito casamento; e dezembro-janeiro-fevereiro, que se costuma chamar de temporada. [...] Á noite, os casais da cidade se juntam aos de fora na disputa dos bancos, na praça Pedro Sanches principalmente. [...] Às onze e meia parece vir não se sabe de onde um toque de recolher que só eles ouvem e nas ruas que partem do jardim os pares formam filas, indo para casa ou para os hotéis. [...] Ainda pode haver gente jogando boliche, ouvindo música no Caiçara ou divertindo-se no jantar-dançante do Floresta. A cidade vai recebendo cada vez mais gente e no Carnaval seus 45 mil habitantes passam a mais de 60 mil. Durante os quatro dias, os hotéis, que têm capacidade para receber até 20 mil pessoas, nem quarto alugam mais. Os hóspedes já estão acostumados e sabem que só encontrarão camas de campanha, ou simples colchões, que são postos nos corredores e salões. Quarta-feira de Cinzas, fim de festa, todo o mundo vai embora, a estância fica um período mais calma, mas logo começa tudo de nôvo [sic] (Revista 4 Rodas, fevereiro de 1966, edição nº 67).

Ou seja, o fim dos jogos não determinou o fim do turismo na cidade. Apesar da fase ter sido marcada pela intensa industrialização do Município, os anos 1950 e 1960 já demonstravam a tendência que se consolidaria no período seguinte, com a grande atração de um público de estadia curta e poucos gastos, em busca de atividades de lazer rápido e barato, sem necessária vinculação à história termalista da cidade, mas à essas novas imagens criadas e amplamente difundidas.

3.3 O PATRIMÔNIO E O TURISMO DE MASSA[5]

3.3.1 A RELAÇÃO TURISMO-PATRIMÔNIO

Os anos 1950 marcaram a crescente industrialização do país, especialmente nos anos do Governo Juscelino Kubitschek. As cidades enfrentavam problemas urbanos decorrentes desse processo, com a pressão demográfica ocasionada pelo êxodo do campo para as cidades levando ao crescimento acelerado e ao aumento dos fluxos de automóveis e veículos pesados; nas cidades turísticas, esse aumento se refletia no grande fluxo de turistas (NASCIMENTO, 2008 p.104).

A indústria brasileira, que, até então, se voltava principalmente para o rodoviarismo, passou a sofrer com os impactos da crise do petróleo no início da década de 1970. O turismo surgiu, portanto, como possibilidade de uma indústria lucrativa e com potencial para o desenvolvimento regional dessas cidades, que já vinham recebendo maior aporte de visitantes.

Nesse contexto, o patrimônio se mostrou como agregador de valor e diferencial

5 Para maior compreensão do tema, vide bibliografia e: ARAUJO, Lindemberg M. de; CARVALHO, Roberta C. de. O turismo de massa em embate: a importância de sua análise para o planejamento turístico do estado de Alagoas, Brasil. X ANPTUR, Caxias do Sul, 2013. CRUZ, Rita de Cássia A. Ensaio sobre a relação entre Estado, políticas públicas de turismo e desenvolvimento regional no Brasil. Revista franco-brasileira de geografia, n. 44, 2020. GALDINO, Letícia Cristina F.; COSTA, Michele Leandro da. Análise das principais políticas públicas de turismo no Brasil, da década de 1990 à atualidade. Observatório de Inovação do Turismo – Revista Acadêmica, v. VI, n. 4, Rio de Janeiro, 2011. LEITE, Rogerio Proença de Sousa. ESPAÇO PÚBLICO E POLÍTICA DOS LUGARES: usos do patrimônio na reinvenção contemporânea do Recife Antigo. 2001. Tese (Doutorado em Antropologia) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas. MARANHÃO, Christiano Henrique da S. A trajetória da institucionalização do turismo no Brasil. Revista Turismo Contemporâneo, v. 5, n. 2, p. 238-259, Natal, 2017. PEIXOTO, Paulo. A Corrida ao Status de Patrimônio Mundial e o Mercado Urbano de Lazer e Turismo. Veredas – Revista Científica de Turismo, ano I, n. 1, 2002. SOTRATTI, Marcelo Antônio. Pelas ladeiras do Pelô: a requalificação urbana como afirmação de um produto turístico. 2005. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Instituto de Geociências da Universidade Estadual de Campinas. Campinas. _____. Imagem e Patrimônio Cultural: as Ideologias Espaciais da Promoção Turística Internacional do Brasil – EMBRATUR 2003-2010. 2010. Tese (Doutorado em Ciências) – Instituto de Geociências da Universidade Estadual de Campinas. Campinas.

atrativo, de forma que a recuperação e a preservação do patrimônio urbano, principalmente dos centros históricos, passou a ser vinculada à ideia de desenvolvimento social e econômico; essa ideia ganhou corpo, também, com a ampliação do entendimento do que é patrimônio e cultura, que nesse momento começava a se afastar do eruditismo elitista e da ideia de arquiteturas monumentais e passava, então, a se aproximar das "arquiteturas menores" e das manifestações populares.

Foi então que surgiu a ideia de "patrimônio cultural", em oposição ao mero "patrimônio histórico" (NASCIMENTO, 2008, p.105). Assim entendido, o patrimônio passou a abarcar inúmeras manifestações culturais, suscetíveis à preservação e que poderiam ser exploradas nessa dinâmica da indústria turística, como expõe Gagliardi (2016):

> [...] vivenciamos uma contínua ampliação geográfica, temporal e tipológica de bens considerados patrimônio no Brasil e no mundo, processo beneficiado em grande medida pelos movimentos de expansão permanente do turismo e potencializado pelas possibilidades de geração de renda a partir da cultura e das atuais estratégias urbanas para projeção das cidades no cenário mundial (GAGLIARDI, 2016, p.114).

Para Nascimento (2008), a relação entre planejamento urbano, patrimônio e turismo vinha sendo tecida, no âmbito internacional, dentro do próprio campo da preservação. A Recomendação de Paris[6], de 1962, já evidenciava a necessidade da constituição de uma prática urbanística que pudesse reger os sítios históricos. As Normas de Quito[7], de 1967, consideram que devem ser atribuídas aos sítios históricos não apenas a condição de significação cultural, como também uma condição de potencial econômico, de forma que haja a captação de recursos necessários à sua manutenção física. Ou seja, a Carta estabelece a necessidade de que os sítios históricos garantam, enquanto recursos econômicos, uma condição de sustentabilidade, de inversão a um quadro de degradação (NASCIMENTO, 2008, p.119). O contexto era de crítica ao urbanismo modernista, momento de "retorno ao contextualismo, como forma de revalorização da cidade preexistente, ou seja, o preservar em detrimento do destruir para renovar, do fazer tábula rasa do passado" (NASCIMENTO, 2008, p.220).

Dentro desse contexto, no Brasil, a Empresa Brasileira de Turismo (EMBRATUR) iniciava, no início dos anos 1970, suas atividades de estruturação da promoção turística

6 IPHAN. Recomendação de Paris Paisagens e Sítios. 1962. Disponível em <http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Recomendacao%20de%20Paris%201962.pdf> Acesso em 10.12.2020

7 IPHAN. Normas de Quito. 1967. Disponível em <http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Normas%20de%20Quito%201967.pdf> Acesso em 10.12.2020

no país. Em plena ditadura militar, uma das principais preocupações era a imagem do país no exterior, ao passo que a estratégia da EMBRATUR voltava para a divulgação de um Brasil do Carnaval, do samba e das belas mulheres, que tinha o Rio de Janeiro, com o Cristo Redentor, como principal cartão postal.

Internamente, a empresa se empenhava no envolvimento do cidadão brasileiro com o turismo, num esforço de apresentar a indústria turística como potencial econômico e de desenvolvimento regional, o que possibilitaria ao cidadão conhecer seu próprio país e seus patrimônios, de acordo com o anseio do regime militar de alcançar uma "unidade nacional" (ALFONSO, 2006, p.90).

Dentro desses ideais nacionalistas, o patrimônio desempenhava ainda um importante papel na construção de uma identidade nacional, a ser conhecida e popularizada. Assim, nesse contexto de incentivo ao turismo e de correlação da preservação do patrimônio com a ideia de desenvolvimento econômico, surgiu, em 1973, o Programa Integrado de Reconstrução das Cidades Históricas (PCH); o programa foi um dos primeiros a importar para o Brasil os modelos de intervenção em áreas históricas, visando à refuncionalização turística, levados a cabo principalmente em países da Europa e dos Estados Unidos, e que já eram populares nos países centrais e na América Latina.

O programa, voltado para centros históricos de cidades da região Nordeste do Brasil e posteriormente expandido para outros estados, tinha como principal objetivo implementar infraestrutura mínima para o desenvolvimento da atividade turística nessas localidades, utilizando-se da restauração de monumentos e de pequenos conjuntos, das belezas naturais e das manifestações culturais como atrativos aos turistas (NASCIMENTO, 2008, p.110; SANT'ANNA, 2017, p.319). Durante dez anos, o programa (ativo de 1973 a 1987) financiou 193 projetos nos estados da Região Nordeste, a saber: Maranhão, Piauí, Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco, Alagoas, Sergipe e Bahia; e, na Região Sudeste: Minas Gerais, Rio de Janeiro e Espírito Santo.

Esse formato de intervenção apresentou, desde o início, problemas decorrentes do fato de que os investimentos no patrimônio com interesse puramente turísticos deixam de lado questões mais amplas da preservação, como seus significados e valores, ou seja, sua significância cultural. Além disso, os projetos executados em regiões com graves problemas sociais e econômicos, ao privilegiar somente o desenvolvimento turístico, acabaram por agravar essas fragilidades socioeconômicas (SANT'ANNA,

2017, p. 319):

> Áreas como o Pelourinho, por exemplo – uma das beneficiadas com recursos do programa – rapidamente retornou ao antigo estado de deterioração. A ideia de que investimentos do Estado atrairiam o interesse privado e um público permanente não se realizou. A principal herança deixada pelo PCH foi a ampliação e a modernização do campo institucional do patrimônio, com a criação ou a estruturação, nos estados, de organismos de preservação que passaram a complementar a ação pública de preservação, antes restrita ao IPHAN (SANT'ANNA, 2017, p.319).

Assim, o PCH (Programa Integrado de Reconstrução das Cidades Históricas) não alcançou, nesse primeiro momento, o sucesso esperado, na medida em que, em diversos casos, as áreas recuperadas voltaram para a situação de abandono e degradação, assim como aconteceu com alguns outros programas elaborados em âmbito local e regional por estados e municípios, com os mesmos objetivos de recuperação de áreas patrimoniais degradadas para fins turísticos.

Nesse sentido, Sant'Anna (2017), busca explicar a construção dessa ligação entre planejamento urbano e a recuperação do patrimônio como resultante de processos de reordenamento econômico em âmbito mundial. A autora estabelece que, nos anos 1970, durante o período do "capitalismo tardio", a descentralização dos meios de produção, deslocados para países periféricos em busca de baixos custos de produção e mão-de-obra visando o lucro máximo das multinacionais, ocasionou um enfraquecimento do poder de controle dos Estados nacionais sobre os processos econômicos, sociais e culturais. Somado a isso, a perda do monopólio estatal sobre os meios de comunicação levou à diminuição da capacidade dos Estados de controlar informações e gerar imagens, contribuindo para uma percepção geral do Estado como uma estrutura onerosa e ineficiente, que deveria ser diminuída e reformulada (SANT'ANNA, 2017, p.48).

Essa descentralização da produção não significou, no entanto, a retirada das sedes dessas empresas dos países centrais. Os centros de comando e controle das atividades se mantiveram concentrados nos países da América do Norte, Europa e Pacífico Asiático, criando as chamadas "cidades globais", fenômeno que ampliou a competição urbana por postos nessa rede:

> Como a posição nessa rede de cidades não seria, em princípio, estável ou garantida, a competição urbana foi acirrada, com a formação de todo um aparato técnico voltado para a criação de diferenciais competitivos e com o oferecimento de vantagens locacionais, fiscais e de recursos humanos (SANT'ANNA, 2017, p.51).

Nesse processo competitivo urbano, as cidades globais se tornaram o principal destino de residência das elites envolvidas no gerenciamento dessas atividades; nas grandes metrópoles, as áreas escolhidas eram, geralmente, as áreas históricas preservadas ou reabilitadas para este fim. Por consequência, observou-se grande aumento do valor comercial de imóveis antigos localizados nessas áreas.

O patrimônio passou a ser visto, então, como elemento de valorização dessas localidades, passando à condição de recurso econômico e levando a um aumento exponencial no número de intervenções urbanas em centros históricos que propunham, sob um discurso de requalificação e resgate da memória e identidade local, a reversão dos processos de degradação de áreas antigas para adequação ao mercado imobiliário. Este processo se consolidou como um modelo de atuação difundido por todo o mundo como solução não só para a questão do patrimônio, mas para os mais diversos problemas urbanos.

Em um contexto de descontentamento com o urbanismo modernista, com suas reconstruções e renovações urbanas e seus grandes gestos arquitetônicos, como citado anteriormente, os arquitetos e urbanistas voltavam-se para o patrimônio e para a preexistência como "um valor indiscutível", como materialização de uma memória urbana, como uma "arte de construir cidades" (SANT'ANNA, 2017, p. 57), que deveria ser preservada a todo custo; isso resultou, na Europa, em significativa ampliação das ações de preservação dos núcleos urbanos antigos, com sua refuncionalização para inserção no cotidiano urbano contemporâneo.

Este processo, sob efeito do reordenamento econômico do capitalismo tardio e seu consequente aumento da demanda pelo patrimônio, transformou-se de uma legítima preocupação com a preservação patrimonial em mais uma forma de valorização imobiliária e estratificação social do espaço urbano:

> No final dos anos 1980, já estava claro que a retórica da diversidade, da identidade e do patrimônio urbano apenas reproduzia, com outra linguagem formal, o mesmo espaço desigual e segregado da urbanização capitalista (SANT'ANNA, 2017, p.58).

Essas intervenções, tanto nos Estados Unidos quanto na Europa, alcançaram grande sucesso comercial e imobiliário, e serviram, em grande medida, como estratégia de promoção dessas cidades, com a difusão de uma imagem de qualidade de vida, saúde e bem-estar social, o que teve grandes efeitos na atração turística.

No entanto, esse modelo de planejamento urbano voltado para o

recondicionamento do patrimônio e para a sua adequação ao mercado, quando replicado ao redor do mundo, cria um tipo de cenarização homogeneizadora. Ao focar no consumo visual do patrimônio, onde a aparência é mais importante que o significado, esses processos criam paisagens muito semelhantes, que acabam gerando, no público visitante, uma "frustração de seu desejo de ter uma experiência autêntica com o passado, diante de ambientes tão semelhantes e artificiais" (SANT'ANNA, 2017, p. 62). Por isso, já nos anos 1990, esse modelo mostrava nos países centrais uma saturação de público, o que não evitou que fosse exportado e amplamente aplicado em diversos outros países, como no Brasil.

Esse modelo chega ao Brasil nos anos 1990, em meio a um contexto de busca por uma descentralização da gestão urbana e do patrimônio, saindo do âmbito do Governo Federal e promovendo a maior integração com outros atores, com ênfase na parceria público-privada (NASCIMENTO, 2008, p.111). A Constituição de 1988 havia dado alguns primeiros passos para possibilitar a participação popular e as parcerias público-privadas na gestão urbana - que viriam se consolidar apenas com o Estatuto das Cidades, no ano 2001 (GAGLIARDI, 2016, p. 116).

O sucesso das intervenções de refuncionalização turística em centros históricos europeus e americanos trouxe ainda a percepção da necessidade de atração da iniciativa privada para viabilizar esse tipo de projeto. Considerou-se que os diversos projetos realizados na América Latina nas décadas anteriores (como o Programa Integrado de Reconstrução das Cidades Históricas) não obtiveram os mesmos resultados, dentre outros fatores, por estarem apoiados apenas em financiamentos do setor público, além de não estabelecerem políticas públicas a longo prazo, que criariam um ambiente propício para a atração de investimentos externos (SANT'ANNA, 2017, p.320).

3.3.2 Marketing Urbano e o Turismo de Massa

Portanto, nesse período, nota-se uma forte relação do turismo com estratégias de marketing comercial, tanto nas propagandas, como na elaboração de estratégias de atuação a partir de pesquisas de público, que possibilitaram a segmentação da oferta do produto turístico nacional através do desenvolvimento de programas e destinos específicos para cada público. Assim, a atividade turística se aproximava cada vez mais de uma atividade industrial que fabrica seus produtos em escala, embala e os vende a nichos de público cada vez maiores e mais variados. Esse aparato de marketing viria

a ser determinante para o sucesso turístico das intervenções em centros históricos brasileiros a partir dos anos 1990.

Sant'Anna (2017) explica que as estratégias de marketing comercial começaram a ser desenvolvidas no âmbito empresarial em paralelo com os processos de valorização mercadológica do patrimônio, no tardo-capitalismo. Segundo a autora, o deslocamento e a segmentação dos meios de produção abriram espaço para que as grandes corporações, libertas dos encargos de fabricação dos produtos, pudessem investir mais na inovação e estratégias de fortalecimento e expansão de suas marcas, integrando-as ao cotidiano do consumidor. Nesse sentido, a cultura entra em foco como principal fonte de inspiração para a inovação de produtos e para a elaboração de estratégias de marketing (SANT'ANNA, 2017, p. 52):

> Ao se tornar parte do processo produtivo, a cultura teria mudado de função social, isto é, teria deixado de ser uma esfera do campo de produção de ideias e práticas voltadas para o crescimento e o aprimoramento pessoal e coletivo, e se tornado uma mercadoria como outra qualquer (SANT'ANNA, 2017, p. 52).

Transpondo essas estratégias para o planejamento urbano, nesse contexto de competitividade, as cidades passaram utilizar-se da cultura e do patrimônio como forma de destacar-se umas das outras, dentro de um cenário em que a importação de modelos prontos de planejamento urbano homogeneíza as paisagens. Dessa forma, as operações de valorização (ou de valoração, no sentido econômico do termo) e utilização do patrimônio como estratégia comercial ajudaram a transformá-lo em um produto "médio" adequado ao consumo de massa:

> Entre essas operações encontram-se as reconstruções fantasiosas, que realçam determinadas características estilísticas e plásticas; certas ambientações, como os espetáculos de luz e som, que banalizam o conteúdo histórico e artístico do patrimônio; a atividade de animação como shows e eventos, que cultivam o patrimônio como um mero cenário [...] (SANT'ANNA, 2017, p. 63).

Ao refletir sobre os efeitos desses processos na percepção dos bens patrimoniais, Sotratti (2010), comenta que há a criação de uma nova imagem da cidade adequada à promoção turística, que tem como consequência uma redução na narrativa do patrimônio, resumindo sua complexidade a uma imagem estereotipada de cidade moderna, viva e reciclada (SOTRATTI, 2010, p. 69), de fácil absorção e apropriada ao consumo rápido. Sua complexidade e diversidade histórica, social e cultural, que construíram sua identidade ao longo do tempo, fica assim reduzida a um "produto standart", que apenas reforça o apelo consumista e espetacularizante dos espaços produzidos nessas operações.

O autor comenta ainda que tais práticas podem ser comparadas aos modelos espetacularizantes de parques temáticos, uma espécie de "*disneylandização*" do espaço urbano, "que recepciona seus visitantes com um espaço sadio, seguro, antigo e bem conservado, remetendo a uma cidade quase que imaginária e idealizada" (SOTRATTI, 2010, p. 70). Paralelamente, a inserção de novos usos e significados nessas áreas substituem, progressivamente, a memória e identidade desses espaços e criam, assim, novas identidades urbanas. De fato, Montaner (2017) fala de um apagamento sistemático da memória como um dos processos contemporâneos de urbanização, onde a imposição de novas identidades coletivas, mais simples e manipuladas, seria um mecanismo político de dissolução da memória. Segundo o autor:

> Podemos falar de um apagamento sistemático da memória coletiva que ocorre [...] de uma maneira lenta e oculta, como consequência do desenvolvimento tardo-capitalista e neoliberal das grandes urbes, que querem estabelecer identidades simples para o controle interno e comunicação externa, voltadas aos investimentos e ao turismo, e que se transmitem convenientemente adoçadas por meio de campanhas publicitárias (MONTANER, 2017, p. 159).

Ainda segundo Montaner (2017), nesses processos de eliminação das "memórias reais", há a invenção de memórias temáticas que se estabelecem, ao longo do tempo, como as novas "memórias reais" desses espaços, sem que a população esteja muito consciente disso. Um dos mecanismos utilizados nessa alteração da memória é a produção da apropriação de um lugar "mediante o esvaziamento de seu conteúdo simbólico e a mudança de seu significado" (MONTANER, 2017, p.159), o que vai de encontro com as colocações feitas por Sotratti (2010).

Dessa forma, os projetos de refuncionalização turística de áreas centrais históricas, nos quais o patrimônio se apresenta como um produto "bem embalado" e pronto para o consumo sob a justificativa de sustentabilidade dos bens, torna-se um processo de distração da memória relativa a esses bens, levando a redução de seus significados. A importação de modelos prontos de planejamento urbano, sem levar em conta os contextos únicos de cada localidade, transforma o patrimônio, gerido sob esses padrões, em um cenário "*standart*" para um turismo "*voyeurista*", que não tem maior relação com o patrimônio que não a simples contemplação e o consumo de subprodutos desse turismo. Essa forma de intervenção influenciou projetos executados em diversas cidades brasileiras, tanto nas capitais, como no interior.

3.3.4 O Concurso "Poços Centro Vivo" e seus resultados

Sob essa perspectiva, o concurso para a Revitalização da Área Central da Cidade de Poços de Caldas, ou "Poços Centro Vivo", idealizado em 1993, trazia aliado ao discurso de desenvolvimento econômico a ideia de modernização da área central, com a criação de um ambiente urbano limpo, organizado, com ares de novidade, com seu patrimônio restaurado e pronto para uma apreciação estética, um cenário perfeito para a ampliação da atividade turística. Esse "centro vivo" estava muito mais voltado à criação de condições para a apreciação dos bares e das lojas de suvenires destinados ao turista, com o Complexo e a Serra de São Domingos como um belo pano de fundo, do que de fato à restauração desse patrimônio, no sentido não só da recuperação da materialidade, mas do resgate e difusão de seu conteúdo simbólico e histórico.

A criação de uma nova imagem para o turismo poçoscaldense, iniciada desde o fim dos jogos e reforçada pelo Concurso, demonstra alguns aspectos como os comentados por Sotratti (2010) e Montaner (2017). A "cidade das rosas", ou a "cidade da lua de mel" pode ser muito mais facilmente apreendida do que a complexidade de sua história de cidade balnearia termalista; além disso, tais imagens "simplificadas" da cidade possuem maior apelo comercial e imagético, pois, por serem tão genéricas, possuem potencial para alcançar faixas de público mais diversas.

Data desse mesmo período, como registrado no edital do concurso, a propagação do uso dos espaços públicos do Complexo como palco para os mais variados eventos culturais e comerciais, como o próprio festival de inverno do município, iniciado em 1994, que foi elaborado pelo poder público e que, até hoje, tem o Complexo como cenário de parte de suas atrações.

Ao longo dos anos, outros eventos passaram a se apropriar desse patrimônio como suporte para sua execução. Um exemplo da espetacularização desses bens, como nas operações comentadas por Sant'Anna (2017), é a realização da "Sinfonia das Águas", evento que ocorre no Parque José Affonso Junqueira, composto pela apresentação musical da Orquestra Sinfônica do Conservatório Municipal e pela projeção de show de luzes na fachada do Palace Hotel. Nota-se que os eventos que se realizam na área não têm qualquer relação com os significados desses bens, mas sim com sua ambiência.

Criaram-se, assim, todas as condições para a consolidação da imagem de uma cidade de belezas excepcionais, de fácil acesso a partir dos principais centros

urbanos, organizada e bem sinalizada, com grande oferta de pontos turísticos e grande infraestrutura hoteleira, de comércios e de serviços e com diversas opções de atrações culturais não apenas em épocas de temporada, mas ao longo de todo ano.

Mas a cidade balneária termal que construiu toda essa paisagem e infraestrutura não foi de fato transmitida juntamente com essa nova imagem; pelo contrário, as novas imagens se sobrepõem ao histórico, relegando-o a pano de fundo dessa nova identidade que substitui a primeira, desvanecendo a "memória real", como explicado por Montaner (2017).

Percebe-se que, nos dois primeiros períodos turísticos aqui analisados (O Termalismo e as Vilegiaturas, e Os Cassinos e o Entretenimento), o Complexo tinha papel de protagonista ativo nas atividades turísticas não apenas como contenedor dessas atividades, mas como próprio veículo pelo qual essas se realizavam: tanto no período termalista, quando os elementos do complexo eram considerados "parte do tratamento", como no período do entretenimento e lazer, com os bailes e jogos dos cassinos e os eventos a céu aberto. No período do turismo de massa, no entanto, esse patrimônio se torna cartão postal, mero elemento de promoção da cidade, não mais protagonista desse turismo; sua imagem passa a ser o cenário para as atividades de atração que se realizam **nele**, e não **através** dele.

Nesse sentido de análise da ligação entre o bem e os eventos que nele se desenvolvem, vale citar as reflexões de Monnier (2009), nas quais o autor pontua três situações e, dentre elas, a do edifício como instrumento para eventos culturais. Nesta situação, apesar de ser fundamental e decisivo para a existência desses eventos culturais, o bem é relegado à função de mero instrumento pelo qual se executam tais eventos. Geridos em função da indústria do turismo, que vê o edifício em suas qualidades físicas apenas como atrativo ao público consumidor cultural, em que esses bens tornam-se objeto de disputa para abrigar as mais diversas atrações. Dessa forma, o autor alerta que "essa relação entre o evento e o edifício tem efeitos culturais significativos. Pode levar, de fato, a um enfraquecimento da recepção da identidade arquitetônica e a um desvanecimento de seu valor próprio" (MONNIER, 2009, p.15), na medida em que o bem passa a ser apenas receptáculo de atividades que se tornam mais importantes na memória coletiva que ele próprio.

Quando o poder público hoje, especialmente na figura do Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Artístico, Cultural e Turístico (CONDEPHACT), questiona os

usos dessa área e critica a apropriação da população sem "respeito" ao bem histórico, ignora o fato de que essa população sequer toma conhecimento desse valor histórico que não lhe foi transmitido ao longo do tempo, de forma que se apropria desses espaços patrimoniais como espaços públicos "habituais" ou "costumeiros".

A promoção de uma atividade turística massificada, meramente "*voyeurista*" (SOTRATTI, 2010, p.73), ou seja, pautada no consumo visual, que tem o Complexo como mero instrumento dos eventos que nele se realizam, sem relação com seu conteúdo simbólico e histórico, colaborou para que esses valores caíssem no esquecimento da maioria da população, ficando relegados apenas ao saudosismo dos memorialistas e dos estudiosos da história e da arquitetura.

O turismo não pode, no entanto, ser simplesmente considerado o vilão da história. De fato, como buscamos demonstrar ao longo desse capítulo, a construção da cidade de Poços de Caldas esteve, desde seus primórdios, ligada à intenção de atração de público, estando seu desenvolvimento urbano intimamente ligado ao seu desenvolvimento turístico. Pode-se considerar que essa é a vocação principal da cidade, sem a qual o próprio Complexo Hidrotermal e Hoteleiro sequer existiria. É evidente, entretanto, que a forma como esse turismo tem sido executado nas últimas décadas não tem colaborado para a preservação desse patrimônio, mas sim com sua divulgação imagética de cartão postal do município.

Portanto, entendemos que o turismo pode ser um elemento essencial para a sustentabilidade econômica do patrimônio, como enunciado nas Normas de Quito, mas é fundamental que esteja alinhado com a transmissão desse patrimônio em sua totalidade simbólica, histórica e social, de maneira a colaborar para a educação patrimonial, forma pela qual se preserva efetivamente o patrimônio cultural. Existem instrumentos do Turismo Cultural, como veremos a seguir, que possibilitam a exploração turística menos predatória do patrimônio, com enfoque em sua preservação e transmissão à população e aos turistas, que, através desses processos, se tornam agentes ativos da preservação.

Para esse fim, a Declaração de Significância Cultural, enquanto documento basilar para qualquer ação sobre bens patrimoniais, é de fundamental importância para balizar a ação destes ou de quaisquer outros instrumentos na gestão desses bens.

3.4 VISLUMBRANDO CAMINHOS: O TURISMO CULTURAL

Frente aos conceitos apresentados, compreendemos que o turismo de massa como executado hoje na cidade de Poços de Caldas, embora de fundamental importância para a economia do município, não tem colaborado para a preservação do Complexo Hidrotermal e Hoteleiro, uma vez que se resume a mera divulgação de sua imagem como cartão postal da cidade e contenedor dos eventos culturais que nele se realizam. Um caminho vislumbrado nesse capítulo como forma de manutenção dos usos turísticos, em consonância com a preservação dos bens culturais, seria a forma menos predatória do Turismo Cultural, que se afasta do mero uso do patrimônio para fins econômicos, e se aproxima de um planejamento estratégico que tenha como objetivo principal a preservação patrimônio.

Porquanto, ao retomar a discussão sobre a tríade Integridade, Autenticidade e Significância Cultural, exposta no primeiro capítulo dessa dissertação, entende-se que essa massificação e turistificação de bens culturais, comandada pela mão do mercado, apesar de trazer visibilidade sobre manifestações culturais e bens patrimoniais, pode representar uma ameaça à autenticidade de tais bens, em especial das manifestações culturais, uma vez que passam a ser reproduzidas não mais de maneira espontânea, mas em função do consumo turístico. O mesmo acontece com os bens patrimoniais que, preservados para o turismo, deixam de ser preservados por motivos simbólicos e memoriais (por sua significância). O uso turístico, assim aplicado, deixa de ser um meio pelo qual se preserva e torna-se um fim em si mesmo da ação preservadora (KÜHL, 2007, p.31)[1]. Segundo Kühl (2007):

> Deve-se ainda relembrar que **a motivação de preservar-se**, como consolidada ao longo do tempo, **deveria provir de razões culturais, científicas e éticas** (qual é o nosso direito de apagar os traços de gerações passadas e privar as gerações futuras da possibilidade do conhecimento de que esses bens são portadores?). Para aqueles que não percebem a **diferença entre o uso como meio para se preservar e o uso como finalidade da ação**, pode-se invocar Severino e seu exemplo, para muitos talvez mais compreensível que **"comer para viver é algo essencialmente diverso de viver para comer"** (Apud SEVERINO, 2003, p. 31) (KÜHL, 2007, p. 203. Grifos nossos).

Assim, mesmo o turismo cultural quando concentrado em fins essencialmente

1 Para melhor compreensão, vide: CARBONARA, Giovanni. Beni culturali, restauro, e recupero: Un contributo al chiarimento dei termini. In: SEMINÁRIO AOSTA, 1992, Aosta. Il recupero del patrimonio architettonico. Chiesa di S. Lorenzo 5.5.1990. Aosta, s.e., 1992.

econômicos[2] e não culturais, acarreta um enfraquecimento da significância cultural dos bens à medida que esses são preservados e transmitidos não por seus valores, mas por sua função econômica, e pode levar, consequentemente, à perda de sua autenticidade, uma vez que passam a ser produzidos e reproduzidos com vistas ao consumo massificado. A redução narrativa evidenciada por Sotratti (2010), se trazida para as discussões da tríade em questão, pode ser interpretada como essa fragilização da significância e perda de autenticidade.

Por outro lado, o turismo cultural aplicado a partir de um planejamento, tendo como principal foco não os fatores econômicos, mas a preservação do patrimônio, ou seja, a atividade como meio pelo qual se preserva e não como fim em si mesma, pode se mostrar uma importante ferramenta de educação patrimonial e de valorização e reforço das culturas e identidades locais, inclusive (como consequência, e não como objetivo principal) obtendo resultados econômicos relevantes.

Outra crítica ao segmento traçada por Sotratti (2010, p. 76), é a grande ênfase dada aos bens culturais materiais e já consagrados como principal foco para atividades turísticas, em detrimento do patrimônio intangível e de bens considerados "de menor valor". O autor demonstra como essa seletividade espacial e econômica é reforçada pelas definições de turismo cultural apresentadas pelas organizações internacionais e por teóricos da área. Assim, a primeira Carta do ICOMOS voltada ao Turismo Cultural – Carta de Turismo Cultural, 1976 – ressalta que esse segmento define-se como a forma de turismo que tem como objetivo o conhecimento de monumentos e sítios históricos e artísticos, visando ainda sua proteção e manutenção. Pode-se inferir que essa ênfase nos bens materiais como principal foco da atividade turística, somada ao incentivo de uma atividade massificada comandada pelo mercado, colabora para a prática de um turismo contemplativo, que não tem relação com os significados e com

2 As origens do turismo cultural, no ocidente, remetem ao século XVII, com o fenômeno do Gran Tour, quando membros da aristocracia britânica empreendiam viagens pela Europa continental, tendo como principal destino cidades e sítios históricos ligados à cultura clássica, com objetivos de educação e prazer, o que convencionava o ideal de lazer da época. Nesse sentido, o turismo cultural manteve-se restrito à uma pequena parcela da população, que dispunha de maiores condições financeiras e de tempo livre para investir na atividade. Essa condição foi alterada, a partir dos processos anteriormente citados, do capitalismo tardio, por volta dos anos 1970, quando a atividade passa a ser incorporada como parte do mercado turístico mundial. A promoção de novos destinos, a valoração do patrimônio e da cultura como produto turístico e as novas condições econômicas de faixas de público cada vez mais variadas, inseriram o turismo cultural no mercado turístico, como uma fatia significativa do turismo de massa (KÖHLER, 2007, p.194). Nesse contexto, o turismo cultural, pautado pelos interesses de mercado, em detrimento das questões do patrimônio e da cultura, transforma-se, como já denunciado anteriormente, não em um instrumento para preservação, mas numa prática que reduz os significados do patrimônio ao consumo e à mera contemplação voyeurista (SOTRATTI, 2010, p.73).

a intangibilidade dos bens, e que, assim, não colabora para a educação patrimonial e para a preservação.

Na segunda carta do ICOMOS sobre o segmento turístico cultural – *International Cultural Tourism Charter – Managing Tourism at Places of Heritage Significance*, 1999 –, o patrimônio cultural é declarado como um dos maiores atrativos turísticos no contexto da globalização e é apresentado como base do desenvolvimento e da diversidade social. No Brasil, o conceito de Patrimônio Cultural adotado pelo Ministério do Turismo, o mesmo adotado pelo Instituto do Patrimônio Histórico Nacional (IPHAN), considera que tais bens possuem valor histórico, científico, artístico e simbólico, sendo passíveis de se tornarem atrativos culturais voltados à vivência e à contemplação (SOTRATTI, 2010, p. 76). Nota-se que a segunda definição do Conselho Internacional de Monumentos e Sítios (ICOMOS), como a dos órgãos brasileiros, passa a abarcar questões sociais e intangíveis dos bens, atribuindo ao segmento não apenas a contemplação, mas a **vivência** de experiências culturais.

De fato, o turismo cultural apresenta como potencialidade a possibilidade de promover a aproximação da população com o patrimônio, derrubando as barreiras do elitismo intelectual, promovendo apropriação de bens os mais variados por grupos sociais plurais e assim, desde que conduzida de forma a transmitir os valores desses bens, colabora para a criação de um sentimento de pertencimento. Ao comentar iniciativas turísticas, estudadas em cidades espanholas, Sotratti (2010), destaca:

> Embora a aproximação do turismo e patrimônio cultural apresentem dificuldades e ofereçam diversos riscos à vitalidade urbana e social dessas cidades a implementação de um turismo cultural baseado na pluralidade, ou seja, na apropriação turística diferenciada em diferentes naturezas de bens culturais, vem se mostrando eficaz como ferramenta de desenvolvimento econômico e social de cidades dotadas de relevante patrimônio cultural. Da mesma forma, o turismo cultural na Espanha, vem assumindo um papel fundamental na consolidação de valores protecionistas e identitários do patrimônio cultural entre os moradores locais, favorecendo a participação democrática nos processos de gestão dos bens culturais e das cidades como um todo (SOTRATTI, 2010, p. 79).

Cidades espanholas que contêm bens na Lista do Patrimônio Mundial da UNESCO passaram décadas aplicando estratégias turísticas baseadas na promoção e instalação de infraestruturas pontuais, de atrativos turísticos de alta repercussão e rotatividade. Nos últimos anos, com o avanço das discussões e estudos sobre os efeitos da atividade para a preservação do patrimônio e a necessidade de envolvimento da população como corresponsável pela preservação, o patrimônio cultural dessas cidades tem sido alvo

de processos mais amplos de gestão que, de forma participativa, envolvem agentes sociais dos mais variados grupos, com ações que visam à integração entre o patrimônio cultural, a atividade turística e os processos de planejamento e desenvolvimento global dessas localidades.

> Conselhos de turismo e patrimônio, parcerias público-privadas, consórcios e patrocínios empresariais para a recuperação física do patrimônio e organismos mistos de gestão do turismo são alguns exemplos de sucesso apontados (SOTRATTI, 2010, p. 79).

Portanto, o turismo cultural como fruto de um processo de gestão participativa e mais democrática, não apenas comandado pelo mercado como mera atividade econômica, mas por meio de um planejamento integrado, com a participação de atores com interesses culturais, identitários, preservacionistas e, inclusive, econômicos, torna-se uma atividade que, de fato, pode ser considerada instrumento de preservação.

É importante reforçar que o foco do planejamento turístico, assim produzido, deve ser a preservação do patrimônio por meio da apropriação para o turismo e não o contrário. A apropriação turística é um meio, que tem como fim a preservação do patrimônio. Dessa forma, deve ser condizente com a vocação dos bens, levando em consideração seus aspectos históricos e memoriais, seu contexto sociocultural e as condições para sua manutenção. Ao que Sotratti destaca a "importância de considerarmos os contextos e possibilidades de apropriação turística do patrimônio cultural e não a adoção simplista e generalizada de modelos estrangeiros" (SOTRATTI, 2010, p. 82).

Aqui podemos retomar a importância da elaboração de uma Declaração de Significância Cultural como instrumento para a gestão, inclusive, do turismo cultural. Uma gestão integrada entre patrimônio e turismo é fundamental e a Declaração de Significância se mostra relevante desde o conhecimento dos valores para detecção dos bens que possuem potencial e vocação turística, passando pela compreensão dos limites desse uso para a boa manutenção desses bens, e, por fim, na elaboração de formas de transmissão do legado, ou seja, da história, da memória e dos valores desses bens que são portadores, à população local e aos turistas.

Dessa forma, a relação entre turista e patrimônio, dentro das atividades do turismo cultural assim planejado, vai além da mera contemplação, se mostrando uma oportunidade para obtenção de conhecimentos e a apreensão de novos valores pessoais, pelo que turistas e cidadãos se tornam também agentes de preservação e

valorização do patrimônio.

3.4.1 Interpretação e Apresentação do Patrimônio Cultural

Um instrumento amplamente utilizado como forma de comunicação entre os bens culturais e os turistas é a "interpretação patrimonial". Teffolo e Cardoso (2013) explicam que a interpretação patrimonial é uma importante ferramenta de comunicação, que visa transmitir ao visitante informações sobre as atrações culturais, sejam elas em forma de bens materiais ou imateriais; como resultado, a experiência turística cultural é mais completa para o turista, e o bem cultural é melhor compreendido e valorizado, o que contribui para sua preservação.

O ICOMOS, em sua Carta para Interpretação e Apresentação de Sítios de Patrimônio Cultural, ratificada pela Assembleia Geral reunida em Quebec (2008), define a interpretação patrimonial da seguinte forma:

> Interpretação se refere a todas as atividades potenciais realizadas para incrementar a conscientização pública e proporcionar um maior conhecimento do sítio de patrimônio cultural. Neste sentido se incluem as publicações impressas e eletrônicas, as conferências, as instalações sobre o sítio, os programas educativos, as atividades comunitárias, assim como a investigação, os programas de formação e os sistemas e métodos de avaliação permanente do processo de interpretação em si mesmo (ICOMOS, 2008. Tradução da autora).

Aliada à interpretação, é colocada a apresentação do patrimônio como forma complementar de comunicação dos bens culturais, assim definida como ações que:

> Se concentram de forma mais específica na comunicação planejada do conteúdo interpretativo, tendo como base a informação interpretativa, a acessibilidade e a infraestrutura interpretativa[3] nos sítios patrimoniais (ICOMOS, 2008. Tradução da autora).

A carta apresenta sete princípios, alinhados com os objetivos específicos, que devem guiar quaisquer práticas de interpretação patrimonial: 1) acesso e compreensão; 2) fontes de informação; 3) atenção ao entorno e ao contexto; 4) preservação da autenticidade (integridade e significância cultural); 5) plano de sustentabilidade; 6) preocupação pela inclusão e pela participação; e 7) importância da investigação,

3 A carta define: "infraestrutura interpretativa se refere as instalações físicas, aos equipamentos e aos espaços patrimoniais ou relacionados com os mesmos, que podem ser utilizados especificamente para os propósitos de interpretação e apresentação, incluindo novas estratégias de interpretação e as tecnologias existentes" (ICOMOS, 2008. Tradução da autora).

formação e educação.

1) **Acesso e compreensão:** alinha-se ao primeiro objetivo da carta o de facilitar a compreensão e valorização dos sítios patrimoniais, fomentando a conscientização popular e o compromisso com a necessidade de proteção e conservação do patrimônio cultural. Para isso, "os programas de interpretação e apresentação do patrimônio devem facilitar o acesso físico e intelectual do público ao patrimônio cultural" (ICOMOS, 2008. Tradução da autora), através de seis pontos[4]:

a. As ações interpretativas e de apresentação devem ser efetivas ao realçar a experiência pessoal dos visitantes, incrementar o respeito e conhecimento do público e comunicar a importância da conservação do patrimônio cultural;

b. Têm que incentivar as pessoas e as comunidades a refletirem sobre sua própria forma de percepção do sítio patrimonial e sua relação com este. Devem pretender estimular um maior interesse futuro, aprendizagem, experiência e exploração do bem;

c. Os programas devem analisar e identificar seu público. Devendo empreender todos os esforços para comunicar o valor do sítio patrimonial e seu significado a todos os públicos;

d. Devem ter em conta a diversidade de idiomas dos visitantes e das comunidades envolvidas na infraestrutura interpretativa;

e. As atividades devem ser fisicamente acessíveis ao público, em toda sua variedade;

f. Nos casos em que a acessibilidade do sítio seja restringida devido a questões conservativas, culturais ou de segurança, a interpretação e apresentação desses bens devem ser garantidas em outro lugar.

2) **Fontes de informação:** tem relação com o objetivo de comunicar o significado

4 Pontos reproduzidos, a partir desse trecho, através de livre tradução e interpretação da autora, tendo como base a versão em espanhol da "Carta ICOMOS para Interpretación y Presentación de Sitios de Patrimonio Cultural" (ICOMOS, 2008). Disponível em <www.icomos.org/images/DOCUMENTS/Charters/interpretation_sp.pdf> Acesso em 22.12.2020

dos sítios patrimoniais a diferentes públicos, através de um reconhecimento de sua significância, por meio de métodos científicos, na forma de documentação cuidadosa do patrimônio e das tradições culturais. Nesse sentido "a interpretação e apresentação devem se embasar em evidências obtidas a partir de métodos científicos reconhecidos, assim como através das tradições culturais vivas" (ICOMOS, 2008. Tradução da autora). Para isso:

a. A interpretação deve ser uma amostra da informação existente, oral e escrita, baseada em evidências materiais, tradições e significados atribuídos aos sítios patrimoniais. As fontes de informação devem ser documentadas e arquivadas, mas devem manter-se acessíveis ao público;

b. A interpretação tem que se basear em investigações bem documentadas, de caráter multidisciplinar, sobre o sítio patrimonial e seu entorno. Também deve reconhecer que a interpretação significativa inclui, necessariamente, a reflexão sobre hipóteses históricas alternativas, tradições e histórias locais;

c. Em sítios históricos onde a tradição oral ou as recordações de personagens históricos sejam uma importante fonte de informação sobre o sítio, os programas interpretativos devem incorporar estes testemunhos orais, seja de forma indireta, através dos equipamentos e serviços interpretativos, ou direta, através da participação ativa de membros da comunidade local, assim como dos intérpretes do sítio;

d. As reconstruções visuais, para fins didáticos, sejam elas realizadas por artistas, arquitetos ou recriadas por computação, devem ser baseadas em uma análise detalhada e sistemática de dados ambientais, arqueológicos, arquitetônicos e históricos, incluindo o estudo de fontes escritas, orais e iconográficas. As fontes de informação nas quais essas reproduções se baseiam devem ser claramente documentadas, e, além disso, devem ser fornecidas, quando possível, reconstruções alternativas com base nas mesmas evidências, para que seja possível a comparação;

e. Os programas e atividades de interpretação e apresentação devem também ser documentados e arquivados, para que permitam futuras revisões, reflexões e referências.

3) **Contexto e entorno:** relaciona-se com o terceiro objetivo da carta, o de salvaguardar os valores tangíveis e intangíveis dos sítios e de seu entorno natural e cultural, bem como de seu contexto social. Determina que "a interpretação e a apresentação do patrimônio cultural devem realizar-se em relação com o entorno e contexto social, cultural e histórico mais amplo do bem" (ICOMOS, 2008. Tradução da autora), de acordo com as seguintes recomendações:

a. A interpretação deve explorar a importância de um sítio em suas múltiplas facetas e contextos: histórico, político, espiritual e artístico. Deve considerar todos os aspectos de importância e os valores culturais, sociais e ambientais do sítio;

b. Deve distinguir e datar claramente as fases sucessivas e influências na evolução de um sítio. Deve respeitar o aporte de todos os períodos e a relevância do sítio;

c. A interpretação também tem que levar em conta todos os grupos que contribuíram e contribuem para a importância histórica e cultural do sítio patrimonial;

d. A paisagem circundante, o ambiente natural e a localização geográfica são partes integrantes da relevância histórica e cultural de um sítio e, como tais, devem ser consideradas em sua interpretação;

e. Os elementos intangíveis de um sítio patrimonial, tais como as tradições culturais e espirituais, a história, a música, a dança, o teatro, a literatura, as artes visuais, os costumes locais e a tradição culinária, devem também ser considerados em sua interpretação;

f. A relevância transcultural, assim como a gama de diferentes perspectivas sobre os sítios patrimoniais, presentes em investigações, documentações históricas e tradições vivas, devem ser levadas em conta na formulação de programas interpretativos.

4) **Autenticidade (Integridade e Significância Cultural)[5]:** este princípio visa o objetivo de respeitar a autenticidade, integridade e significância cultural do patrimônio, comunicando a importância histórica e seu valor cultural e protegendo-o dos impactos adversos causados por infraestruturas interpretativas intrusivas, pela pressão dos visitantes e por interpretações inexatas ou inapropriadas. Para esse fim "a interpretação e apresentação dos sítios de patrimônio cultural devem respeitar os princípios básicos de autenticidade, seguindo o espírito do documento de Nara (1994) " (ICOMOS, 2008. Tradução da autora).

É adequado pontuar as reflexões de Sotratti (2010) sobre algumas infraestruturas interpretativas que podem ilustrar bem essa preocupação do órgão internacional quanto a esses "impactos adversos" sobre os bens. O autor, citando alguns exemplos de infraestruturas interpretativas que empregam tecnologias e linguagens inovadoras, e que potencializam a relação entre entretenimento e conhecimento do patrimônio, adverte:

> [...] o emprego excessivo de recursos midiáticos e informacionais em bens culturais para fins turísticos pode levar a processos de espetacularização de tais bens, ampliando a atenção de visitantes para outros recursos visuais, comprometendo os objetivos da educação patrimonial (SOTRATTI, 2010, p. 84).

São quatro os pontos propostos pela carta, a serem observados a fim de proteger os sítios patrimoniais e sua autenticidade, integridade e significância cultural:

a. O desenho dos programas de interpretação deve respeitar as funções sociais tradicionais do lugar, as práticas culturais e a dignidade dos moradores locais e das comunidades associadas;

b. A interpretação e representação devem contribuir para a preservação da autenticidade de um sítio patrimonial, levando a conhecer sua importância, sem impactos adversos sobre seus valores culturais e sem alterar de forma irreversível sua estrutura;

c. Todas as infraestruturas interpretativas visíveis (tais quais pontos de informação e painéis informativos) devem ser sensíveis ao caráter, situação e

5 A Carta se atém ao aspecto da autenticidade, mas, como já discutido anteriormente, há uma forte crítica a visão do órgão internacional que estratifica essa tríade, tratando os temas da autenticidade, integridade e significância cultural de maneira isolada. Aqui entendemos que os "impactos adversos" que as ações interpretativas podem ter sobre a autenticidade dos bens também recaem sobre sua integridade e significância cultural, e, dessa forma, incluímos na questão a tríade completa.

relevância cultural e natural do lugar, além de serem facilmente distinguíveis em relação ao bem;

d. Os concertos, as teatralizações e outros programas interpretativos realizados no sítio devem ser planejados cuidadosamente para proteger a relevância e os arredores do lugar, minimizando os incômodos aos residentes locais.

Percebe-se que as recomendações acerca da proteção da autenticidade dos sítios históricos parecem muito menos claras e efetivas que as demais, não deixando claro de que forma a interpretação deve contribuir para a preservação da autenticidade. É provável que isso tenha relação direta com a falta de clareza no entendimento dado pelo órgão internacional aos termos autenticidade, integridade e significância cultural, como discutido no primeiro capítulo, o que leva a considerações "etéreas", vagas, sobre quais os possíveis efeitos e como evitá-los.

As considerações de Sotratti (2010), permitem vislumbrar melhor alguns desses impactos adversos. Embora não trate do tema da autenticidade, integridade e significância cultural, a espetacularização do patrimônio apontada pelo autor, como já discutido anteriormente, retira o patrimônio cultural do centro da questão do turismo cultural e acaba por tornar-se uma atração em si mesma, de forma que o patrimônio fica relegado à condição de suporte da infraestrutura interpretativa, que ganha mais relevância para o público que para o próprio bem. Sendo assim, sua autenticidade é enfraquecida; ou seja, a capacidade do bem de transmitir sua significância cultural também começa a desvanecer-se, o que, com o tempo, pode afetar também sua integridade.

5) **Sustentabilidade:** é o princípio que tem como objetivo contribuir para a conservação sustentável do patrimônio cultural, o que implica esforços contínuos de conservação, de modo a garantir a manutenção a longo prazo da infraestrutura interpretativa e a revisão regular do seu conteúdo. "O plano de interpretação para um sítio patrimonial deve ser sensível ao seu entorno natural e cultural e ter entre suas metas a sustentabilidade social, financeira e ambiental" (ICOMOS, 2008. Tradução da autora). Para esse fim:

a. O desenvolvimento e a colocação em prática de programas de

interpretação e apresentação do patrimônio devem ser uma parte integrante do processo geral de planejamento, orçamento e gestão de localidades que contém sítios patrimoniais;

b. Nos estudos de avaliação dos impactos sobre o patrimônio, deve ser considerado o efeito potencial das infraestruturas interpretativas e o número de visitantes em relação com o valor cultural, com as características físicas, com a integridade e com o entorno natural do sítio;

c. A interpretação e a apresentação devem alcançar um amplo espectro de objetivos de conservação, educacionais e culturais. Não se pode avaliar o êxito de um programa interpretativo apenas através do número de visitantes;

d. Devem integrar o processo de conservação, destacando a preocupação do público com os problemas específicos da conservação encontrados no sítio e explicando os esforços que têm sido realizados para proteger a materialidade e as características valorativas do bem;

e. Qualquer aparato técnico e tecnológico escolhido para ser parte permanente da infraestrutura interpretativa do sítio, deve ser projetado e executado de maneira que permita uma manutenção efetiva e regular e não prejudique a manutenção do bem;

f. Os programas interpretativos devem trazer benefícios equitativos e sustentáveis para todos os agentes relacionados por meio de educação, treinamento e criação de empregos em programas de interpretação de patrimônio.

6) **Participação e inclusão:** tem como objetivo facilitar a participação e a inclusão social na interpretação e apresentação do patrimônio cultural, tornando possível o compromisso dos agentes envolvidos e das comunidades associadas no desenvolvimento e na implementação dos programas interpretativos. A carta determina que "a interpretação e apresentação do patrimônio cultural têm que ser o resultado de uma colaboração eficaz entre os profissionais do patrimônio, a comunidade local associada, assim como de todos os agentes implicados" (ICOMOS, 2008. Tradução da autora), para isso:

a. Na formulação dos programas de interpretação e apresentação, deve-se integrar a experiência multidisciplinar de especialistas, membros da comunidade local, especialistas em conservação, autoridades governamentais, intérpretes e gestores do sítio patrimonial, operadores turísticos e outros profissionais;

b. Os direitos tradicionais, as responsabilidades e os interesses dos proprietários e das comunidades associadas devem ser levados em conta e respeitados nos processos de elaboração dos programas de interpretação e apresentação dos sítios patrimoniais;

c. Os projetos de ampliação e revisão dos programas devem estar abertos a opinião e participação do público. Cada um tem o direito e a responsabilidade de dar a conhecer suas opiniões e pontos de vista;

d. Devido à importância da propriedade intelectual e dos direitos culturais tradicionais e o uso de diferentes meios no processo de interpretação (tais como apresentações multimídia in situ, mídias digitais e materiais impressos), a propriedade legal e o direito de uso de imagens, textos e outros materiais interpretativos deve ser discutida, esclarecida e acordada já no processo de planejamento.

7) **Investigação, Formação e Avaliação:** princípio que tem como objetivo o desenvolvimento de diretrizes técnicas e profissionais para a interpretação e apresentação do patrimônio cultural, incluindo as tecnologias, a investigação e a formação. Tais diretrizes devem estar adequadas, de maneira apropriada e sustentável, ao contexto social dos sítios. "A interpretação de sítios patrimoniais é um empreendimento de progressiva e evolutiva compreensão e explicação, que requer atividades contínuas de pesquisa, treinamento e avaliação" (ICOMOS, 2008. Tradução da autora). Assim:

a. A interpretação de um sítio patrimonial não deve ser considerada finalizada simplesmente ao ser colocado em funcionamento um equipamento e serviços de interpretação específicos. É importante dar continuidade à investigação, a fim de ampliar a compreensão e a apreciação da relevância do sítio patrimonial. A revisão contínua deveria ser uma atividade básica em todos os programas de interpretação do patrimônio;

b. O programa interpretativo e a infraestrutura devem ser pensados e executados de modo a facilitar a revisão e/ou ampliação de seus conteúdos;

c. É preciso realizar um controle permanente e uma avaliação contínua dos programas de interpretação e apresentação e seus impactos físicos em um sítio, que devem embasar-se em uma análise científica e nas reações do público. Nestes processos de avaliação contínua devem estar envolvidos tanto os membros das comunidades associadas como os profissionais do patrimônio;

d. Cada programa deve ser considerado como um recurso educativo para pessoas de todas as idades. Seu planejamento deve levar em conta a possibilidade de integração a programas escolares, de educação formal e de formação continuada, assim como aos meios de comunicação e de informação (incluindo a internet), em atividades especiais, eventos e em programas pontuais de voluntariado;

e. Um objetivo fundamental é a formação de profissionais qualificados em áreas especializadas de interpretação e apresentação do patrimônio, como criação de conteúdo, gestão, tecnologia, guias e educadores patrimoniais. Além disso, os cursos acadêmicos da área da conservação deveriam incluir módulos de treinamento sobre interpretação e apresentação do patrimônio;

f. Os programas de formação e cursos sobre os sítios patrimoniais devem ser desenvolvidos com o objetivo de aperfeiçoar continuamente o pessoal responsável pela gestão do bem e sua interpretação, bem como as comunidades associadas e locais, de forma a consolidar o progresso e as melhorias realizadas;

g. A cooperação internacional e a troca de experiências são essenciais para desenvolver e manter métodos e técnicas de interpretação. Para isso, deve ser promovida a organização de congressos internacionais, workshops e intercâmbios profissionais, bem como de encontros nacionais e regionais. Tudo isso oferecerá a oportunidade de compartilhar informações regularmente sobre a diversidade de abordagens e experiências de interpretação em diferentes regiões e culturas do mundo.

Portanto, a elaboração de programas de interpretação e apresentação do patrimônio, como recomendado pela Carta, deve pautar-se no conhecimento do bem em sua totalidade, tangível e intangível, memorial e em seus contextos históricos, sociais, culturais, políticos e ambientais; na identificação e envolvimento de todos os *stakeholders*, desde comunidades associadas, gestores públicos, especialistas do campo disciplinar do restauro, inciativa privada, enfim, todos os interessados no bem; na transmissão dos valores e saberes sobre o bem, não apenas aos turistas, mas a todos os envolvidos no processo, como forma de transformá-los em agentes ativos da preservação; e, concomitantemente, ter como principal objetivo a preservação do patrimônio em todos os seus aspectos, para além de sua materialidade; a preservação de sua autenticidade, integridade e significância cultural.

As recomendações da carta não devem ser tomadas meramente como um modelo pronto a ser replicado, como um "*checklist*", mas de acordo com a realidade de cada localidade, entendendo os contextos em que os bens estão inseridos e adaptando as soluções de acordo com as condições para preservação de cada bem. Nesse sentido, a elaboração da Declaração de Significância Cultural é o passo inicial sobre o qual se embasarão todos os eventuais planos de gestão e programas de interpretação e apresentação do patrimônio. O documento será fundamental não apenas para compreensão das dimensões do bem, como de seus limites e potencialidades de uso, e também para a identificação dos *stakeholders* e compreensão dos contextos socioculturais nos quais o bem se insere, possibilitando a aplicação de soluções condizentes com a realidade local.

Ao longo desses dois anos, alguns ajustes foram feitos em relação ao direcionamento e as premissas levantadas no início desta pesquisa. O objetivo inicial era o entendimento da suposta não valorização do objeto em questão – o Complexo Hidrotermal e Hoteleiro -, de forma que a investigação foi redirecionada para além do campo disciplinar do restauro arquitetônico e urbano, levando a percepção de que o bem passou por processos que resultaram não em sua desvalorização, mas à atribuição de novos valores a este bem. Desta forma, buscou-se demonstrar que o entendimento da tríade Integridade, Autenticidade e Significância Cultural, extrapolando o estipulado pela UNESCO para o Patrimônio da Humanidade, como demonstrado por ampla bibliografia, se mostra um importante instrumento de compreensão do patrimônio em todas as suas dimensões, por abarcar aspectos materiais e imateriais dos bens, aqueles intrínsecos e aqueles atribuídos pelos agentes sociais envolvidos; bem como a relação desses bens com os meios físicos, socioeconômicos, culturais e políticos nos quais se inserem. A compreensão da tríade possibilita compreender os bens de forma mais completa e, nesse processo, promove a aproximação entre gestores, comunidades associadas e os bens patrimoniais. Dentro deste raciocínio, pode-se dizer que a elaboração da Declaração de Significância Cultural alcança os três pontos, os quais foram o "fio condutor" para essa pesquisa, fundamentais para ações sobre bens patrimoniais:

1) **A necessidade de rigor metodológico:** uma vez seguidos os processos para elaboração do documento, os resultados serão decorrentes de ampla pesquisa e de decisões coletivas, multidisciplinares e participativas, fundamentadas em bases teóricas claras, colaborando para a formação dos agentes envolvidos. Dessa forma, os resultados e propostas se mostram coerentes com a realidade dos bens, sendo de fato, frutos de um método criterioso e transparente, distanciando as ações do empirismo pedestre.

2) **A compreensão do bem em sua totalidade:** levantadas todas as informações, históricos e valores do bem, sua compreensão passa a ser pautada não apenas pela narrativa da "história oficial", mas a partir da construção de um conhecimento mais amplo sobre este, resultado da combinação de diferentes visões e relações com bem patrimonial, ou seja, uma compreensão tão total quanto for possível traçar, tornando-se, assim, um verdadeiro registro cultural não apenas do bem em si, mas da sociedade

que o reconhece como patrimônio, os valores que esta reconhece e reproduz, sua memória e identidade.

3) **A não estagnação do bem no tempo:** partindo da compreensão do bem em sua totalidade e, principalmente em decorrência da identificação dos agentes sociais envolvidos com este e dos valores presentes atribuídos por eles ao bem, o patrimônio cultural deixa de ser um objeto relicário intocável e passa a ser e fazer parte importante da identidade, memória e do cotidiano das comunidades associadas. O patrimônio deixa de ser um bem simplesmente preservado pelos patrimonialistas e se torna um bem transmitido, da melhor maneira possível, por todos e para todos.

Assim, ao olhar para o Complexo Hidrotermal e Hoteleiro buscou-se não reproduzir a narrativa dos valores termalistas que construíram a cidade, mas demonstrar as relações da cidade de Poços de Caldas, e, consequentemente, do Complexo, com a história do desenvolvimento turístico brasileiro, como parte de processos pelos quais outras cidades balneáreis também passaram e, dessa forma, demonstrar como a vocação da cidade sempre esteve ligada ao turismo, desde sua fundação. Porquanto, os usos do Complexo se transformaram, ao longo dos anos, conforme transformavam-se as dimensões turísticas no país e, evidentemente, no município, pois a cidade é um "ente" dinâmico e se pauta em alterações absorvendo todas as demandas de cada tempo.

Tendo em vista a possibilidade de elaboração de uma Declaração de Significância do Complexo Hidrotermal e Hoteleiro, buscou-se demonstrar essas transformações pelas quais o bem passou, as quais devem ser levadas em conta na elaboração do documento, não esquecendo os valores ligados ao passado termalista, mas, necessariamente, abarcando os valores presentes, decorrentes destas transformações.

Houve a constatação e a legitimação da importância do turismo para o município, em que destaca-se que os usos turísticos dos bens culturais devem ser um meio pelo qual esses são preservados e não a finalidade em si. A atividade turística em bens patrimoniais, quando voltada apenas para o ganho econômico, não é capaz de preservar esses bens, mas, pelo contrário, torna-se fator de enfraquecimento da sua integridade, autenticidade e significância cultural. Por outro lado, o turismo cultural tendo como objetivo principal a preservação e transmissão do patrimônio cultural, e não meramente o ganho econômico, a dimensão turística menos predatória ao patrimônio cultural. Dessa forma, através de instrumentos como a interpretação e apresentação

patrimonial, a atividade turística pode ser importante aliada para sustentabilidade do patrimônio, auxiliando na educação patrimonial e, consequentemente, na preservação do patrimônio material e imaterial.

A Declaração de Significância Cultural, nesse sentido, se mostra relevante para o desenvolvimento dos projetos de interpretação e apresentação do patrimônio material e imaterial, uma vez que auxilia na identificação dos bens que possuem potencial e vocação para abordar atividades turísticas ou se mostram significativos para atração de turistas culturais. Além disso, é essencial que as ações de interpretação e apresentação respeitem os bens em suas limitações, a fim de garantir que a atividade turística não seja predatória e prejudicial a preservação desse bem, portanto, ao pautar-se nas diretrizes e critérios de preservação contidos na Declaração, os projetos de interpretação e apresentação podem ser elaborados de forma condizente com a preservação do patrimônio.

Por fim, destaca-se ainda a importância da inter-relação entre o planejamento urbano e a gestão patrimonial e turística, como citado do exemplo espanhol analisado por Sotratti (2010), entendendo que o desenvolvimento de uma cidade turística patrimonial não pode ser pensado sem que os três aspectos estejam alinhados, estes são indissociáveis e mutuamente afetados: o planejamento integrado garante que todos os aspectos caminhem conjuntamente sem que a priorização de um, em detrimento dos outros, afete o desenvolvimento, e vice-versa.

A investigação foi finalizada, deixando em aberto a elaboração da Declaração de Significância, que deve se dar a partir de processos mais longos e complexos que os possíveis para essa pesquisa. As questões operacionais sobre como deve se dar essa integração na gestão, de acordo com a realidade do município.

Conclui-se que através de um embasamento teórico-crítico e utilizando-se de instrumentos contemporâneos para a compreensão dos bens patrimoniais, é possível, para gestão patrimonial e turística de Poços de Caldas, integrar a preservação e as atividades econômicas de maneira condizente com a vocação dos bens; determinar de forma objetiva e transparente os critérios e propostas de ação para a preservação desses bens; e ainda aproximar as comunidades associadas aos bens patrimoniais e aos processos de preservação, colaborando assim para a educação patrimonial e para a criação de vínculos memória, identidade e pertencimento.

ACERVOS DOCUMENTAIS

Divisão de Patrimônio Construído e Tombamento

Biblioteca Nacional

Museu Histórico e Geográfico de Poços de Caldas

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALFONSO, Louise Prado. **EMBRATUR: Formadora de imagens da nação brasileira.** 2006. Dissertação (Mestrado em Antropologia) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas. Campinas.

ARAÚJO, Cristina Pereira. **Da EMBRATUR à Política Nacional de Turismo.** Revista Pós, v. 19, n. 31. São Paulo, 2012.

AZEVEDO, Gabriela; PONTUAL, Virgínia; ZANCHETI, Silvio. **Declaração de Significância: um instrumento de salvaguarda do patrimônio arquitetônico.** XII Congresso Internacional de Reabilitação do Patrimônio Arquitetônico e Edificado. Bauru, 2014.

BRANDI, Cesare. **Teoria da Restauração.** Cotia: Ateliê Editorial, 2004.

CHOAY, Françoise. **A alegoria do patrimônio.** São Paulo: Editora da Unesp: Estação Liberdade, 2001

FARAH, Ana Paula. **A autonomia do Campo Disciplinar do Restauro (arquitetônico e urbano).** Oculum ensaios, v. 14(2), p. 389-402, Campinas: 2017.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. **Novo dicionário Aurélio da Língua Portuguesa**. 4ed. Curitiba: Ed. Positivo, 2009.

FRANCO, Amanda Cristina. **Águas Fundam Cidades: a formação de estâncias hidrominerais no Brasil no início do século XX.** 8 Seminário da História da Cidade e do Urbanismo. Niterói, 2004.

_____. **Os Primeiros Registros do Uso de Águas Termais e a Formação das Estâncias Hidrominerais no Brasil.** Cadernos de Naturologia e Terapias Complementares, vol. 3, n. 5, p. 29-40, 2014.

GAGLIARDI, Clarissa Maria Rosa. **Turismo, Cidade e Patrimônio na contemporaneidade.** Revista Turismo & Desenvolvimento, n. 26, p. 113-125, 2016.

HELLMANN, Fernando; **RODRIGUES,** Daniel M. De O (Org.). T**ermalismo e Crenoterapia no Brasil e no Mundo.** Editora Unisul, 2017.

HIDAKA, L. T. F. **A ESSÊNCIA DO EXISTIR. Um estudo sobre a Conservação da Autenticidade Tipológica de Áreas Históricas Patrimoniais: O Caso do Centro Histórico de Belém do Pará – C.H.B.** 2000. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Urbano e Regional) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife.

_____.; ZANCHETI, Silvio M. **A Construção da Significância das Cidades Patrimônio da Humanidade.** 1o Colóquio Ibero-Americano Paisagem cultural, patrimônio e projeto: Desafios e perspectivas. Belo Horizonte, 2010. Disponível em: <https://www.researchgate.net/publication/306442460_A_CONSTRUCAO_DA_SIGNIFICANCIA_CULTURAL_DAS_CIDADES_PATRIMONIO_DA_HUMANIDA> Acesso em 13.10.2020

_____. **Indicador de Avaliação do Estado de Conservação Sustentável de Cidade – Patrimônio Cultural da Humanidade: teoria, metodologia e aplicação.** 2011. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Urbano) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife.

_____. **Significância Cultural de Sítios Urbanos Patrimoniais: Uma Relação Valorativa entre Sujeitos e Objetos.** ARQUIMEMÓRIA 5, Salvador, 2017.

ICOMOS. Recomendação de Paris Paisagens e Sítios. Paris: 1962. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Recomendacao%20de%20Paris%201962.pdf> Acesso em 10.12.2020

_____. **Carta de Veneza.** Veneza: 1964. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Carta%20de%20Veneza%201964.pdf> Acesso em 08 mai. 2020.

_____. **Normas de Quito.** Quito: 1967. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Normas%20de%20Quito%201967.pdf> Acesso em 10.12.2020

_____. **Carta de Turismo Cultural.** Bruxelas: 1976. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Carta%20de%20Turismo%20Cultural%201976.pdf> Acesso em 30.12.2020.

_____. **Conferência de Nara.** Nara: 1994. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Conferencia%20de%20Nara%201994.pdf> Acesso em 30.12.2020.

_____. **INTERNATIONAL CULTURAL TOURISM CHARTER: Managing Tourism at Places of Heritage Significance.** Mexico: 1999. Disponível em: <https://www.icomos.org/charters/tourism_e.pdf> Acesso em 30.12.2020.

_____. **Carta ICOMOS para Interpretación y Presentación de Sitios de Patrimonio Cultural.** Quebec: 2008. Disponível em: <https://www.icomos.org/images/DOCUMENTS/Charters/interpretation_sp.pdf> Acesso em 30.12.2020.

_____. **The Burra Charter.** Burra: 2013. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/The-Burra-Charter-2013-Adopted-31_10_2013.pdf> Acesso em 08 mai. 2020.

JOKILEHTO, Jukka. **Considerations on authenticity and integrity in World Heritage context.** City & Times, v. 2, n. 1, 2006, p. 1-16. Disponível em: <http://www.ct.ceci-br.org/novo/revista/viewarticle.php?id=44&layout=html> Acesso em 13.10.2020.

KÖHLER, André Fontan. **Turismo cultural: conceituação, fontes de crescimento e tendências**. Turismo – Visão e Ação, vol. 9, n. 2, p. 185-198, 2007. Disponível em: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=261056102004> Acesso em 21.12.2020.

KÜHL, Beatriz Mugayar. **Cesare brandi e a teoria da restauração.** Revista Pós, n.21. São Paulo, 2007. p. 198-243

_____. **Preservação do Patrimônio Arquitetônico da Industrialização: Problemas Teóricos do Restauro.** 2ª ed, Ateliê Editorial, Cotia: 2018a.

_____. **As ideias sobre preservação no início do século XX em países de língua alemã: algumas lições para o Brasil de hoje**. Conversaciones Con., (5), 2018b, pp. 219-234. Disponível em <https://revistas.inah.gob.mx/index.php/conversaciones/article/view/12643> Acesso em 23 abr. 2020.

LEMOS, Pedro Sanches de. **Notas de viagem. Na Alemanha, Na Suissa, Na França.** São Paulo. Escola Typographica Salesiana. 1903.

LINS, Ana Paula M. de B. da C. **A Declaração de Significância como instrumento de Gestão do Patrimônio Cultural.** ARCHITECTON, v. 04, n. 07, 2014.

LIRA, Flaviana B. **Patrimônio Cultural e Autenticidade: Montagem de um sistema de indicadores para o monitoramento**. 2009. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Urbano) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife.

____. Da Natureza Complexa dos Bens Culturais: A Indissociabilidade entre Significância Cultural, Integridade e Autenticidade. ARQUIMEMÓRIA 5, Salvador, 2017.

____. Autêntico para quem? A noção de autenticidade do patrimônio cultural na contemporaneidade. Patrimônio e Memória, v. 14, n. 2, p. 272-298. Unesp, São Paulo, 2018.

____. Desafios contemporâneos da Significância Cultural, Integridade e Autenticidade do Patrimônio Cultural: Teoria e Prática. Oculum Ensaios, v. 17. Campinas: 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.24220/2318-0919v17e2020a4365> Acesso em 13.10.2020

LORETTO, Rosane Piccolo. **As [des]venturas da Integridade no Patrimônio Mundial.** 2016. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo, São Paulo.

MARINO, Carlos Eduardo Collet. **Ócio, Lazer e Distinção: vilegiatura marítima e a invenção do Guarujá (1893-1913).** 2018. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) – Universidade de São Paulo. São Paulo.

MARRAS, Stelio. **A propósito de águas virtuosas: formação e ocorrência de uma estação balneária no Brasil.** Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2004.

MARRICHI, Jussara Marques Oliveira. **A Cidade Termal: Ciência das águas e Sociabilidade Moderna entre 1839 a 1931.** 2009. Dissertação (Mestrado em História) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas.

____. Uma breve exposição sobre o emprego das palavras caldas, cidade termal, cidades balneárias e estâncias hidrominerais para os estudos urbanos brasileiros. XXVI ANPUH, São Paulo, 2011.

____. Memórias Médicas sobre as águas termais brasileiras e europeias entre 1902 e 1950: relatos de viagem e apropriação do meio natural. Revista de História da UEG, v. 1, p. 41-62, 2012.

____. **O Termalismo no Brasil: história, ciência e memória entre 1839 e 1950.** In: **HELLMANN,** F; **RODRIGUES,** D. M. de O. (organizadores). Termalismo e Crenoterapia no Brasil e no Mundo. Editora Unisul, 2017.

MEDEIROS, Daniele Cristina C. **Viagens às estâncias hidrominerais de São Paulo: cura, regeneração, divertimento e educação do corpo nas décadas de 1930 e 1940.** 2016. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação da Universidade Estadual de Campinas. Campinas.

MENESES, Ulpiano Toledo B. de. **Memória e Cultura Material: Documentos Pessoais no Espaço Público.** Estudos Históricos, v. 11, n. 21, 1998, p. 89–103.

MONNIER, Gérard. **O edifício, instrumento do evento: uma problemática.** Revista CPC, v. 7, n. 1, p. 7–19, 2009.

MONTANER, Josep Maria. **Os Traumas Urbanos: O Apagamento da Memória.** In: **MONTANER**, Josep Maria; **MUXÍ**, Zaida. Arquitetura e Política: ensaios para mundos alternativos. 1a edição. São Paulo: Gustavo Gili, 2017. p.159–169.

MORAIS, Décio Alves de. **Poços de Caldas: Memórias em Preto e Branco.** Editora Sulmineira, 2004.

MÜLLER, D.; **HALLAL,** D. R.; **RAMOS,** M. da G. G.; **GARCIA,** T. E. M. **O Despertar do Turismo no Brasil: A Década de 1970.** Book of Proceedings vol. 1, International Conference on Tourism & Management Studies – Algarve, 2011.

NASCIMENTO, José Clewton do. **(Re) Descobriram o Ceará? Representações dos Sítios Históricos de Icó e Sobral: entre Areal e Patrimônio Nacional.** 2010. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal da Bahia. Salvador.

O.E.A. – Organização dos Estados Americanos. **Normas de Quito.** Quito, 1967. Disponível em <http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Normas%20de%20Quito%201967.pdf> Acesso em 29.12.2020.

OLIVEIRA, Carolina Fidalgo. **Autenticidade e preservação do Patrimônio Cultural Mundial no Brasil: algumas reflexões a partir da "velha" cidade de Goiás (GO).** Patrimônio e Memória, v. 15, n. 1, p. 287-314. Assis, 2019.

PAIXÃO, Dario Luiz Dias. **1930 - 1945 A verdadeira Belle Époque do turismo brasileiro: o luxo e os espetáculos dos hotéis-cassinos imperam na era getulista.**

In: **TRIGO**, L. G. G. (Org.). Análise Regional e Global do Turismo. 1ed.São Paulo: ROCA, 2005. Disponível em <https://www.researchgate.net/publication/342961134> Acesso em 14.12.2020.

____. Thermae et Ludus: o início do turismo de saúde no Brasil e no mundo. Turismo em Análise, v. 8, n. 2, p.133-147, 2007.

PORTO, Daniele R.; **FRANCO,** Amanda C. **A construção do território nas cidades de lazer.** XI ANPUR. Salvador, 2005.

POZZER, Carlos Eduardo. **Poços de Caldas: a construção da paisagem urbana.** Dissertação (Mestrado em Arquitetura) - Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Pontifícia Universidade Católica de Campinas. Campinas, 2001.

REIS, Anna Luiza Souza Nery. **Dinâmicas e transformações ocorridas na área central de Poços de Caldas (1946-2016): turismo e patrimônio cultural.** 2016. Dissertação (Mestre em Urbanismo) – Pontifícia Universidade Católica de Campinas. Campinas.

REJOWSKI, M.; **YOUSHIMA,** J. R.; **STIGLIANO,** B. V.; **SILVEIRA,** A. S. **Desenvolvimento do Turismo Moderno.** In: **REJOWSKI**, Mirian (Org.). Turismo no Percurso do Tempo. São Paulo: Aleph, 2002, p. 41-70.

RUFINONI, Manoela Rossinetti. **Cesase Brandi e as preexistências urbanas.** Revista do Departamento de Arquitetura e Urbanismo da PUC-Rio, v. 4, n. 4, 2018, p. 117–127.

SAINT-HILAIRE, Auguste. **Viagem à província de São Paulo e Resumo das viagens do Brasil, província Cisplatina, e Missões do Paraguai.** São Paulo: Livraria Martins; Edusp, 1972.

SALGUEIRO, Valéria. **Grand Tour: uma contribuição à história do viajar por prazer e por amor à cultura.** Revista Brasileira de História, v. 22, n. 44, p. 289-310, 2002.

SANT'ANNA, Marcia. **A cidade-atração: a norma de preservação de áreas centrais no Brasil dos anos 1990**. Salvador: EDUFBA-PPG-AU FAUFBA, 2017.

SILVA, Paula Maciel. **Conservar, uma Questão de Decisão. O Julgamento na Conservação da Arquitetura Moderna.** 2012. Tese (doutorado em Desenvolvimento Urbano) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife.

SOLHA, Karina Toledo. **Evolução do Turismo no Brasil.** In **REJOWSKI**, Mirian (Org.). Turismo no Percurso do Tempo. São Paulo: Aleph, 2002.

SOTRATTI, Marcelo Antonio. **Imagem e Patrimônio Cultural: as Ideologias Espaciais da Promoção Turística Internacional do Brasil – EMBRATUR 2003-2010**. 2010. Tese (Doutorado em Ciências) – Instituto de Geociências da Universidade Estadual de Campinas. Campinas.

TEFFOLO, Regina; **CARDOZO,** Poliana F. **Interpretação patrimonial como forma de valorização das edificações e o desenvolvimento turístico do município de Lapa (Paraná, Brasil).** Turismo & Sociedade, v. 6, n. 4, p. 791-831, Curitiba, 2013.

TEIXEIRA, Sara Cristina Costa. **O Termalismo Clássico na Atualidade: O Caso das Termas de Vizela.** 2013. Dissertação (Mestrado em Lazer, Património e Desenvolvimento) – Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra. Coimbra.

VIEIRA, N. M. **Gestão de Sítios Históricos: a transformação de valores culturais e econômicos nas fases de formulação e implementação de programas de revitalização em áreas históricas.** 2006. Tese (Doutorado em Planejamento Urbano) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife.

____. INTEGRIDADE E AUTENTICIDADE: conceitos-chave para a reflexão sobre intervenções contemporâneas em áreas históricas. ARQUIMEMÓRIA 3 – Encontro Nacional de Arquitetos sobre Preservação do Patrimônio Edificado, Salvador, 2008.

WORLD HERITAGE COMMITTEE. **Operational Guidelines for the Implementation of the World Heritage Convention.** UNESCO, 2005, 2008, 2011, 2013, 2015, 2016, 2017, 2019. Disponível em: <https://whc.unesco.org/en/guidelines/> Acesso em 13.10.2020.

YOSHIMA, José Roberto; **OLIVEIRA,** Nadja da Silva. **Antecedentes das Viagens e do Turismo.** In **REJOWSKI**, Mirian (org.). Turismo no Percurso do Tempo. São Paulo: Aleph, 2002.

ZANCHETI, S. M.; **DOURADO,** C.; **CAVALCANTI,** F.; **LIRA,** F.; **PICCOLO,** R. **Da Autenticidade nas Cartas Patrimoniais ao Reconhecimento das suas Dimensões na Cidade.** Textos para Discussão, v.28, Centro de Estudos Avançados da Conservação Integrada. Olinda, 2008.

ZANCHETI, S. M.; **HIDAKA,** L. T. F.; **RIBEIRO,** C.; **AGUIAR,** B. C. de. **Judgement and validation in the Burra Charter Process: introducing feedback in assessing the cultural significance of heritage sites**. City & Time (Online), v. 4, p. 1, 2009.

ZANCHETI, S. M.; **LORETTO,** R. P. **Dynamic Integrity: A New Concept to Approach**

the Conservation of Historic Urban Landscape (HUL). Texto para Discussão, v. 53, Centro de Estudos Avançados da Conservação Integrada. Olinda, 2012.

ZANCHETI, Silvio Mendes; **HIDAKA,** Lúcia T. Ferreira. **A Declaração de Significância de Exemplares da Arquitetura Moderna.** Texto para Discussão, v. 57, Centro de Estudos Avançados da Conservação Integrada. Olinda, 2014.

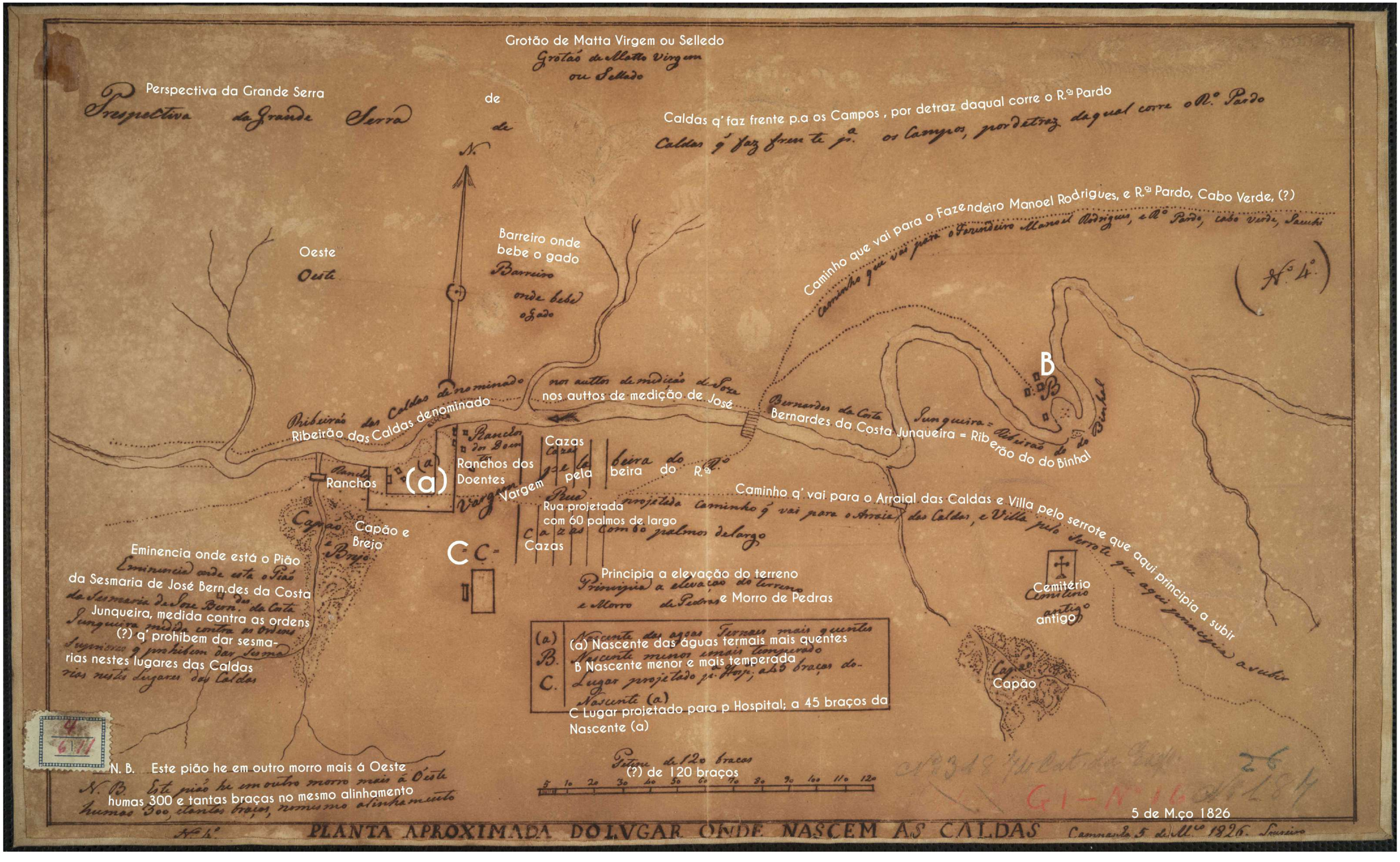
ZANCHETI, Silvio Mendes; **MAGALHÃES,** A. C.; **MAGALHÃES,** A. M. **Importância da Significância Cultural para a Conservação de Centros Históricos.** III ENANPARQ, São Paulo, 2014.

ANEXO 1 - Mapa de Poços de Caldas, 1826.

ANEXO 2 - Trecho do Dossiê de Tombamento do Complexo Hidrotermal e Hoteleiro de Poços de Caldas (IEPHA-MG).

ANEXO 3 - Transcrição de Atas do Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Artístico, Cultural e Turístico de Poços de Caldas.

ANEXO 1 - MAPA DE POÇOS DE CALDAS DE 1826
«Planta Aproximada do Lugar Onde Nascem as Caldas»



ANEXO 2 - TRECHO DO DOSSIÊ DE TOMBAMENTO DO COMPLEXO HIDROTERMAL E HOTELEIRO DE POÇOS DE CALDAS - IEPHA-MG
Disposições sobre o bem tombado

2.4. Disposições

2.4.1. Disposições Preliminares

Art. 1º - Estas disposições têm por objetivo a preservação do Patrimônio Histórico, Arquitetônico e Paisagístico da área tombada do Complexo Hidrotermal e Hoteleiro do distrito-sede do município de Poços de Caldas.

Art. 2º - A área tombada tem seus limites definidos conforme o memorial descritivo citado no ítem 2.2 do presente documento.

Art. 3º - Qualquer intervenção dentro dos limites da área tombada deverá ter seu projeto submetido à aprovação do IEPHA/MG.

IEPHA

2.4.2. Disposições Específicas

Art. 4º - A localização dos serviços de apoio ao turismo dentro da área tombada, tais como: pontos de táxi, charretes e vendedores ambulantes, deverá obedecer regulamentação a ser proposta pela Prefeitura de Poços de Caldas, de forma a ordenar a apropriação do espaço, impedindo a redução da visibilidade do bem tombado e preservando suas qualidades ambientais e paisagísticas.

Art. 5º - Dentro do perímetro de tombamento municipal do Parque José Affonso Junqueira não será permitido o tráfego de veículos, com exceção daqueles destinados ao apoio das atividades exercidas na área.

Art. 6º - A Prefeitura de Poços de Caldas deverá apresentar uma proposta de reestruturação do trânsito e circulação de veículos de forma a garantir a integração da Praça Getúlio Vargas e Praça Major Luiz Loyola com o Parque José Affonso Junqueira bem como garantir a segurança de acesso, pelas vias lindeiras, à área tombada.

Art. 7º - A Prefeitura de Poços de Caldas deverá apresentar um estudo de medidas mitigadoras para o impacto visual provocado pela infra-estrutura do monotrilho na área tombada e seu entorno.

§ 1º - Quando da elaboração do projeto final de implantação do monotrilho, deverá ser contemplado um Estudo de Impacto Ambiental sobre a área tombada e seu entorno.

§ 2º - Caso o projeto do monotrilho venha a ser desativado e seja proposta a sua demolição, o respectivo projeto deverá ser submetido à aprovação do IEPHA/MG.

Art. 8º - A Prefeitura de Poços de Caldas deverá apresentar um projeto de tratamento visual para a estação do teleférico, objetivando a sua harmonização com a área tombada e, principalmente, com o CENACON-Centro Nacional de Convenções.

IEPHA

Art. 9º - Dentro dos limites da área tombada será permitida a restauração, reforma e reorganização interna das edificações existentes, bem como demolição e construção de novas edificações, observando o disposto no artigo 10º destas disposições.

Art. 10º - A execução de obras na área tombada deverá ser precedida por projeto previamente aprovado pelo IEPHA/MG.

Parágrafo Único - O projeto deverá atender ainda às disposições constantes no Código de Obras do Município de Poços de Caldas, quando não conflitarem, à juízo do IEPHA/MG, com as características arquitetônicas de estilo, construção e acabamento das edificações, bem como as características paisagísticas da área tombada.

Art. 11º - As alterações na configuração atual da área verde, dentro do perímetro tombado, deverão ser submetidas à aprovação do IEPHA/MG.

Art. 12º - Pelo descumprimento das exigências destas disposições, serão impostos ao infrator as penalidades previstas a atentados contra o Patrimônio Estadual.

ANEXO 3 - TRANSCRIÇÃO DAS ATAS DAS REUNIÕES DO CONSELHO DE DEFESA DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO, ARTÍSTICO, CULTURAL E TURÍSTICO DE POÇOS DE CALDAS (CONDEPHACT-PC)

Aqui estão transcritos trechos de atas do CONDEPHACT-PC, entre 2013 e 2020, disponíveis no site[1] da Prefeitura Municipal de Poços de Caldas, que contém citações, solicitações, questionamentos ou comentários sobre eventos nos bens do Complexo Hidrotermal e Hoteleiro de Poços de Caldas.

74ª reunião ordinária: 03/04/2013

item 6 da pauta: Ofício/CCAPC 001/2013 - Clube de Carros Antigos de Poços de Caldas, encaminhado em 27/03/2013, evento Poços Classic Car. Discussões: 6- Sobre o ofício do Poços Classic Car, foi decidido que a coordenadoria deste evento seja convocada para a próxima reunião, a fim de esclarecer a proposta.

76ª reunião ordinária: 08/05/2013

Itens 1 e 4 da pauta: Ofício/CCAPC 001/2013 - Clube de Carros Antigos de Poços de Caldas - Evento Poços Classic Car; Solicitação de autorização para a realização do evento Festival de quadrilha, organizado pelo SESC Minas Gerais, a ocorrer nas ruas do Parque José Affonso Junqueira em junho. Discussão: 1 - Após ampla discussão, ficou autorizada a realização do evento, por unanimidade, desde que sejam seguidos os critérios estabelecidos por uma comissão e o clube encaminhe o projeto de ocupação do evento [...]. 4- Ficou autorizada a realização do evento, por unanimidade, desde que a secretária de turismo acompanhe e fiscalize o evento.

77ª reunião ordinária: 05/06/2013

Comunicação dos conselheiros: O conselheiro Fábio Junqueira Bressane (ACIA) apresentou a documentação encaminhada à comissão de avaliação e

[1] Disponível em <https://pocosdecaldas.mg.gov.br/condephact-pc/> Acesso em 14.01.2021

fiscalização de eventos, referente aos eventos: VI Poços Classic Car [...]. Após apresentação e ampla discussão, os conselheiros aprovaram os layouts apresentados para a realização dos eventos [...]. Em relação a estes eventos, a conselheira Carmem Lúcia Junqueira Arantes (Prefeitura Municipal) reforçou sua manifestação na reunião anterior de que as decisões do Conselho sejam pautadas pela vocação dos espaços públicos tombados e que as áreas de pedestre sejam destinadas exclusivamente para os mesmos. A mesma regra deve vales às áreas de circulação e estacionamento de veículos.

Itens 2 e 3 da pauta: Ofício da Blue Gold - solicita autorização para realização de eventos de carros antigos no Parque José Affonso Junqueira; Ofício X3M SPORTS BUSINESS CONSULTORIA ESPORTIVA LTDA - realização de evento XTerra Sul de Minas. Discussão: 2 - o ofício, juntamente com o layout do evento, foi encaminhado à comissão de avaliação e fiscalização de eventos. 3- O Presidente do Conselho, que participou da reunião do evento, relatou como o mesmo será realizado e suas recomendações em relação à ocupação do Parque José Affonso Junqueira, buscando a preservação de seus canteiros. Após o relato, não houve manifestação contrária e nem ressalvas à sua realização.

78ª reunião extraordinária: 03/07/2013

Itens 3 e 4 da pauta: Of.SESI/FIEMG - autorização para evento "Sacode a Praça" e "circuito sul mineiro de rua SESI/apoio EPTV", a serem realizados no entorno da Praça Pedro Sanches; MI nº 90/31 SMTC - DC - autorização para eventos do "Julho Fest", a se realizar em frente ao Palace Casino. Discussão: ficaram autorizadas, por unanimidade, a realização de ambos os eventos.

81ª reunião ordinária: 12/09/2013

Comunicação dos conselheiros: O Conselheiro André Luiz Fernandes Dourador comunica sua preocupação com o Evento Mega Praça do Povo em que foi liberado o uso de bicicleta e skate nas alamedas do Parque José Affonso Junqueira, na ocasião um dos degraus do Palace Casino foi danificado pelo uso de skate. Rodrigo solicita que seja enviado um pedido de informações à

secretaria de serviços públicos referente aos ambulantes da Praça Pedro Sanches citados na ata anterior.

Itens 3 e 4: Of. GAB/RMC/OF.082/2013 - aprovação do evento "Grupo de Oração na Praça"; Of. 272/2013 - aprovação do evento de "Comemoração ao dia do Servidor Público Municipal". Discussão: ambos os eventos foram aprovados por unanimidade.

86ª reunião ordinária: 09/01/2014

Comunicações dos conselheiros: O presidente Antônio Carlos Rodrigues Lorette, questionou qual o acervo de propriedade da CODEMIG em Poços de Caldas, para que o conselho possa solicitar os devidos cuidados às fontes, praças e edifícios da cidade que estão em seu nome. Preocupados com o uso que será permitido no Palace Casino, foi questionado qual foi o teor do edital da CODEMIG para concessão do Palace Casino e Palace Hotel. 3) O conselheiro Gláucio disse que o fontanário do Parque José Afonso Junqueira foi pintado pelo DMAE sem a devida autorização do conselho. Ainda com relação à conservação do Complexo Hidrotermal e Hoteleiro – Parque José Afonso Junqueira e Praça Pedro Sanches a conselheira Carmem Arantes comunicou que os desenhos artísticos que temos nas calçadas de mosaico português estão se perdendo pelas correções em cimento feitas pela Secretaria de Obras. O conselho solicita que seja encaminhado um ofício às secretarias envolvida alertando sobre esta situação para devidas providências.

Item 3 da pauta: Solicitação da Secretaria de Turismo – 07/01/2014 – realização da eleição do Rei Momo e Rainha do Rainha do Carnaval no Parque José Affonso Junqueira. Discussões: 3- O conselho solicitou um layout que demonstre a locação do palco e da passarela, de forma que a maior aglomeração das pessoas também se dê no asfalto. Surgiram duas sugestões no conselho: a) Que o palco se instale na rua em frente à subestação de energia do Parque José Afonso Junqueira e a passarela ao longo do eixo do largo, b) Que o palco fique de frente para o Palace Hotel e de costas para o Parque José Afonso Junqueira.

87ª reunião ordinária: 13/02/2014

Item 3 da pauta: Apresentação dos croquis de implantação de estrutura no Parque José Afonso Junqueira para o Carnaval de 2014. Discussão: Foi apresentado os croquis de implantação de tendas para o Carnaval no Parque José Afonso Junqueira, e o conselho não se opôs ao projeto.

90ª reunião extraordinária: 10/04/2014

Comunicações dos conselheiros: A conselheira Carmem Greice traz ao conhecimento dos conselheiros um comunicado publicado pela ACIA no jornal referente a padronização das calçadas na área central de Poços de Caldas manifestando sua preocupação em relação as calçadas de interesse histórico que podem vir a ser descaracterizadas. O conselho concorda em analisar a área e trazer para a próxima reunião propostas de trechos de interesse histórico para definir diretrizes de preservação e posteriormente encaminhar a proposta ao executivo. Letícia comunica que pode-se enviar um ofício à Sec. de Obras comunicando sobre as calçadas que devem ser preservadas. Ao falar das intervenções em calçadas foi levantado os problemas das árvores implantadas pelo projeto “Centro Vivo” na Rua São Paulo, a espécie “Fícus” não é indicadas para calçadas urbanas por ter raízes que estragam o calçamento, interferem nas edificações como é o caso da Igreja de Santo Antônio e sua copa tampa a visada dos bens inventariados e tombados da rua assim como o eixo da Rua São Paulo/Praça Pedro Sanches, marcado pelo monumento “Minas ao Brasil” e Palace Hotel. Levando em conta as problemáticas o conselho recomenda a retirada dos “Fícus” da Rua São Paulo e a definição de uma nova espécie mais apropriada.

Item 4 da pauta: Of. 012/2014 – Solicitação de autorização para o V Encontro Nacional Poços de Caldas em Vespa e Lambretta. Discussões: 4 - Letícia apresenta a solicitação e layout do evento, o conselho não se opõe a realização do evento pelo fato de se passar na rua, sem intervenção no parque.

91ª reunião ordinária: 15/05/2014

Item 2 da pauta: 2.) Of.CAAPC 001/2014 – VII Poços Classic Car. Discussões: 2- Após análise do layout de utilização o conselho solicita que seja encaminhado

um levantamento fotográfico da área utilizada anterior ao evento para que possa ser realizada uma visita técnica avaliando possíveis danos, ficando sob responsabilidade dos organizadores qualquer reparo que se fizer necessário. Solicita-se ainda que as tendas ou outro tipo de estruturas sejam instaladas somente no asfalto e não na área do parque como apresentado em layout, inclusive o maquinário dos brinquedos que no ano anterior deterioraram o gramado do parque.

92ª reunião ordinária: 10/06/2014

A conselheira Carmem Greice questionou o porquê, novamente, o evento "Parada Gay" não passou por análise do conselho. Por ser um evento de grande porte e realizado no Parque José Affonso Junqueira. A mesma pediu para cobrar da Sec. de Turismo a solicitação de autorização do evento. O conselheiro André Luiz Dourador esclareceu que o evento é particular e não solicitou autorização a Secretária de Turismo. Os conselheiros questionaram quem autoriza o evento, e pedem para que as solicitações sejam encaminhadas para análise deste conselho. Letícia se prontificou a pesquisar a origem da autorização e solicitar que os eventos em espaços tombados ou inventariados passem por análise do conselho.

Itens 1 e 3 da pauta: Of. 118/14/SMTC/GRVF/TAF – 2º Arraiá na Praça (28 e 29 de junho); OF/CAAPC 002/2014 - Poços Classic Car. Discussões: 1 - Letícia Loiola apresentou a solicitação para o evento junto com o croqui de montagem das estruturas. O evento conta com palco e barraquinhas, contudo as estruturas ocupam apenas o asfalto. Após análise do croqui enviado, o conselho não se opõe a realização do evento na área envoltória ao Parque José Affonso Junqueira. 3 - Os organizadores do evento enviaram uma solicitação pedindo para que as barracas fiquem nas calçadas do Parque. Após discussão o conselho se opõe a tal solicitação, uma vez que, para todos os eventos é solicitado que não se ocupe as alamedas nem o gramado, e sim, somente o asfalto prevenindo danos ao piso e interrupção da passagem de pessoa pelo parque. O conselho discutiu sobre a possibilidade de no próximo ano não permitir a colocação dos carros no gramado do parque. Maria Carolina ressalvou que o conselho está incoerente em suas discussões, pois, proíbe a colocação de

barracas nas alamedas ou gramado, mas permite colocação de carros. Carmem Arantes sugere novamente que para os próximos anos seja criado um circuito, em parte da área central, proporcionando um agradável passeio pelo centro histórico e contemplando os carros antigos expostos.

93ª reunião ordinária: 10/07/2014

Comunicações dos conselheiros: Rodrigo destaca a importância do evento Poços Classic Car para o desenvolvimento econômico da cidade, trazendo uma otimização das vendas na área central. O conselheiro André Dourador apresentou uma solicitação da Rede Globo para que se autorize as gravações da novela das 19:00 horas no interior do edifício das Thermas Antônio Carlos. O conselho não se opões a solicitação.

Item 4 da pauta: Of. 002/2014 – Clube do Fusca de Poços de Caldas – Encontro de Fuscas e Derivados. Discussões: Letícia apresentou a solicitação encaminhada pelo Clube do Fusca para ocupar o Parque José Affonso Junqueira, nos dias 11, 12,13 14 e 15 de Setembro. O Conselho analisou o croqui de implantação e não se opôs a realização do evento, contudo, deverá ser encaminhado a Divisão de Patrimônio Construído e Tombamento um arquivo fotográfico com análise do Parque, que será comparado com visita técnica posterior a realização do evento.

95ª reunião extraordinária: 21/08/2014

Item 3 da pauta: Of. 007/2014 – 12º Blue Cloud – Encontro Nacional dos Veículos DKW – VEMAG. Discussões: O conselho não se opôs a realização do evento, considerando que haverá vistoria posterior à realização do evento para averiguar qualquer dano, que ficará sob responsabilidade do organizador. Os conselheiros solicitaram urgência na apresentação de diretrizes para ocupação do Parque José Affonso Junqueira e que todos os eventos em bens tombados, sendo eles públicos ou privados devem passar por autorização do CONDEPHACT. Carmem Greice informou sua preocupação com a passagem de carros sobre o sistema de irrigação dos canteiros.

107ª reunião ordinária: 02/07/2015

Itens 2 e 3 da pauta: Prot. 30701-214-2015 Clube do Automóvel Antigo de Poços de Caldas - Evento VIII Poços Classic Car, dias 14,15 e 16 de agosto; Solicitação de ocupação no PJAJ para o vento Noivas Festas & Eventos, de 31 de julho a 02 de agosto. Discussões: a discussão foi encaminhada para o Prot. 30701-214-2015 - Clube do Automóvel Antigo de Poços de Caldas - Evento VII Poços Classic Car a ser realizado nos dias 14,15 e 16 de agosto e sobre a ocupação do PJAJ para o evento Noivas Festas & Eventos a ser realizado no dia 31 de julho a 02 de agosto. Após a participação coletiva de todos os conselheiros que mediaram a questão relembrando as principais normas de preservação do Parque José Afonso Junqueira para a realização desses eventos, e onde questões essenciais foram tecidas neste momento, como por exemplo, a valorização paisagem cultural do PJAJ sempre enaltecida pela realização desses eventos e também uma possível campanha de preservação em relação aos arbustos que atualmente tem sido danificados por vários cachorros (tanto os de rua quanto os que possuem os seus donos), este conselho decidiu por unanimidade: aprovar a realização dos eventos citados acima e solicitar às associações protetoras dos animais uma parceria para uma futura campanha de conscientização dos jardins da nossa cidade.

108ª reunião ordinária: 06/08/2015

A reunião foi aberta pelo Presidente Ralf Matavelli que cedeu à conselheira Maria Helena de Oliveira alguns minutos para a sua comunicação a respeito da situação em que se encontra atualmente o PJAJ, tombado pelo CONDEPHACT-PC e pelo IEPHA/MG. A conselheira apresentou-nos 51 fotografias decorrentes de sua visita de campo a que se dispôs a realizar durante os últimos dois meses contados desta data. No geral, as fotografias apresentavam imagens de vandalismo, pichações nas Thermas, tinta guache espalhada no piso e problemas no paisagismo do parque, ou seja, ocorrências que já haviam sido levantadas em outras ocasiões por este conselho. Por isto neste sentido, vários conselheiros mais uma vez se mostraram indignados com estas situações que a longo prazo poderão contribuir decisivamente para uma total descaracterização

do parque. Com relação às questões referentes ao paisagismo, a conselheira Regina Vilela explicou-nos que o projeto de recuperação da vegetação que foi pedido junto à Caixa Econômica Federal em 2014 só foi parado pois a empreiteira não estava respeitando o projeto original. A conselheira lembrou a importância do sistema de irrigação e o plantio de grama e hera em volta das fontes. O presidente Ralf Matavelli sugeriu então que este conselho escrevesse uma carta ao prefeito municipal relatando a gravidade dessas questões que rotineiramente vem acontecendo no PJAJ e que como medida preventiva ou de conscientização fosse colocado de placas informativas no local. Já o conselheiro Antônio Carlos Rodrigues Lorette reforçou que além desta medida seria fundamental que os guardas-municipais fossem orientados para o trabalho específico de zelar pelos jardins históricos da nossa cidade, sendo apoiado pela conselheira Sônia M. Sanches que sugeriu um curso de educação patrimonial em âmbito municipal. Já a conselheira Maria Helena de Oliveira sugeriu que este conselho enviasse um ofício para a o Sindicato dos Hotéis pedindo colaboração na conservação do piso visto que as atividades de recreação que acontecem no lugar são provenientes daqueles hotéis que prestam este serviço. Finalizando esta discussão, de igual forma todos concordaram com a conselheira Regina Vilela que pediu apoio do Museu Histórico e Geográfico da cidade, além de parceiras com o atelier de artes da Ziriguidum, sugerido pelo presidente Ralf Matavelli e as sugestões do conselheiro Antônio Carlos Rodrigues Lorette de anexar as fotografias, a carta ao prefeito e esta ata ao dossiê de tombamento do PJAJ.

109ª reunião ordinária: 20/08/2015

Itens 3 e 4 da pauta: Prot. 40722-063/2015 - Solicitação de utilização do PJAJ para o Encontro de Rebaixados em 13 de setembro - Lucas Souza de Almeida; Prot. 0041047-063/2015 - Solicitação de utilização do PJAJ para o 13° Blue Cloud Encontro Nacional de Veículos de DKW - Vemag. Discussões: A reunião foi aberta pelo Presidente Ralf Matavelli que sugeriu o início das discussões pelo protocolo 4 - Solicitação de utilização do PJAJ para o 13° Cloud Encontro Nacional de Veículos DKW para que o se Eduardo Henrique Alvisi pudesse ser liberado após a sua explanação. Sem objeção por parte dos conselheiros o sr. Eduardo H. Alvisi foi convidado para entrar na sala de reuniões onde fez uso da

palavra para apresentar a proposta do evento citado acima. Durante a sua fala, o convidado afirmou que se comprometeria com a conservação e preservação do PJAJ durante o período de realização do evento. Para isto citou alguns exemplos que na sua opinião, deixaram um aspecto negativo por parte de alguns participantes do Poços Classic Car, como o churrasco realizado no parque. Foi então que o presidente Ralf Matavelli insistiu na criação das regras de uso daquele espaço citando como exemplo a delimitação dos canteiros para eventos deste tipo. Apesar das situações levantadas pelo convidado, pelo presidente e pelo conselheiro Haroldo Gessoni, a conselheira Letícia lembrou que após vistoria ao Poços Classic Car não foi constatado nenhum dano ao PJAJ e que seria necessária uma reunião para pensarmos a situação das tendas nestes tipos de eventos. Durante este tema, o conselheiro Antônio Carlos Rodrigues Lorette insistiu na criação das regras de preservação para o parque sendo apoiado pelo conselheiro Carlos Alberto Batesini que destacou o cuidado deficitário da prefeitura com este lugar. Após ouvir os argumentos dos conselheiros, o se Eduardo Alvisi encerrou a apresentação da sua proposta dizendo que se comprometeria com a conservação do PJAJ e que os carros não seriam colocados no gramado, apenas no asfalto ao redor da praça. Após a saída do convidado da sala de reuniões, a conselheira Letícia Loiola lembrou que o solarium foi irrigado pelos organizadores do Poços Classic Car como medida de preservação do gramado após a realização do evento, e que este exemplo deveria ser seguido como uma regra para os solicitantes deste espaço. Neste momento, o conselheiro Haroldo Gessoni falou sobre o excesso do uso do PJAJ trazendo como exemplo algumas situações que aconteciam na praça do museu e se mostrou contra a realização destes eventos no PJAJ. Por sua vez, o conselheiro Fábio Bressane disse que para evitar estes problemas, este conselho deveria normatizar o uso do PJAJ, fala complementada pela conselheira Letícia Loiola que sugeriu a demarcação com faixas para os locais destinados a ocupação dos carros. Algumas situações de desrespeito com o parque foram levantadas, momento em que o conselheiro Carlos A. Batesini lembrou a venda de automóveis que ocorreu durante a última edição do Poços Clasic Car. Foi então que a conselheira Jussara M. O. Marrichi falou sobre a desagradável situação que presenciou sobre os bancos da praça que foram retirados do seu lugar e colocados no gramado para atender alguns grupos específicos que participavam do evento. O conselheiro Antônio Carlos Lorette

disse que aquela foi uma situação que chocou a todos que passeavam pelo evento, sendo uma agressão à todo poçoscaldense. Em seguida, o conselheiro José Carlos de Souza insistiu na criação das regras de uso do parque dizendo que já estava se tornando desgastante passar mais da metade de cada reunião deste conselho discutindo essas questões. Foi então que o conselheiro Fábio Bressane sugeriu que primeiro se fizesse uma normativa do uso do PJAJ para somente após colocá-la em discussão e aprovação por parte deste conselho. O conselheiro Haroldo Paes Gessoni lembrou o tempo em que o uso do parque era mais restrito e por sua vez mais bonito esteticamente. O conselheiro Fábio Bressane sugeriu o ofício ao prefeito relatando todas essas dificuldades e pedindo ajuda da guarda-municipal, sendo lembrado pela conselheira Letícia Loiola que este ofício já estava sendo preparado. Seguindo para o fim desta discussão, a conselheira Letícia Loiola se mostrou à disposição para entregar na próxima reunião o manual de uso de ocupação do PJAJ já existente para avaliação e sugestões de todo o conselho na próxima reunião para que pudéssemos encerrar estas pendências em relação à realização de eventos neste lugar. Ao final desta discussão, o conselho não se opôs à realização do evento desde que os carros ficassem expostos somente no asfalto. Em seguida o presidente Ralf Matavelli passou para o protocolo 3 - Solicitação de utilização do PJAJ para o Encontro de Rebaixados em 13 de setembro. O presidente destacou que tal evento talvez não se adequasse à proposta do uso e ocupação do PJAJ por não possuir um caráter histórico condizente com o contexto daquele conjunto urbanístico. O conselheiro Fábio Bressane sugeriu que o conselho liberasse somente o asfalto para a realização do mesmo. O presidente Ralf Matavelli também sugeriu a proibição do comércio de carros no local e um horário pré-definido para a entrada e saída dos mesmos durante o evento, sendo apoiado pelo conselheiro Guilherme Quinteiro. Alguns conselheiros, entre eles, Fábio Bressane, Laila Nader Mendes, Jussara M. Oliveira Marrichi, José Carlos de Souza, Ricardo Luiz Batista, Antônio Carlos Rodrigues Lorette se pronunciaram dizendo que o evento deveria ser liberado, pois se liberamos para um, seria justo que assim o fizéssemos para outras solicitações do mesmo tipo, desde que respeitadas as regras básicas de uso e ocupação do PJAJ. Foi então que a conselheira Letícia Loiola sugeriu pensarmos num calendário de eventos para o PJAJ com edital anual, sendo apoiada pelo conselheiro Haroldo Paes Gessoni que sugeriu então datas pré-definidas para a utilização do espaço para

evitarmos mais esta discussão. Por fim, este conselho, após variadas discussões, não se opôs à realização do Encontro de Rebaixados em 13 de setembro desde que a exposição ocorresse somente no asfalto do PJAJ.

112ª reunião ordinária: 22/10/2015

Itens 3, 4 e 5 da pauta: Diretrizes de ocupação do Parque José Afonso Junqueira; Evento Sacode a praça no Sesi - 07 de novembro; Evento XVIII Congresso das Associações Comerciais e Empresariais de Minas Gerais - 29 de outubro a 1 de novembro. Discussões: No item, "Diretrizes de ocupação do Parque José Afonso Junqueira", decidiu-se que esta questão seria debatida em outra reunião por conta do tempo e de assuntos que precisavam ser resolvidos ainda nesta data, por isto, com relação aos eventos "Sacode a Praça no Sesi" e "XVIII Congresso das Associações Comerciais e Empresariais de Minas Gerais", este conselho decidiu por unanimidade que não dará mais nenhum parecer sobre a realização de eventos no Parque José Afonso Junqueira até que as diretrizes de ocupação do mesmo sejam regulamentadas pela administração municipal, ficando sob a responsabilidade da Secretaria de Turismo o acompanhamento com as medidas de proteção e conservação dos eventos que ali forem realizados.

113ª reunião ordinária: 19/11/2015

Item 3 da pauta: Of. Gab. n° 88/2015 - Câmara Municipal - Solicitação de providências quanto à manutenção do Parque José Affonso Junqueira. Discussões: A reunião começou com a recorrente discussão acerca do uso e ocupação do PJAJ. Várias opiniões foram apresentadas sobre a melhor forma de se pensar sobre a questão. O conselheiro Haroldo sugeriu normativas em forma de lei ou decreto, Letícia sugeriu a criação de um edital para uso e ocupação do espaço, além de lembrar a importância da participação do secretário de Turismo Geraldo Rômulo Vilella em uma de nossas reuniões e a importância da presença da conselheira Regina Célia Freitas Vilella nesta reunião. Várias sugestões foram ouvidas, desde a preocupação do conselheiro Lorette quanto ao uso inicial do parque e questões ligadas à sua preservação até alguns exemplos da conselheira Letícia sobre a cobrança do IEPHA sobre planos de preservação para bens tombados. Em seguida, o presidente Ralf ainda

sugeriu que existem outros espaços que podem ser utilizados para a realização de eventos turísticos na cidade, como o casarão do Country Club por exemplo.

Diante do assunto inicial, o presidente Ralf sugeriu que começássemos as discussões pelo item 3. Of. Gab n° 88/2015 - Câmara Municipal - Solicitação de providências quanto à manutenção do Parque José Affonso Junqueira, momento em que a conselheira Sônia fez a leitura da carta do vereador Sansão que se mostrava preocupado com a atual situação de degradação do parque lembrando tempos passados quando o mesmo era motivo de orgulho da cidade enquanto cartão postal. Após esta leitura, a conselheira Letícia fez a leitura das diretrizes sugeridas pela Secretaria de Turismo para o PJAJ. Assim, deu-se início a novos argumentos e questionamentos que falavam sobre o tempo mínimo de agendamento de eventos, da cobrança de taxas pelo uso do parque para beneficiar o município, do direcionamento desta verba e por fim, do quão mal cuidado atualmente o parque se apresenta. A conselheira Lícia sugeriu que uma lei para cobrança do espaço fosse pensada pelo próprio vereador que se mostrou descontente com a situação. Algumas opiniões sobre a convivência coletiva e social que hoje é possível nos canteiros do parque foram levantadas, não só para o bem da coletividade, como também, para o mal uso que tem ocasionado esta degradação e estas questões. O conselheiro Lorette insistiu que o parque na sua concepção não foi feito para virar palco de eventos e que não seria função deste conselho dar uma nova condição de uso para o mesmo. O conselheiro José Carlos chamou a atenção para a incoerência dos assuntos, uma vez que a carta do vereador não mencionou o uso do parque e as diretrizes apresentadas pelo secretário de turismo já estavam encaminhadas neste sentido, pois em sua opinião o uso e ocupação do PJAJ já teria que ter sido pensada no legislativo, ou no mínimo dali já ter saído uma comissão para avaliar essas novas diretrizes do parque. A conselheira Letícia ponderou entretanto, sobre a importância do posicionamento deste conselho que deve ser levada em consideração. Após repetidos argumentos, a conselheira Jussara sugeriu que antes de qualquer resposta deveríamos fazer uma revisão de literatura sobre a atual legislação patrimonial que regulamenta o uso e ocupação de parques e jardins históricos em nosso país. Na sua opinião, esta atitude seria o caminho mais sensato antes de qualquer decisão imediata. Logo após, a conselheira Sônia apresentou o trabalho de mestrado do arquiteto Carlos Pozzer fazendo uma leitura da passagem que citava o projeto original do parque. Por fim, todos

concordaram que diante da séria questão, este conselho faria esta revisão de literatura acerca dos usos e ocupação de parques e jardins históricos do nosso país para formalizar uma resposta atual e próxima da realidade para cidades que vivem do turismo. Decidiu-se também que enviaríamos um ofício para a secretaria de turismo pedindo a reconstrução imediata dos pergolados que foram destruídos por causa de um raio que caiu nas árvores adjacentes.

114ª reunião ordinária: 10/12/2015

Item 1 da pauta: O. Gab. Nº 88/2015 - Câmara Municipal - Solicitação de providências quanto à manutenção do Parque José Affonso Junqueira. Discussões:

início à discussão do item 1 - Solicitação de providências quanto à manutenção do Parque José Affonso Junqueira. O conselheiro Fábio opinou sobre a dificuldade da retirada de todos os eventos do PJAJ, ponderando que o ideal seria um controle mais rígido acerca de novos eventos. Neste momento, antes do início da discussão, a conselheira Jussara leu a carta com a justificativa técnica que trazia uma atualização das leis de preservação de jardins e parques históricos para ser entregue ao secretário de Turismo Geraldo Rômulo Villela Filho, carta esta que segue anexada ao final desta ata por sugestão do conselherio Lorette. Após a leitura, o secretário de Turismo disse que foram gastos R$100.00,00 em obras de paisagismo, reconstrução de chafarizes e fontes durante todo o ano de 2015, que a secretaria de Turismo não descuidou do parque, até porque em sua opinião, a Sinfonia das Águas é muito mais impactante do que os eventos com os carros que acontecem nos gramados. O secretário pediu ao conselho uma interpretação mais cuidadosa em relação a esses eventos, sugerindo a participação também do secretário de serviços públicos e do secretário de parques e jardins numa próxima reunião. Disse que da parte da secretaria de Turismo, fiscalizações são feitas antes e após os eventos, sendo esta uma condição da realização dos mesmos. Deixou claro que a sua preocupação também é com o turismo na cidade e com o parque José Affonso Junqueira. Disse que a vinda de eventos nacionais como o Mega Cycle e o Classic Car são discutidos e concorridos nacionalmente e que os mesmos são importantes para a cidade, afinal, lembrou o secretário, o turismo é uma distribuição de renda que gera receitas desde o pipoqueiro até o dono de hotel. Por isto, aproveitou a oportunidade para pedir ajuda a este conselho para criar e pensar a regulamentação do PJAJ e frisou que ia pedir novamente à conselheira Regina as suas recomendações sobre a preservação dos gramados. O presidente Ralf mais uma vez lembrou a sua preocupação com eventos específicos e o uso constante de todos os finais de semana, deixando claro que sabe sobre a condição do parque de ser um dos locais turísticos mais visitado da cidade. Neste momento, o secretário lembrou que ao longo dos anos anteriores não houve uma manutenção adequada no PJAJ e o uso indiscriminado de skates, bicicletas e até os próprios cachorros contribuíram para a sua descaracterização. A conselheira Fátima ponderou que o parque foi construído para o lazer e que com o uso excessivo ele estava perdendo a função de descanso. Corroborando com as opiniões, o presidente sugeriu a criação de um cronograma anual de eventos. Já o conselheiro Lorette lembrou que na sua origem o parque não foi construído para ser palco de eventos e que os mesmos estavam bloqueando a questão contemplativa e estética do parque. Lembrou eventos agressivos como a Assemae e a Sinfônia da Águas e perguntou: "como regular esses eventos? Como medir o valor de cada um? Por que usar somente o parque para tais acontecimentos?" Foi então que o secretário respondeu que o uso provém da sua condição de ser central e o conselheiro André completou dizendo

que nas solicitações os organizadores alegam que o apelo visual que o PJAJ possui é o principal motivo para estas escolhas. Em seguida o presidente reforçou que este conselho vem estudando normativas de outros lugares para dar uma resposta baseada em lugares que conseguiram vencer este desafio e apoiado pela opinião do conselheiro Lorette reforçou a possibilidade de se usar o Country Club para exposições e eventos. Já o conselheiro Fábio sugeriu a permissão de eventos que já vem acontecendo a alguns anos e uma rigidez maior paa novos eventos. O secretário lembrou então que são quatro sinfonias ao ano, o Classic Car, o encontro de DKW e o Arraiá na praça. A conselheira Lícia sugeriu ocupar as ruas ao redor do parque e Lorette insistiu na procura de novos lugares. O secretário sugeriu pensarmos em um espaçamento entre os eventos e ponderarmos sobre o fato de que qualquer decisão mal estudada poderia prejudicar a cidade e o turismo. Finalizando a discussão o conselheiro Ricardo sugeriu que fizessémos um levantamento destes eventos e que marcassémos outra reunião com o secretário de turismo para enfim decidirmos sobre estas recomendações. E somente após esta etapa encaminharíamos nossas sugestões para o prefeito municipal pedindo então um decreto sobre estas novas regras. O conselheiro Lorette complementou a fala sugerindo a criação de um regulamento com as datas pré-definidas para esses eventos que já acontecem. E por fim, a conselheira Lícia sugeriu a construção de um piso elevado para o gramado para os eventos com os carros.

118ª reunião ordinária: 28/04/2016

Item 5 da pauta: Diretrizes de uso do Parque José Affonso Junqueira (apresentadas, na íntegra, anexas a seguir). Discussões:

propostas para a próxima reunião. Na discussão do item 5 - Diretrizes de uso do parque José Affonso Junqueira, Letícia leu as normativas enviadas pelo secretário de Turismo Geraldo Rômulo Villela Filho e propôs a inclusão da carta lida na 114 ª reunião. O conselheiro Fábio lembrou que inclusive o Poder Público deveria respeitar as diretrizes e lembrou as casas do Natal que ficam no gramado e reforçou a importância de se colcoar em ata que o poder público, pessoa física e jurídica passassem a respeitar as diretrizes do PJAJ. Após a pergunta do conselheiro André sobre a área a ser respeitada, Lorete julgou importante definir o que se entendia pelo perímetro do PJAJ e conselheiro André sugeriu incluir a definição do objeto como "Complexo Hidrotermal" conforme já consta no Dossiê do Tombamento. Assim, todos concordaram em definir o objeto "Complexo Hidrotermal" nas Diretrizes do PJAJ. Ao final das discussões, o conselho aprovou o modelo de Diretrizes de uso do Parque José Affonso Junqueira encaminhadas pela Secretaria de Turismo de Poços de Caldas como normativa a ser seguida para os eventos no local, entretanto, solicitou que fossem incluídas as seguintes recomendações acima no texto de diretrizes e anexados os tópicos abaixo, conforme leitura da carta de preservação para jardins históricos lida na 114 ª Reunião Ordinária do CONDEPHACT em 10/12/2015: capacitação da mão de obra, em todos os níveis, programas contínuos de educação patrimonial que devem fazer parte de todas as ações empreendidas, criteriosa programação das atividades de lazer e recreação, reintrodução das espécies tradicionais durante a restauração dos jardins, devendo ser recuperados todos os elementos da época, inclusive os florísticos, reconhecimento da importância do levantamento topográfico e botânico como documento do jardim, controle de veículos, avaliação da capacidade de carga com o objetivo de evitar usos excessivos e danosos ao patrimônio neles protegidos, manutenção da qualidade da água e de outros elementos físicos e naturais, serviços especializados de guarda, vigilância e segurança, maior compartilhamento, no processo de gestão, com diferentes agentes e instituições, quando

possível, deverão ser desenvolvidos no PJAJ, programas de manejo cultural e ambiental, de proteção, de recuperação de áreas degradadas, de uso público, de interpretação ambiental e cultural, de educação ambiental e patrimonial, de recreação e lazer, de divulgação dos valores do sítio, de turismo cultural e ecológico, de pesquisa científica, de acervo museológico, de publicações, de apoio à formação e aperfeiçoamento de recursos humanos e de destinação de recursos financeiros. Ainda

121ª reunião ordinária: 07/07/2016

Item 2 da pauta: Prot. 0030292 e Of. 12/2016 - Poços Classic Car 2016. Discussões:

da reunião pelo presidente, o secretário de turismo, Geraldo Rômulo Vilela Filho pediu a palavra para se pronunciar em relação aos eventos que acontecerão no segundo semestre deste ano, inclusive o Poços Classic Car, agendado para agosto. Na oportunidade, o secretário solicitou deste conselho consideração em relação a última votação a respeito das novas diretrizes do PJAJ. Explicou-nos dos transtornos que poderiam ser causados a esses eventos uma vez que os mesmos já haviam sido agendados há um ano e que ele

entendia as prerrogativas das diretrizes, no entanto, gostaria que o conselho desse um voto de confiança à Secretaria de Turismo pois ele estava se comprometendo a investir mais de 40 mil reais no replantio das espécies verdes do parque. Por fim, o secretário afirmou que para o ano de 2017 ele se comprometeria para que todas as demandas com relação às diretrizes do PJAJ fossem atendidas. Em seguida, despediu-se da reunião, ausentando-se do local. Na sequência o conselheiro André se pronunciou a respeito do evento dos carros rebaixados pedindo a palavra, no entanto, o presidente sugeriu que continuássemos na discussão do PJAJ passando para o final da reunião a comunicação do conselheiro. Assim, logo em seguida, a conselheira Letícia sugeriu a leitura do ofício do presidente do Poços Classic Car dando início à discussão pelo protocolo 2. Após a leitura do ofício pela secretária, a conselheira Letícia apresentou a planta apresentada pelos organizadores com a disposição dos carros no parque explicando que para o evento deste ano a previsão era de expor aproximadamente 180 carros antigos em cima do gramado, onde foi solicitada uma nova área ao lado do Palace Hotel. A conselheira Sônia se manifestou perguntando se haveria contrapartida por parte dos organizadores e a conselheira Laila explicou que não haveria como pedi-la uma vez que não existe esse direito garantido por lei. Com relação à carta-ofício do Poços Classic Car, a conselheira Maria Helena se manifestou dizendo ser muito vaga a frase onde se lê que os organizadores fazem o controle das áreas verdes do PJAJ. Após algumas opiniões, o presidente sugeriu abrir a votação com relação ao pedido do secretário de turismo e ao ofício encaminhado. Abriu-se as seguintes alternativas: 1 - permitir a realização do Poços Classic Car pelo ato extraordinário das questões levantadas acima em consideração aos argumentos apresentados pelo secretário de Turismo e carta-ofício, sem permissão da área solicitada na planta ao lado do Palace Hotel, que nunca foi utilizada nos eventos anteriores. Ainda neste item, incluindo a ressalva que para o ano de 2017 os organizadores sejam avisados previamente e respeitem as novas diretrizes do PJAJ. 2 - Atender de imediato as normativas do CONDEPHACT adequando-se a elas desde já. Após aberta a votação por entidade, o resultado final foi sim por unanimidade no item 1, ou seja, que este conselho permitiria a realização do evento para este ano sem permissão da área sugerida na planta que nunca foi utilizada nos anteriores e com a ressalva que para 2017 o Poços Classic Car atenda as novas diretrizes

do PJAJ. Assim, após votação e após consenso geral, a conselheira Laila sugeriu que ao final desta reunião já enviássemos um ofício ao executivo solicitando decreto municipal com as novas diretrizes do PJAJ para o ano de 2017 e o conselheiro André complementou dizendo que assim seria um boa forma de comunicar todas as outras secretarias sobre a área do PJAJ deixando claro que ele seria gerido pela Secretaria de Turismo. Dando sequência ao assunto do mesmo interesse, o conselheiro André fez a sua comunicação sobre o evento dos carros rebaixados, cujos organizadores pediram o uso do largo de asfalto onde é feita a Sinfonia das Águas, comprometendo-se à não utilização de som mecânico. Após explicações dadas, o conselho decidiu que eventos no largo (asfalto) não precisariam mais passar pelas reuniões do CONDEPHACT desde que analisados previamente pela Secretaria de Turismo e com termo de compromisso das regras de utilização do espaço assinado. Desta forma, aprovou-se o evento dos carros rebaixados.

128ª reunião extraordinária: 01/12/2016

Discussões: Com relação ao Parque José Affonso Junqueira, o presidente insistiu que é urgente a criação de um regulamento para seu uso, estipulando um calendário anual de eventos, única maneira de conter o uso massificado do local garantindo assim a sua conservação. [...] Também neste momento, a conselheira (Letícia) reforçou a necessidade de todos os eventos que forem realizados no PJAJ passarem pela Secretaria de Turismo, Comunicação e CONDEPHACT. [...] Já no assunto dos carrinhos de lanche do PJAJ (Parque José Affonso Junqueira), o presidente disse que estão fazendo um vagão fixo no local e o conselheiro Arthur sugeriu que se elaborasse um projeto de melhoria na área.

129ª reunião extraordinária: 15/12/2016

Item 1 da pauta: Carrinhos de lanche na Praça Pedro Sanches. Discussões: 1- Diante da construção de um carrinho de lanches em alvenaria em frente à Praça Pedro Sanches, a conselheira Letícia disse que já havia conversado com o fiscal Flávio Ortega da Secretaria de Serviços Públicos, sobre os procedimentos de regulação da área em questão, e aparentemente a secretaria dá uma autorização aos proprietários dos carrinhos, porém sem nenhuma lei específica para estes, recaindo sobre a legislação para ambulantes. Assim foi solicitado pelos conselheiros o encaminhamento de um ofício as secretarias competentes para dar um parecer sobre a atual situação dos carrinhos de lanche e a partir daí o conselho poderá encontrar alternativas para melhorar a ambiência da área afetada por estes, que acabam por causar um grande impacto visual no mais

importante bem protegido de Poços de Caldas, o Parque José Affonso Junqueira. O presidente ponderou que para a área seria interessante abrir um concurso de projetos que levasse em consideração a visualização do rio, estabelecimento de áreas de mesas e adequadas instalações elétricas e sanitárias.

134ª reunião ordinária: 22/06/2017

Itens 5 da pauta: Solicitação para uso do Parque José Affonso Junqueira para o evento Noivas Festas e Eventos. Discussões: 5- Os conselheiros analisaram o layout apresentado e foram favoráveis ao evento considerando que a proposta não contraria as diretrizes estabelecidas pelo conselho, uma vez que não ocupa os canteiros, não será montada nenhuma infraestrutura em cima do Parque José Affonso Junqueira e os carros que irão subir nas alamedas são em número restrito a apenas dois.

135ª reunião ordinária: 06/07/2017

Item 4 da pauta: Pedido de autorização para realização do evento 15º Blue Cloud no Parque José Affonso Junqueira. Discussões: 4- Letícia explicou que a proposta para o evento seguiu as diretrizes elaboradas pelo conselho para os eventos no Parque José Affonso Junqueira, no entanto não seria executada a proteção da grama nos solários, como solicitado no documento. O evento teria duração de 5 dias e os conselheiros questionaram sobre o pisoamento da grama e o quão prejudicial isso seria. Yuri sugeriu que, se o evento não segue as diretrizes, que não seja aprovado. Letícia comentou que, eventos em áreas tombadas pelo estado, deveriam ser aprovados pelo IEPHA, e questionou se o conselho não deveria começar a encaminhar essas solicitações diretamente ao órgão, a fim de evitar que o conselho seja responsabilizado por eventuais problemas. Ralf sugeriu que as diretrizes elaboradas pelo conselho sejam encaminhadas também ao IEPHA. [...] Assim o conselho decidiu que as solicitações de eventos em áreas tombadas serão encaminhadas ao órgão responsável (IEPHA), juntamente com a posição do conselho a seu respeito, no caso, as diretrizes elaboradas pelo conselho para o Parque José Affonso Junqueira.

136ª reunião ordinária: 26/07/2017

Item 3 da pauta: Prot. Poços Classic Car no Parque José Affonso Junqueira. Discussões:

Passando ao item 3, Ralf explicou que no ano passado foram elaboradas pelo conselho diretrizes para realização de eventos sobre o Parque José Affonso Junqueira, no entanto, dois grandes eventos anuais não se adequam a essas diretrizes, que seriam a Sinfonia das Águas e o Poços Classic Car. Este último apresentou ao conselho um mapa com a disposição pretendida dos carros, o qual não segue as diretrizes do conselho. Ralf informou que foi ao parque com o mapa em mãos para tentar avaliar quais possibilidades de disposição existem e por fim chegou a um layout com 55 a menos que o proposto por eles. Também manifestou sua opinião de que é melhor que o conselho encontre uma forma de o evento se adequar, que eles começarem a realizar eventos sem se quer consultar o conselho. Jussara comentou que, ao seu ver, as atividades dos usuários são mais prejudiciais que os carros em si, como quando retiram bancos dos lugares e fazem churrasco na grama, assim comentou que deveria ser estipuladas normas de uso como por exemplo proibir que sejam retirados os bancos do lugar. Flávio tomou a palavra pra falar que o evento realmente é muito grande e tem se tornado de grande importância para o turismo e que, por esse motivo, o Município tem estado refém deste, por ser um evento particular, que usa de um espaço público, mas que por sua importância, o Município não consegue barrar. Completou ainda informando que a posição do Secretário de Serviços Públicos é contra o evento, por causa do uso da grama, sendo encargo desta secretaria a manutenção dos jardins, é esta que acaba sendo cobrada quando os gramados são danificados e sua verba não é suficiente para essa troca constante de gramado, que acaba sendo necessária após esses eventos. Por fim Flávio questionou qual a contrapartida do evento para o Município, sobre o que Letícia respondeu que a Secretaria de Turismo solicitou material para impermeabilização e pintura da fonte luminosa do parque. Flávio questionou se não haveria possibilidade de uma contrapartida direta para a Secretaria de Serviços Públicos. Jussara comentou se não seria o caso de limitar o número de carros para que não aumente todo ano. Letícia comentou que deveria ser imposto pelo menos que sigam o layout que o Ralf propôs, mas que não poderiam ficar sendo abertas exceções para este ou aquele evento, seria mais sensato delimitar um porte máximo de evento, abaixo disso todos seguiriam as diretrizes, acima disso teria de ser analisado e aprovado pelo conselho, no entanto isso demandaria uma deliberação mais minuciosa do conselho com revisão das diretrizes, e que para esse evento era necessária uma resposta imediata. Letícia comentou o grande impacto visual que as tendas instaladas causam na alameda, onde é colocada a área de alimentação, e da danificação do piso pela gordura, e questiona se o conselho não deveria solicitar a retirada das tendas e proteção do piso. Os conselheiros ponderaram então sobre pedir uma contrapartida maior, em área de grama a ser paga pelo evento à prefeitura. Assim ficou decidido que o evento deve seguir o layout elaborado por Ralf e que dê uma contrapartida de 50% da área de grama utilizada pelo evento, além de que seja feita uma proteção do piso nas áreas de praça de alimentação e não sejam instaladas tendas, a não ser em caso de chuva. Nada mais havendo a tratar,

137ª reunião ordinária: 09/08/2017

Itens 2 da pauta: Of.094/SMT/RFO/CC/17 - Resposta ao ofício emitido ao Poços Classic Car. Discussões:

2 e o presidente Ralf comentou que, em visita ao evento, observou que o que mais prejudica o Parque José Affonso Junqueira, em relação ao evento em questão, não são os carros sobre a grama, mas sim os usos realizados no decorrer do evento. Fernanda ressaltou que a gestão entre as secretarias parece estar desorganizada e que é necessário que haja diálogo entre as secretarias envolvidas. Sugeriu que se realize uma reunião com os organizadores, secretarias envolvidas e governo para das um feedback do evento, expondo os problemas encontrados, de forma a decidir como proceder nos próximos. A conselheira Letícia leu o ofício encaminhado pela Secretaria de Turismo, que explica as contrapartidas firmadas entre os organizadores e a Prefeitura, que foram a doação de tintas para manutenção do pergolado e fonte luminosa, que seria executada pela Secretaria de Turismo. Maria Helena sugeriu que fosse cobrado do prefeito uma recuperação imediata do parque após o evento. Lorette disse que enquanto não houver uma postura mais radical a fim de preservar o parque qualquer gestão será em vão, e que ao liberar um evento abre-se precedência para tantos outros. Neste momento Ralf colocou que não existem outros eventos do porte do Poços Classic Car e o desafio do conselho seria fazer valer as diretrizes. Fernanda colocou que se o evento não cumpriu as diretrizes estes devem ser notificados e que deveriam estabelecer preços de utilização do espaço público junto a uma caução. Sônia concorda e coloca a urgência em se utilizar o Country Club e Parque Municipal como espaço para receber estes eventos. A conselheira Letícia alerta sobre o pedido do IEPHA uma vez que pede ao poder executivo que informe qualquer intervenção ou ocupação em bens tombados pelo estado. Lorette teme que a responsabilidade passe ao conselho municipal. Outro item levantado foi que muitos outros eventos acontecem na área tombada sem passar pelo conselho, e que este assunto deveria ser regulado pelo poder executivo. Assim foi encerrada a reunião para que os conselheiros pudessem ir à audiência pública na Câmara sobre eventos no município e levar as questões levantadas em reunião. Nada mais

139ª reunião ordinária: 06/09/2017

Item 2 da pauta: Análise de pedido para autorização de evento no Parque José Affonso Junqueira. Discussões: Se discutiu o pedido de autorização do evento Dentistas do Bem no Parque José Affonso Junqueira, em que entre as instalações está a colocação de tochas, painéis e letreiros no PJAJ. Ao analisar a proposta foi autorizado desde que as tochas sejam substituídas por lâmpadas, para que não tenhamos riscos de incêndio. O conselheiro Lorette ainda ponderou sobre que a frequência destes eventos acaba por prejudicar a visibilidade da paisagem que esta durante os finais de semana interrompida por tendas e letreiros, trazendo o prejuízo do entendimento da paisagem como ela realmente é. Ainda a conselheira Carolina Caponi reforçou que esses pedidos fossem levados para a análise do IEPHA, para que o conselho não seja comprometido por omissão.

140ª reunião ordinária: 11/10/2017

Item 2 da pauta: Análise d pedido de autorização de evento no Parque José Affonso Junqueira - Festa "Wicked Halloween" Café Concerto. Discussões: O conselho avaliou a proposta e autorizou a realização da Festa "Wicked Halloween", desde que a decoração da mesma seja restrita à edificação do Café

Concerto e que a mesma não descaracterize o imóvel. E também devem ser seguidas as recomendações do IEPHA.

147ª reunião ordinária: 10/05/2018

Item 8 da pauta: Evento 9ª Comemoração da Criação do VW Brasília no Parque José Affonso Junqueira. Discussões: 8- Sobre o pedido da Secretaria de Turismo para realização da 9ª Comemoração da Criação da VW Brasília no Parque José Affonso Junqueira, quando os conselheiros analisaram o layout apresentado em que os organizadores propõem utilização do asfalto e de um dos solários. E que atende as diretrizes estabelecidas pelo conselho em 2016, sendo que deve ser analisado pela Secretaria de Turismo se tal data atende ao espaço de tempo de 21 dias entre os eventos que ocupem o gramado. Mas o conselho ainda ressaltou que o evento deve ser autorizado pelo IEPHA, uma vez que tal instituto ditou diversas regras muito rígidas para o evento de Halloween do Café Concerto em 2017.

149ª reunião ordinária: 13/06/2018

Discussões:

finalizadas. O presidente Ralf pediu que a palavra fosse concedida ao Secretário de Turismo Ricardo, apesar do assunto trazido não estar na pauta prevista, mas que precisaria, juntamente com um representando do Clube do Carro Antigo, falar ao conselho sobre o evento. O secretário Ricardo mencionou que a Prefeitura considera o Poços Classic Car de extrema importância para a cidade e por isso quer que o evento seja realizado com o apoio do CONDEPHACT. Ricardo e Beto, organizador do Poços Classic Car, ressaltaram que não seguiriam as diretrizes de uso do Parque José Afonso Junqueira ditadas pelo conselho, mas que seria oferecida como contrapartida a restauração dos três fontanários que estão parados. As diretrizes que não serão seguidas são as que dizem respeito ao uso da grama para estacionar os carros antigos exibidos e, conforme as diretrizes, o gramado deve ser desocupado em algumas áreas determinadas, para evitar quaisquer danos aos canteiros. O presidente Ralf mencionou que no último evento foi pessoalmente checar as condições do gramado e viu que ao fim do evento não havia nenhum estrago na vegetação ou no piso. A conselheira Letícia lembrou que as diretrizes estabelecidas pelo conselho foram amplamente discutidas em reunião, que não devem ser desrespeitadas e que o conselho não deveria abrir exceções para eventos específicos, e mencionou a resposta dada pelo IEPHA, quando consultado sobre realização do *Halloween* no parque, que disse que os gramados não poderiam ser ocupados. A conselheira Regina mencionou que carros parados em cima dos canteiros não acarretam prejuízos à grama, basta que haja o cuidado de irrigar a vegetação por 15 (quinze) dias alternados após o evento, e que esta seria uma ótima contrapartida a ser oferecida pelo Clube do Carro Antigo. Regina frisou ainda que o conselho deveria lutar para conseguir que o parque possua irrigação constante e a conselheira Letícia lembrou que anteriormente isso foi discutido, mas o DMAE informou que por conta dos carros estacionados sobre a grama nos eventos os irrigadores não poderiam ser instalados. Regina disse que a localização dos irrigadores pode ser revista. O presidente Ralf mencionou que os comerciantes da Rua São Paulo solicitaram que os carros do evento ocupem esta rua, e Beto relatou que a organização teme que o

evento se disperse e ocorram "micro-eventos", o que não é a intenção da organização. O conselheiro Carlos Batesini lembrou que o kartódromo de Poços, que está desativado, poderia ser utilizado para os eventos de carros que ocorrem na cidade, e que a prefeitura poderia solicitar apoio de pilotos famosos para a restauração

150ª reunião ordinária: 20/06/2018

Discussões: Sobre o Poços Classic Car, Letícia mencionou que as diretrizes elaboradas pelo conselho para eventos no parque devem ser revistas. Ralf comentou que o Poços Classic Car tem sido o único evento que não segue as regras estabelecidas. A conselheira Fernanda disse que a contrapartida oferecida pelos organizadores dos eventos é uma obrigação e não uma compensação por não respeitarem o que foi estipulado pelo conselho. O presidente Ralf informou ainda que foi aprovada na Câmara Municipal de Vereadores a Sinfonia das Águas no parque que será realizada no mês de agosto e por conta disso os 21 (vinte e um) dias de intervalo entre os eventos não serão respeitados. Luciana disse então que o conselho deveria enviar ofício à Câmara solicitando a alteração da data do evento, como também informando que qualquer evento que seja realizado no parque deverá ter a anuência do CONDEPHACT.

151ª reunião ordinária: 25/07/2018

itens 9 e 10 da pauta: Situação de gramado após Juho Fest na Praça Pedro Sanches; MI 299/2018/SMT/RFO/RB - Análise do evento "Blue Cloud Encontro Nacional de Veículos DKW Vemag". Discussões:

Então, seguiu-se para o item 9 da pauta, que tratou da situação do gramado após o Julho Fest na Praça Pedro Sanches. O conselheiro Flávio relatou sobre o fato da grama estar bem cuidada antes do evento, dado o trabalho da Secretaria de Serviços Públicos e a Divisão de Parques e Jardins, que efetuam seu trabalho, apesar da falta de alguns materiais e mantém os gramados bonitos. Disse também que o secretário de Serviços Públicos é contra o uso dos gramados para atividades de eventos. Os conselheiros completaram dizendo que o evento deveria ocupar a Rua São Paulo e a frente do Palace Cassino, pois a Praça Pedro Sanches não é para tal finalidade. Os conselheiros acrescentaram também que as passarelas estavam ocupadas pelos brinquedos, então, o público transitava pelo gramado. Os conselheiros se posicionaram contra a atividade de jogar futebol na grama no Julho Fest. O conselheiro Yuri ressaltou a necessidade do CONDEPHACT se posicionar contra os usos públicos e a necessidade de proibição de subir nos monumentos da Praça Pedro Sanches, dado o risco de queda das crianças e os possíveis prejuízos às obras, sendo necessária a inserção de uma placa de advertência no local e fiscalização dos guardas municipais. A conselheira Regina acrescentou dizendo que era necessário a proibição de pisar na grama. No entanto, o conselheiro Flávio lembrou que o estrago do gramado não se dá pelo uso cotidiano da população e sim o uso abusivo dos eventos, que usa o gramado para outras finalidades como atividades recreativas e esportivas encima dos gramados, sendo o caso da proibição do uso do gramado para eventos, inclusive pelas Secretarias Municipais, e a necessidade de mandar um ofício a todas as Secretarias e, ainda, ressaltar que qualquer dano deverá ser sanado. Os conselheiros decidiram por utilizar

toda a normativa e diretrizes do Parque José Affonso Junqueira na Praça Pedro Sanches. Os conselheiros ainda ressaltaram a necessidade que gerar um custo para eventos organizados na cidade, onde os organizadores lucram com o evento e não pagam nada pelo uso das vias públicas. A conselheira Fernanda acrescentou dizendo que a solução seria que para os eventos acontecerem os organizadores pagassem pelo uso do espaço e arcassem com os possíveis danos do local, o que seria uma fonte de recurso para a Prefeitura Municipal. O conselheiro Flávio sugeriu que, já que muitos eventos cobram dos participantes ou utilizam o espaço para ações comerciais, seria justo que se estipulassem uma contrapartida para realização de melhorias nos espaços públicos. Após exposição dos fatos, o conselho decidiu por maioria dos votos pela proibição de eventos na Praça Pedro Sanches, do comércio ambulante, de que subam nos monumentos, de atividades esportivas, como também o uso excessivo no gramado da Praça Pedro Sanches. Sendo assim, os conselheiros decidiram por encaminhamento de ofício à Secretaria Municipal de Defesa Social para fiscalização, e a todas as outras Secretarias para ciência de proibição de eventos. O item 10 tratou da análise do evento "Blue Cloud Encontro Nacional de Veículos DKW Vemag" e, após análise, os conselheiros decidiram que não se opõem ao evento, desde que sigam as diretrizes do CONDEPHACT. Os conselheiros ressaltaram que a mesma posição vale para o evento Poços Classic Car.

158ª reunião ordinária: 13/02/2019

Item 3.2 da pauta: Processo de protocolo 0102227/2019 - Solicitação de instalação de tendas em frente ao Café Concerto para o Carnaval. Parecer: A solicitação foi negada por unanimidade pois devem ser acatadas no local as recomendações do IEPHA que dizem que a instalação de barracas, palcos, arquibancadas, caixas de som, telões e equipamentos em geral deve guardar distância dos bens culturais e da rede elétrica. O conselho também enfatizou o item 8 das diretrizes de uso para eventos no Parque José Affonso Junqueira aprovado pelo Conselho em 2016, que proíbe a instalação de tendas nas alamedas e gramados do parque por impedirem a visibilidade dos bens tombados. Sendo assim, o Conselho encaminhará à Secretaria de Serviços Públicos um ofício em que manifesta sua posição contrária à instalação de tendas nas alamedas e jardins do PJAJ. Também foi levantado pelos conselheiros se é permitido o uso de churrasqueira na área externa do Café Concerto e a conselheira Letícia citou a nota técnica do IEPHA que destaca que "*não é permitido o preparo de alimentos nas alamedas e gramados, bem como o uso de fogões, geladeiras, churrasqueiras e similares dentro do parque*".

159ª reunião ordinária: 21/02/2019

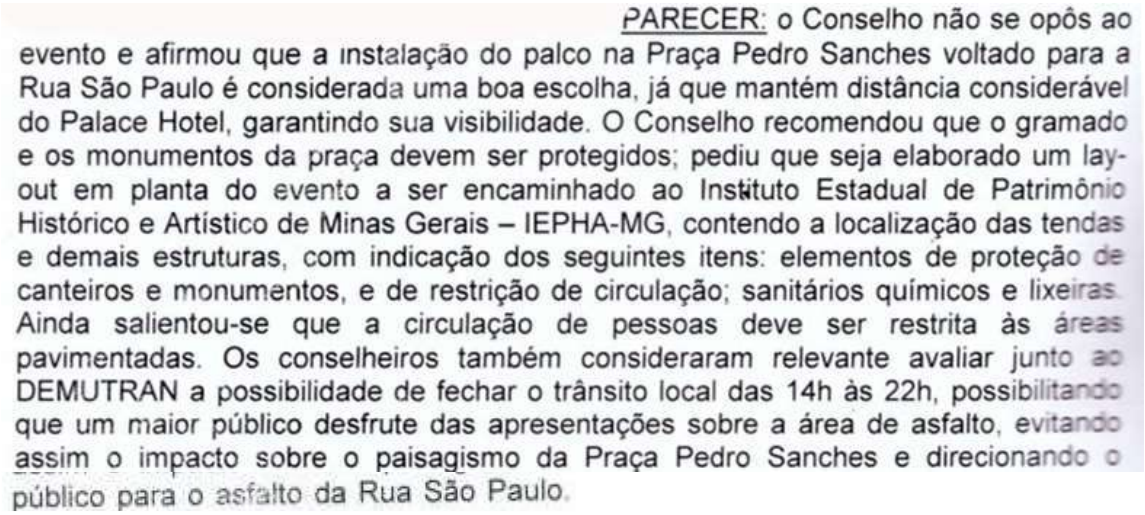
Item 3.2 da pauta: Apresentação de recurso ao indeferimento à solicitação de instalação de tendas no entorno do Café Concerto por ocasião da realização do Carnaval com justificativa apresentada oralmente pelos interessados. Parecer:

os interessados apresentaram esclarecimentos pormenorizados a respeito do evento, bem como as adequações realizadas na proposta inicial para que o evento se enquadrasse às necessidades de proteção do imóvel e do Parque José Affonso Junqueira. Apresentaram também o ofício nº 022/SMT/GBM/RFO/2019, no qual a Secretaria Municipal de Turismo manifestava consentimento à realização do evento. Concluída a argumentação, o conselheiro Abel mencionou os motivos que fizeram o CONDEPHACT recusar a primeira proposta, no entanto, a maioria dos conselheiros considerou que, dentre as diversas opções de distribuição das tendas, uma era possível por não danificar os jardins tampouco obstruir as alamedas ou a visibilidade dos bens tombados. O Conselho esclareceu que não se opunha a esta distribuição e que este parecer era válido apenas para o Carnaval 2019. Além disso, o Conselho exigiu que os próximos eventos tivessem suas propostas encaminhadas com antecedência, visando tempo hábil para serem discutidas pelo CONDEPHACT e encaminhadas ao IEPHA.

160ª reunião ordinária: 27/03/2019

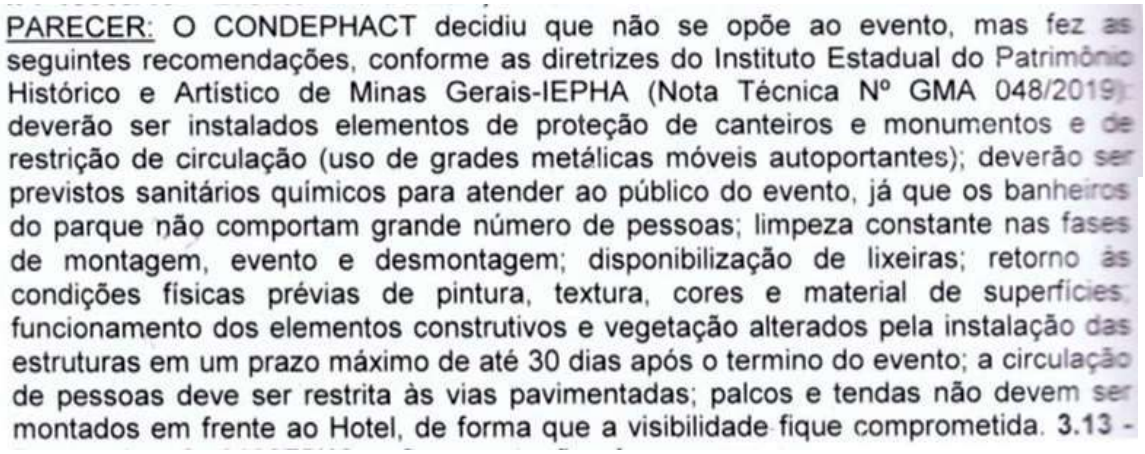
Itens 3.9 e 3.12 da pauta: Segundo Cirso Fest de Poços de Caldas, nos dias 20 a 23 de junho de 2019; Evento "Cult Beer", a ser realizado de 11 a 14 de abril de 2019. Discussões:

Item 3.9



PARECER: o Conselho não se opôs ao evento e afirmou que a instalação do palco na Praça Pedro Sanches voltado para a Rua São Paulo é considerada uma boa escolha, já que mantém distância considerável do Palace Hotel, garantindo sua visibilidade. O Conselho recomendou que o gramado e os monumentos da praça devem ser protegidos; pediu que seja elaborado um lay-out em planta do evento a ser encaminhado ao Instituto Estadual de Patrimônio Histórico e Artístico de Minas Gerais – IEPHA-MG, contendo a localização das tendas e demais estruturas, com indicação dos seguintes itens: elementos de proteção de canteiros e monumentos, e de restrição de circulação; sanitários químicos e lixeiras. Ainda salientou-se que a circulação de pessoas deve ser restrita às áreas pavimentadas. Os conselheiros também consideraram relevante avaliar junto ao DEMUTRAN a possibilidade de fechar o trânsito local das 14h às 22h, possibilitando que um maior público desfrute das apresentações sobre a área de asfalto, evitando assim o impacto sobre o paisagismo da Praça Pedro Sanches e direcionando o público para o asfalto da Rua São Paulo.

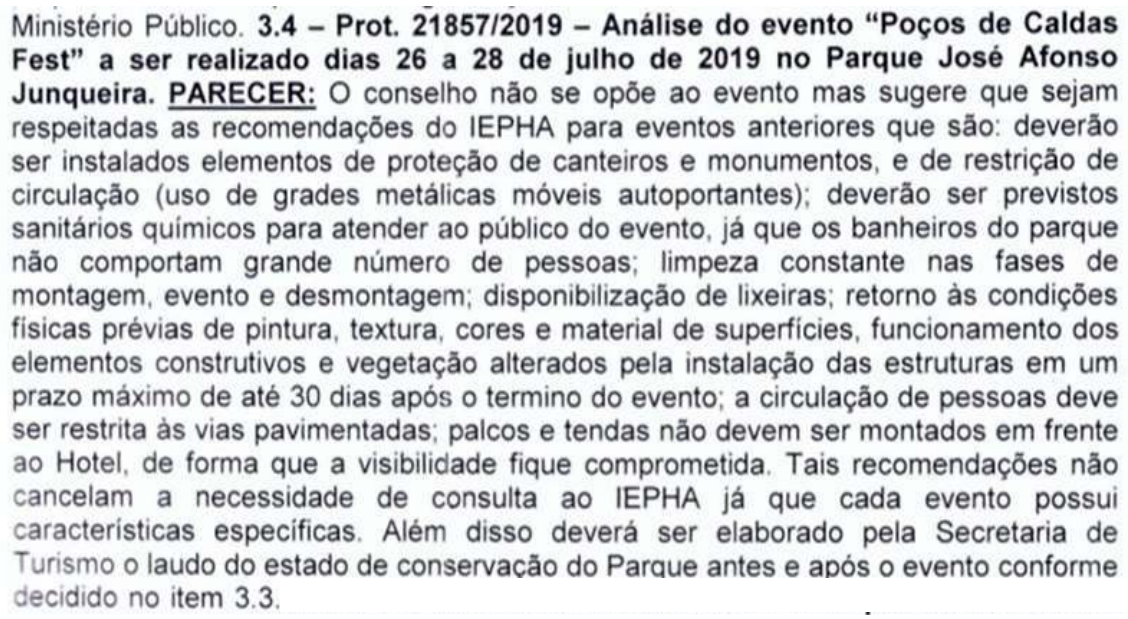
Item 3.12



PARECER: O CONDEPHACT decidiu que não se opõe ao evento, mas fez as seguintes recomendações, conforme as diretrizes do Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico de Minas Gerais-IEPHA (Nota Técnica Nº GMA 048/2019): deverão ser instalados elementos de proteção de canteiros e monumentos e de restrição de circulação (uso de grades metálicas móveis autoportantes); deverão ser previstos sanitários químicos para atender ao público do evento, já que os banheiros do parque não comportam grande número de pessoas; limpeza constante nas fases de montagem, evento e desmontagem; disponibilização de lixeiras; retorno às condições físicas prévias de pintura, textura, cores e material de superfícies; funcionamento dos elementos construtivos e vegetação alterados pela instalação das estruturas em um prazo máximo de até 30 dias após o termino do evento; a circulação de pessoas deve ser restrita às vias pavimentadas; palcos e tendas não devem ser montados em frente ao Hotel, de forma que a visibilidade fique comprometida. 3.13 -

162ª reunião ordinária: 25/05/2019

Itens 3.4, 3.6 e 3.8 da pauta: Análise do evento "Poços de Caldas Fest" a ser realizado dias 26 a 28 de julho de 2019 no Parque José Affonso Junqueira; Análise do evento "17º Blue Cloud - Encontro Internacional de Veículos DKW - VEMAG", a ser realizado nos dias 28 de agosto a 01 de setembro de 2019 no Parque José Affonso Junqueira; Análise do evento "Santo Beer", a ser realizado no período de 20 a 23 de junho no Parque José Affonso Junqueira. Discussões:



Ministério Público. **3.4 – Prot. 21857/2019 – Análise do evento "Poços de Caldas Fest" a ser realizado dias 26 a 28 de julho de 2019 no Parque José Afonso Junqueira. PARECER:** O conselho não se opõe ao evento mas sugere que sejam respeitadas as recomendações do IEPHA para eventos anteriores que são: deverão ser instalados elementos de proteção de canteiros e monumentos, e de restrição de circulação (uso de grades metálicas móveis autoportantes); deverão ser previstos sanitários químicos para atender ao público do evento, já que os banheiros do parque não comportam grande número de pessoas; limpeza constante nas fases de montagem, evento e desmontagem; disponibilização de lixeiras; retorno às condições físicas prévias de pintura, textura, cores e material de superfícies, funcionamento dos elementos construtivos e vegetação alterados pela instalação das estruturas em um prazo máximo de até 30 dias após o termino do evento; a circulação de pessoas deve ser restrita às vias pavimentadas; palcos e tendas não devem ser montados em frente ao Hotel, de forma que a visibilidade fique comprometida. Tais recomendações não cancelam a necessidade de consulta ao IEPHA já que cada evento possui características específicas. Além disso deverá ser elaborado pela Secretaria de Turismo o laudo do estado de conservação do Parque antes e após o evento conforme decidido no item 3.3.

3.6 – Prot. 16953/2019 - Análise do evento "17º Blue Cloud – Encontro Internacional dos Veículos DKW – VEMAG", a ser realizado nos dias 28 de agosto a 01 de setembro de 2019 no Parque José Afonso Junqueira. PARECER: O conselho não se opõe ao evento desde que respeitadas as recomendações do IEPHA, citadas anteriormente no item 3.4. como também solicita a elaboração do laudo conforme item 3.4. Devido à ocupação dos canteiros pelos automóveis, o Conselho entendeu que, em contrapartida a possíveis danos, a organização do evento deve fornecer 1000m² (mil metros quadrados) de grama e 300 (trezentas) mudas de azaleias conforme especificações da Secretaria de Turismo. Essa decisão não cancela a necessidade de consulta ao IEPHA já que cada evento possui características específicas.

024851/2019 – Análise do evento "Santo Beer", a ser realizado no período de 20 a 23 de junho de 2019 no Parque José Affonso Junqueira. O conselho não se opõe ao evento desde que respeitadas as recomendações do IEPHA, citadas anteriormente no item 3.4. Esta decisão não cancela a necessidade de consulta ao IEPHA já que cada evento possui características específicas.

163ª reunião ordinária: 10/07/2019

Itens 3.1 e 3.3 da pauta: Análise e aprovação de evento no bem tombado pelo estado Parque José Affonso Junqueira - Poços Classic Car/ 04 a 04 de agosto de 2019; Análise de evento 12º Poços Blues Jazz Festival, no Parque José Affonso Junqueira, dias 18 a 20/07/2019. Discussões:

aprovação do evento no bem tombado Parque José Affonso Junqueira – Poços Classic Car, de 02 a 04 de agosto de 2019: Um dos organizadores do evento presentes, o sr. Roberto Abrahão, leu uma carta de apresentação do Poços Classic Car. Nesta, foram apresentadas as intenções da organização e seus compromissos com a cautela na utilização do espaço tombado, informando das medidas paliativas e compensatórias que serão adotadas durante a realização do evento, bem como as contrapartidas que se prontificam a prestar à cidade pela cessão do espaço para tal fim. Neste ano de 2019 a contrapartida previamente estabelecida em reunião com o prefeito é a doação de um relógio com termômetro a ser instalado entre a Praça Major Luís Loiola e Rua Prefeito Chagas. Após a leitura da carta, foi aberta a palavra aos conselheiros. A conselheira Rosa Maria de Oliveira Batista discorreu sobre a relevância do evento, mas informou que não concorda com o estacionamento dos carros sobre a grama, posto que implicaria em danos à mesma. Em resposta, o Sr. Roberto Abrahão disse que foi feito um levantamento, pela organização em conjunto com o conselho em sua composição anterior, dos locais que são propícios para o estacionamento dos carros. Lícia informou que a questão do estacionamento de carros sobre a grama já foi exaustivamente debatida em edições anteriores do evento e que esta situação já foi esclarecida tecnicamente, sendo explicado aos conselheiros que o que causa dano não são os veículos, que se encontram parados, mas o tráfego de pessoas, sua movimentação sobre o gramado. O conselheiro Edson Roberto Herrera disse que apoia a proposta do evento, mas que é necessário rigor por parte dos organizadores para que não ocorram atividades impróprias como a realização de churrasco sobre o gramado, o que já ocorreu em edições anteriores. O Sr. Roberto Abrahão informou que a organização do evento tomará todas as medidas necessárias para evitar o uso impróprio do parque. A conselheira Fernanda Marinoni propôs um projeto de manutenção do parque em parceria com a Secretaria de Serviços Públicos em que sejam analisados as características do evento e os danos causados, o

conselheiro Joelmar destacou que a contrapartida deve ser aplicada a todos os eventos de acordo com sua dimensão a partir deste momento. Fernanda também fez considerações acerca da legalidade das barracas e mercados de pulgas presentes no evento em relação à sua adequação ao disposto no Código de Posturas. Tiago Cavelagna tomou a palavra e informou que o funcionamento das atividades comerciais no âmbito do evento estão contempladas e são autorizadas no escopo do convênio entre a Prefeitura e a organização que o autoriza. O conselheiro Flávio informou que o Código de Posturas não contempla as atividades comerciais na forma como ocorrem, mas que o convênio permite que haja comércio temporario no evento. Após as discussões, os organizadores se retiraram, e passou-se à deliberação. **PARECER:** Foi pontuado pelo conselheiro Flávio, uma vez aberta a deliberação, que a Secretaria Municipal de Serviços Públicos tem a demanda de solicitar à organização, como contrapartida, a doação de pelo menos 120 mudas de azaleias com no mínimo 80 cm de altura para reposição das plantas danificadas, posto que o evento sempre traz dano a este tipo de espécie. Lícia informou que as informações sobre o evento serão comunicadas ao IEPHA e pontuou sobre a oportunidade de se usar do evento Poços Classic Car como um meio para difusão de temas pertinentes à educação patrimonial, por sua temática e abrangência. Foi apresentada aos conselheiros a planta que contém o layout do evento, indicando a posição dos carros, barracas e demais estruturas acessórias. Após amplas discussões, foi aberta votação e a autorização ao evento foi concedida, com a contrapartida de doação de 120 mudas de azaleia com pelo menos 80cm de altura como contrapartida além do relógio, com voto contra do representante da Secretaria Municipal de Serviços Públicos, que informou que a mesma se opõe à utilização dos gramados e jardins da forma proposta pelo evento.

3.3. **Análise do evento 12º Poços Blues Jazz Festival, no Parque José Affonso Junqueira, a ser realizado entre os dias 18 a 20 de julho:** Foi apresentado aos conselheiros o croqui do evento, com a disposição de tendas e palco na área asfaltada entre o Palace Hotel e o Parque Jose Affonso Junqueira. Pela forma como o croqui foi composto, não foi possível verificar se as tendas e palco obstruem as visadas da fachada do Palace Hotel, posto que estava fora de escala. Tiago informou que em questões semelhantes, o Conselho sempre emitiu parecer padrão, dizendo que não se opõe à realização, desde que atendidas às diretrizes para utilização da área tombada. Foi questionado pelos conselheiros a quais sanções a organização do evento estaria sujeita caso não obedeçam as diretrizes. **PARECER:** Após discussões, foi aberto para votação e foi deliberado que o Conselho não se opõe à realização do evento, desde que atendidas as diretrizes aprovadas para utilização do espaço tombado.

164ª reunião extraordinária: 12/07/2019

Itens 3.8 e 3.11 da pauta: Análise e aprovação do evento "Aviva Jovem Poços de Caldas", dia 06 de setembro no Parque José Affonso Junqueira [...]; Evento DKW questionamento sobre contrapartida.

apresentada. Passou-se, então, à **Ordem do dia: 3.1. Apresentação de recurso da organização do evento DKW em relação às contrapartidas exigidas para utilização do Parque José Affonso Junqueira:** A arquiteta Lícia informou que, ainda durante o mandato da composição anterior do Conselho, foi protocolada junto à Seplan proposta para realização do evento DKW, a ser realizado no Parque José Affonso Junqueira, utilizando os canteiros do solário do parque também para a exposição dos automóveis antigos. Relatou também que, àquela ocasião, o Conselho solicitou contrapartida à organização do evento, em atenção ao proposto pela Secretaria Municipal de Serviços Públicos, de 1000m² de grama e 300 mudas de azaleias, para reparação de eventuais danos que venham a ser causados aos canteiros do parque. Passou-se então a palavra ao sr. Eduardo Alvisi, representante da organização do evento. Eduardo disse que, no seu entendimento, as contrapartidas solicitadas são desproporcionais à escala do evento, fazendo uma alusão ao evento Poços Classic Car, que possui um porte maior e não foi contemplado com exigências tão severas em termos de contrapartidas. Relatou que a realização do evento já se encontra muito onerada, sendo obrigada a arcar com uma série de taxas e tributos, e que a imposição das contrapartidas da forma como deliberadas pela composição anterior do Conselho penalizariam ainda mais a organização de um ponto de vista financeiro, já que o evento não gera receitas, ao contrário do Poços Classic Car. Discorreu também sobre a relevância do evento em termos do seu impacto econômico positivo para o Município e para a consolidação do cenário do antigomobilismo no país como um todo. O conselheiro Flávio prestou esclarecimentos sobre a demanda da Secretaria Municipal de Serviços Públicos para as mudas de azaleia para o evento Poços Classic Car, informando que as mesmas são necessárias para recomposição dos canteiros posto que o volume do público e a forma como as pessoas transitam entre os solários tendem a demandar a reposição intensa de plantas. Os

organizadores do evento disseram que concordam que haja uma necessidade de contrapartida para a manutenção do parque, mas reiteraram que esperam que esta seja proporcional, e solicitam ao Conselho que ponderem a respeito. Após esta exposição, se retiraram. Aberta a discussão, a conselheira Adriane questionou se há alguma normativa para a utilização do Parque. Lícia informou que existe uma normativa municipal, acrescida de recomendações do IEPHA, que deve ser observada pela organização de todos os eventos, no que couber. Informou que não há, nesta normativa, a obrigação de prestação de contrapartidas para a realização de eventos. O conselheiro Fábio Mauro questionou acerca dos altos custos tributários do evento, se estes de alguma forma já não caracterizam uma forma de contrapartida. A conselheira Adriane disse que a contrapartida deve ser entendida como um modo de zelar pelo bem tombado. Para que sejam justas as contrapartidas devem ser proporcionais aos danos potenciais, neste caso, evidenciam-se os danos aos canteiros. O conselheiro Joelmar ressaltou que a competência do Conselho se atém ao bem tombado, não sendo o caso adentrar na questão dos outros custos que são impostos para a organização do evento. Adriane disse que, em termos de danos potenciais, o evento Poços Classic Car aparenta ser muito mais agressivo do que o evento em discussão, não sendo justa a manutenção da exigência de contrapartidas tão desproporcionais entre ambos. O conselheiro Joelmar propôs, então, que seja reduzido o volume das contrapartidas para metade do número de mudas de azaleias exigidas para o evento Poços Classic Car, tal como aprovado na reunião anterior do Conselho, e constar para a organização do evento que só será realizada contrapartida em grama caso seja constatado pela Secretaria Municipal de Serviços Públicos que houve dano ao gramado após o evento. Flávio pontuou que é importante que, para eventos futuros, o montante das contrapartidas seja definido no âmbito da Secretaria

Municipal de Serviços Públicos, que é o órgão responsável pela manutenção do Parque José Affonso Junqueira. Foi acatada pelo Conselho, então, a sugestão de que, para os próximos eventos em que sejam exigíveis contrapartidas em vegetação, a definição das mesmas ficará a cargo da Secretaria Municipal de Serviços Públicos, cabendo ao Conselho definir a quais categorias de evento esta exigibilidade se aplica. A conselheira Adriane reiterou a importância de se manter a coerência na definição das contrapartidas. Foi questionado pelo conselheiro Fábio Mauro qual seria o destino das mudas a serem dadas em contrapartida pelo evento, se as mesmas seriam empregadas de fato no parque. Esta é uma questão que preocupou aos demais conselheiros. Foi decidido, então, que será elaborado um ofício pelo Condephact a ser encaminhado à Secretaria Municipal de Serviços Públicos, informando que as mudas dadas em contrapartida para os eventos realizados no Parque José Affonso Junqueira só podem ser utilizadas na manutenção do mesmo. Foi questionado pelo conselheiro Joelmar a efetividade da necessidade de se manter contrapartida em grama, já que o evento acontece no período da seca e onde o potencial de dano é pequeno. Foi informado pelo conselheiro Flávio que a necessidade de rega da grama é mais importante nesta época do ano é mais efetiva que a exigência de nova vegetação. A conselheira Fernanda frisou a necessidade de se manter a exigência de contrapartida em grama, lembrando que esta pode ser usada em outras partes do parque que não apenas onde os carros estariam parados sobre o gramado (no solário). **PARECER:** Após amplas discussões sobre a natureza das contrapartidas, decidiu-se então por colocar duas propostas à votação: a primeira proposta, as 60 mudas de azaleia com 80cm de altura e 300m² de grama. A segunda, 60 mudas de azaleia com 80cm de altura e a rega do gramado após o evento. Por 9 votos a 4, foi definido que a contrapartida a ser exigida da organização do evento será de 60 mudas de azaleia com 80cm de altura e 300m² de grama. Reafirmou-se que para os próximos eventos em que sejam exigíveis contrapartidas em vegetação, a definição das mesmas ficará a cargo da Secretaria Municipal de Serviços Públicos. O Condephact encaminhará um ofício à Secretaria Municipal de Serviços Públicos, solicitando que as contrapartidas acordadas destinem-se à manutenção do bem que hospedou o evento, para tanto, o Conselho solicitou que a cada contrapartida a Secretaria confirme oficialmente a data e local de sua utilização. **3.2. Prot. 037169/2019 – Análise do projeto de prevenção**

040140/2019 – Análise e aprovação do evento "Aviva Jovem Poços de Caldas", a ser realizado dia 06 de setembro no Parque José Affonso Junqueira, e 07 de setembro no Mirante do Cristo: Lícia fez uma apresentação do protocolo realizado pela organização do evento intitulado Aviva Jovem, e informou que, para sua realização, é requisitada a possibilidade de uso da área asfaltada entre ao Palace Hotel e Parque José Affonso Junqueira, para colocação de tendas e palco, e a área próxima ao Cristo, no Parque da Serra de São Domingos. O conselheiro Fábio Mauro aponta que, dada a escala e natureza do evento, o processo encaminhado para avaliação do Conselho está mal composto sendo necessário, em ocasiões futuras, que sejam apresentados de forma mais completa, principalmente em relação ao layout de tendas e palco a serem montados próximos à área do Parque José Affonso Junqueira. **PARECER:** Após discussões, o Conselho entende que não há razões para oposição à realização do evento, desde que sejam observadas as diretrizes para utilização dos respectivos espaços tombados, e que, no caso da área próxima ao Palace Hotel, que a disposição de tendas e palco não obstruam a fachada do imóvel. **3.10 – Prot.**

165ª reunião ordinária: 15/08/2019

Item 2.4 da pauta: Instalação de parquinho próximo ao Palace Casino, em evento que ocorrerá nos dias 16 a 25 de agosto. Parecer: Embora encaminhado croqui da instalação dos brinquedos, este não informa a localização das instalações no bem tombado. Foi reafirmada a necessidade de cumprimento do prazo solicitado pelo CONDEPHACT de 45 dias para análise de atividades temporárias. Este prazo para eventos visa justamente a adequação das instalações às necessidades de proteção dos imóveis. Portanto, o Conselho não teve condições de se pronunciar devido à ausência de informações e à ausência de prazo para informar as necessidades do bem, O Conselho mencionou que os eventos que, durante sua execução, por algum motivo, não atenderam às solicitações pós-análise do protocolo, colocam em risco a preservação desses bens imóveis, e novamente o Conselho reforçou a necessidade de sanções previstas em lei que se apliquem a tais situações.

166ª reunião ordinária: 29/08/2019

Itens 1.2 e 1.6 da pauta: Pedido de aprovação protocolado fora do prazo para a instalação de tendas em frente à fachada do Café Concerto; Evento V Festa Itaia Per Sempre, a se realizar nos dias 11 a 13 de outubro de 2019. Discussões:

Gonçalves Dias. **1.2. Prot. 045190/2019 – Pedido de aprovação protocolado fora do prazo para a instalação de tendas em frente ao Café Concerto:** Foi apresentado aos conselheiros o ofício encaminhado pela requerente, contendo a solicitação para instalação de tendas em frente ao Café Concerto, por ocasião da realização do evento Poços Classic Car, protocolo datado de 01 de agosto deste ano, ou seja, após o início do evento. **PARECER:** Após leitura do documento e discussões, o Conselho decidiu por encaminhar notificação ao interessado informando que, para eventos futuros, deverão ser respeitados os prazos regimentais para protocolo das solicitações de autorização e que a visibilidade de um bem tombado é inegociável, já que é medida adotada baseada em legislação federal, art. 18 do Decreto-Lei nº 25, de 30 de novembro de 1937, que versa sobre tombamento. Tendo em conta a intempestividade do protocolo do processo em análise, e que o evento já ocorreu, não se entrou na discussão do mérito da proposta.

1.6 – Prot. 049842/2019 – Evento V Festa Itália per Sempre, a se realizar nos dias 11 a 13 de outubro de 2019: Foi apresentado aos conselheiros o layout pretendido para a organização do evento, a ser realizando no espaço asfaltado entre o Palace Hotel e o Parque José Affonso Junqueira. Foi informado que há recomendação do IEPHA para que a disposição de palco, barracas e tendas não obstruam a fachada do hotel. Foi discutido pelos conselheiros acerca da necessidade de se revisar a normativa para utilização do Parque José Affonso

Junqueira para a realização de eventos, de modo a adequá-la aos tipos de evento que são realizados. A conselheira Alessandra sugeriu a elaboração de um conjunto de layouts fixos, pré-determinados, os quais poderiam ser escolhidos pelas organizações dos eventos em função da conveniência de cada um. Sugeriu-se, também, que seja criada uma metodologia de cálculo para contrapartidas pela realização de eventos no Parque em função de seus respectivos portes. Os conselheiros decidiram que estes tópicos serão considerados por ocasião da revisão da normativa para utilização dos espaços tombados para eventos. Quanto à questão da obstrução das visadas da fachada do Palace Hotel, a conselheira Fernanda informou que o palco, conforme o layout, está situado em frente à fachada e não implicará em obstrução, por se tratar de um tablado simples e baixo. Foi apontado pelo conselheiro Eduardo que a tenda da brigada de incêndio está localizada sobre a calçada do Parque, e os conselheiros decidiram por solicitar que a mesma seja realocada para o asfalto. **PARECER:** Após as discussões, o Conselho decidiu que não se opõe à realização do evento, desde que observadas as diretrizes para a utilização do espaço tal como fornecidas pela Secretaria de Turismo, e que seja realocada a tenda da brigada para a área asfaltada.

168ª reunião ordinária: 10/10/2019

Item 3.7 da pauta: Aprovação de evento no Parque José Affonso Junqueira "Poços de Caldas Festival", a ser realizado de 01 a 06 de novembro de 2019.

Discussões:

as discussões falando sobre a necessidade de se promover uma revisão das diretrizes para utilização do Parque e sua envoltória, dado que a realização de eventos de natureza e configuração semelhantes ao proposto têm causado algum grau de transtorno para a manutenção do parque. Foi pontuado pelo conselheiro Flávio que eventos de porte semelhante ao em análise (público de pelo menos duas mil pessoas) já não se mostram compatíveis com a capacidade do Parque de suportá-los, e que deve-se pensar em locais alternativos para sua realização. Joelmar pontuou que, para o evento em tela, dado que já possui protocolo junto à Secretaria de Turismo e cuja data de realização é próxima, há que se pensar em sua viabilização. No entanto, para eventos futuros, seja encaminhada uma proposta com alternativas locacionais. **PARECER:** Após discussões, foi decidido que o Conselho não se opõe à realização deste evento, especificamente, desde que respeitadas as diretrizes vigentes para utilização do espaço, pelas razões já tratadas. Mas, foi deliberado que será encaminhado ofício à Secretaria Municipal de Turismo informando que o Conselho suspenderá a aprovação de realização de novos eventos no Parque até a revisão da normativa que versa sobre sua utilização. Assim, ficou acertado que as conselheiras Fernanda e Luciana agendarão uma reunião com os secretários de Turismo e de Governo, para tratar da questão da realização do eventos e entregar o ofício em mãos

172ª reunião ordinária: 30/01/2020

Itens 3.3 e 3.4 da pauta: Solicitação de instalação de mesas em frente à Thermas - entrada Leste - para Casa de Chá; Instalação de tendas no Café Concerto para o Carnaval.

3.3. MI nº003/DFPSP-SMSP/2020 – Solicitação de instalação de mesas e cadeiras em frente às Thermas (entrada leste, para a Casa de Chá): Foi relatado pela conselheira Fernanda que a CODEMGE, proprietária das Thermas, realizou um processo licitatório para a utilização do espaço da Casa de Chá e que a empresa vencedora solicitou, assim, que também pudesse ser utilizada parte da área externa das Thermas, conhecida como "entrada leste", para a disposição de 3 (três) mesas e 3 (três) ombrelones para atender a Casa de Chá. Foi protocolado pela requerente croqui indicando a área e a posição do mobiliário a ser disposto. O conselheiro Flávio chamou a atenção para a importância da correta definição da área a ser utilizada pelo interessado, bem como que seja informado à Secretaria de Serviços Públicos que a mesma deve proceder a cobrança de taxa pela utilização do espaço público. O conselheiro Joelmar falou da importância de se observar os termos do edital da CODEMGE, para verificar se há esta previsão no mesmo. Foi pontuado pela conselheira Fernanda que o processo licitatório da CODEMGE abrange apenas o espaço interno das Thermas, e não a área da calçada. **PARECER:** O Conselho deliberou por não se opor à instalação de mesas e ombrelones no espaço externo das Thermas, nos termos do croqui que acompanha o MI nº 003/DFPSP-SMSP/2020, desde que os ombrelones sejam pretos e admitida a utilização de área de 15,09 m², sendo que a anuência do Conselho não implica a isenção do pagamento de taxa por utilização do espaço público. O Conselho irá oficiar a Secretaria de Serviços Públicos da decisão proferida. **3.4 – Prot. 002797/2020 – Instalação de tendas no Café Concerto para o Carnaval:** Estiveram presentes as representantes do Café Concerto, Patrícia Medri e Camila Medri, que apresentaram duas propostas para instalação de tendas no entorno do bem durante os cinco dias do feriado de carnaval. Apresentaram duas propostas de layout, uma flanqueando totalmente com tendas e dispondo tendas também na parte frontal, e outra dispondo de tendas na alameda em frente ao Café. Informaram que as tendas, para este ano, serão transparentes (tipo cristal) de modo a permitir a visibilidade do bem ao fundo dos planos ocupados pelas mesmas. **PARECER:** Vistas opções de layout apresentadas, e considerando que as tendas a serem utilizadas são confeccionadas em material transparente, o Conselho não se opõe à sua disposição no entorno do Café Concerto, durante o feriado do Carnaval, conforme opção de layout 01, tal como consta do protocolo que origina o processo. O Conselho deliberou também, após discussões, que cabe à Secretaria Municipal de Serviços Públicos realizar um controle mais rigoroso da disposição de mesas e mobiliário pelo Café Concerto em seu entorno em dias comuns, no Parque José Affonso Junqueira, e oficiará a referida Secretaria para que tome eventuais providências quanto a este tema.

173ª reunião ordinária: 19/02/2020

Item 2.3 da pauta: Instalação e utilização dos espaços tombados para realização do Carnaval 2020 sem autorização prévia. Discussões: A conselheira Fernanda relatou sua preocupação com o fato de a organização do Carnaval não ter, até o momento, consultado o Conselho quanto às diretrizes a serem observadas para o desenvolvimento das festividades nos espaços tombados do Município, em especial nas praças e parques no entorno do Palace Casino, Palace Hotel e Thermas e Praça Dom Pedro II. Lícia relatou que até o momento, nenhuma comunicação oficial foi encaminhada à DPCT (Divisão de Patrimônio Construído e Tombamento) e ao Conselho por parte da

Administração. Parecer: O Conselho decidiu por oficiar as Secretarias de Governo e de Turismo informando acerca da necessidade de consulta prévia para realização de eventos desta natureza, bem como das medidas cabíveis que serão tomadas para atos futuros, caso a consulta não ocorra.